



APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2024

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1. A APDL no ano de 2024	7
2. Recursos Humanos	32
3. Sustentabilidade Ambiental.....	42
4. Investimento	45
5. Análise económica e financeira.....	52
6. Perspetivas futuras	70
7. Informações adicionais	73
8. Proposta de aplicação do resultado	74
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	149
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	157
ANEXOS.....	181

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Conselho de Administração

O ano 2024 foi um ano de identificação e de afirmação das principais estratégias de investimento da APDL para os próximos anos, nas suas diferentes unidades de negócio.

Foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões, estando a estratégia de desenvolvimento sustentada num conjunto de ações e de investimentos que permite:

- o crescimento e ajustamento do Porto de Leixões às novas características da procura por navios de maior dimensão, essencialmente no segmento de carga contentorizada, segmento em que o Porto de Leixões se posiciona como o maior porto nacional na movimentação de contentores de *hinterland*,
- a descarbonização e sustentabilidade, com destaque para as Ações do Roteiro para a Descarbonização e Transição Energética, que visam a neutralidade carbónica em 2035,
- a promoção da intermodalidade e da quota da ferrovia no interface marítimo, maximizando o potencial da gestão direta do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões e do Porto Seco da Guarda,
- a digitalização e a promoção da integração eletrónica das cadeias logísticas de abastecimento e de exportação, incluindo a rotulagem carbónica,
- e a promoção da integração com a envolvente, sendo particularmente relevante a promoção de uma visão comum de desenvolvimento sustentável do território, alicerçando a prosperidade, a qualidade de vida e a criação de riqueza que todos ambicionamos.

O Porto de Leixões assume uma importância estratégica nacional, regional e local no comércio internacional - enquanto porto principal das Redes Transeuropeias de Transporte e do Corredor Atlântico - no produto interno bruto, no emprego e na transição energética e digital da nossa economia, gerando um valor fundamental para a comunidade, sendo de reconhecer a importância dos concessionários de movimentação carga no êxito e desenvolvimento do porto.

No Porto de Viana do Castelo, na sequência do estudo de mercado desenvolvido, encontra-se em curso o estudo prévio para a expansão do porto, contemplando o incremento de áreas portuárias e de apoio a atividades industriais e logísticas, potenciando a dinamização da vocação do Porto de Viana do Castelo como porto industrial.

Adicionalmente, o Porto de Viana do Castelo tem desempenhado um papel de relevo, não só no setor da construção naval, como no setor das energias renováveis, constituindo-se como o suporte de um dos maiores parques eólicos flutuantes da Europa – a WindFloat, da maior indústria nacional de fabrico de geradores de energia eólica – a Enercon, da instalação de uma unidade para o desenvolvimento de protótipos de conversores de energias das ondas – a Corpower Ocean e mais

recentemente do projeto piloto “Nau Azul” no âmbito da energia eólica, ocupando ainda uma posição privilegiada para o desenvolvimento das energias renováveis *offshore*.

No que diz respeito à Via Navegável do Douro, encontra-se em curso o respetivo Plano de Gestão e de Exploração para responder ao acréscimo de procura verificada nesta via navegável interior incluída, na sua total extensão de 208 km, desde o estuário, na cidade do Porto, até Barca d’Alva, na fronteira com Espanha, na Rede Principal das Redes Transeuropeias de Transporte e no Corredor Atlântico.

Para além dos investimentos identificados no projeto *Douro’s Inland Waterway*, cujas duas primeiras fases, incidentes essencialmente nas condições de segurança e nas tecnologias de informação e comunicações, incluindo o desenvolvimento do RIS – *River Information Services*, que foram realizadas com participação do Programa CEF *Transport (Connecting Europe Facility)*, existe um conjunto de investimentos a priorizar, essencialmente no âmbito:

- da reabilitação e construção de novas infraestruturas,
- do investimento em curso nas condições ambientais e de preservação do património ambiental da Via Navegável do Douro, nomeadamente através da receção e gestão de resíduos e do fornecimento de energia a navios (OPS – *Onshore Power Supply*).

A Via Navegável do Douro gera uma crescente indução de crescimento económico no interior Norte e Centro de Portugal, de desenvolvimento sustentável, promovendo a transição energética e a digitalização, com a necessária articulação com os municípios, os vários tipos de operadores da Via Navegável do Douro e demais *stakeholders* relevantes.

Apesar do contexto mundial de alguma insegurança com potencial impacto no comércio internacional, mantemo-nos confiantes, mobilizados e comprometidos com a visão de futuro, os nossos valores e a nossa missão de promover as melhores soluções logísticas para os nossos clientes e parceiros e de capacitar o sistema logístico multimodal (portuário, ferroviário e fluvial) no sentido na sua excelência, resiliência e sustentabilidade.

1. Principais Indicadores

	Unidade	2024	2023	2022
Tráfego Portuário				
Porto de Leixões				
Escalas de Navios	n.º	2 343	2 391	2 434
Total de Carga Movimentada	1000 ton	14 382	14 670	14 891
Movimento de Contentores	TEU	715 053	701 722	713 398
Porto de Viana do Castelo				
Escalas de Navios	n.º	195	225	244
Total de Carga Movimentada	1000 ton	322	307	409
Via Navegável do Douro				
Escalas de Navios	n.º	9	10	9
Total de Carga Movimentada	1000 ton	7	9	13
Passageiros				
Porto de Leixões	n.º	195 834	148 893	108 626
Via Navegável do Douro	n.º	1 377 858	1 245 314	1 126 738
Negócios				
Volume de Negócios	€ 1 000	70 210	65 369	57 570
Porto de Leixões	€ 1 000	60 636	57 568	51 757
Porto de Viana do Castelo	€ 1 000	4 094	3 550	3 460
Via Navegável do Douro	€ 1 000	3 352	2 704	2 353
Terminal Ferroviário Leixões	€ 1 000	2 127	1 547	-
Investimento				
Capital Investido	€ 1 000	29 563	44 329	120 040
Fundos Próprios	€ 1 000	10 387	15 934	34 924
Outros Fundos	€ 1 000	19 176	28 395	85 116
Resultados				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	€ 1 000	40 652	37 445	34 616
Resultado Operacional	€ 1 000	16 491	10 800	10 894
Resultado Líquido do Período	€ 1 000	11 032	6 104	9 047
Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (1)	%	57,9	57,3	60,1
Estrutura Financeira				
Autonomia Financeira (2)	-	0,71	0,69	0,69
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	%	2,5	1,4	2,2

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Volume de Negócios

(2) Capital Próprio / Ativo

(3) Resultado Líquido/ Capital Próprio

1. A APDL no ano de 2024

Em 2024, o volume de mercadorias movimentadas no sistema portuário sob gestão da APDL atingiu cerca de 14,7 milhões de toneladas, sendo o Porto de Leixões a unidade de negócios que concentra grande parte da movimentação, com cerca de 14,4 milhões de toneladas movimentadas. Este valor reflete um decréscimo de cerca de 275 mil toneladas face ao ano anterior, principalmente atribuível à diminuição de 11% no tráfego de granéis sólidos no Porto de Leixões. Outros segmentos de carga tiveram desempenho relativamente menos negativo, com quedas de 9,7% na carga ro-ro e 4,6% nos granéis líquidos. Pela positiva, destacou-se a carga fracionada e a carga contentorizada, com crescimentos de 4,6% e 2,5%, respetivamente.

No segmento de passageiros, o Porto de Leixões recebeu 152 navios de cruzeiro que fizeram chegar à região 195 834 passageiros, tornando-se no melhor ano de sempre. Estes números representam um crescimento de 31,5% no número de passageiros e mais 36 navios comparativamente com o ano anterior.

No âmbito do turismo fluvial ao longo da Via Navegável do Douro, assistiu-se a um crescimento da atividade de 10,6%, totalizando cerca de 1,38 milhões de passageiros ao longo do ano.

O valor global do investimento realizado ascendeu a 29,6 milhões de euros, dos quais 90% foram investidos no Porto de Leixões, 4% na Via Navegável do Douro, 3% no Porto de Viana do Castelo e 2% na Intermodalidade Ferroviária.

Relativamente ao investimento no Porto de Leixões destaca-se o investimento associado ao Projeto do Novo Terminal de Contentores, encontrando-se ainda em curso os trabalhos associados ao Prolongamento do Quebra-mar em 300 metros que dotará o porto de melhores condições de segurança para a entrada, manobra e acostagem de navios.

No Porto de Viana do Castelo, destacam-se os trabalhos de reabilitação de uma área compreendendo a execução de um novo alinhamento de vedação, novas pavimentações e execução de infraestruturas enterradas, de modo a garantir um novo acesso autónomo e controlado à zona internacional do porto de Viana do Castelo.

Na Via Navegável do Douro destacam-se as intervenções de implementação física, em troços da VND, do novo assinalamento georreferenciado constituído por balizas, boias e lanternas, permitindo dotar a via navegável com melhorias de segurança da navegação e permitindo a navegação noturna.

Do ponto de vista estratégico, e abraçando o seu compromisso com a descarbonização e a transição energética, a APDL continua a explorar ações que visam alcançar a neutralidade carbónica nas operações portuárias até 2035. A APDL continua também empenhada em promover a intermodalidade ferroviário-marítima, considerando-a vital para reforçar a conectividade com o interior do Porto de Leixões e aumentar a competitividade dos seus stakeholders. O projeto Porto Seco da Guarda é uma componente chave desta estratégia, que visa facilitar a descarbonização da cadeia logística e expandir a influência do porto em Espanha.

Apesar das perturbações decorrentes da crise geopolítica, os indicadores económicos da APDL para 2024 apresentaram uma dinâmica positiva, sublinhada por um resultado robusto antes de amortizações, custos de financiamento e impostos no valor de 40,7 milhões de euros, mais 8,6% que no ano anterior.

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) português registou um crescimento de 1,9% de acordo com a informação publicada no Boletim Económico de março de 2025 do Banco de Portugal, refletindo a aceleração da atividade económica observada no quarto trimestre do ano.

Essa aceleração foi particularmente evidente no consumo privado, embora as exportações tenham denotado igualmente um comportamento positivo.

Todos os agregados contribuíram positivamente para aquele resultado, destacando-se o Consumo Privado com um crescimento de 3,2% em resultado do aumento do rendimento disponível motivado por alterações ao IRS, que motivaram a publicação de tabelas de retenção específicas para os meses de setembro e outubro, e pelo pagamento do suplemento extraordinário de pensão em outubro.

As Exportações cresceram 3,4%, refletindo uma aceleração da procura externa, em particular ao nível das exportações de bens. Já as exportações de serviços, nas quais se incluem o turismo, também apresentaram um comportamento positivo, embora tenham registado uma desaceleração face ao ano anterior.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 2,3%, graças ao contributo do investimento público, impulsionado pelo significativo volume de transferências de fundos europeus. Já o investimento privado empresarial e habitacional foi penalizado pelas condições financeiras mais restritivas.

O Consumo Público aumentou 1,1%, tendo sido o agregado que apresentou um crescimento menos expressivo.

Em 2024, a Taxa de Desemprego foi de 6,4%, denotando uma ligeira redução face ao ano transato, em função da subida da taxa de participação e pelos fluxos de imigração líquida.

A inflação registou uma redução para 2,7%, em resultado das menores pressões externas sobre o preço dos bens, em particular dos bens alimentares e industriais não energéticos.

Neste contexto macroeconómico, o Porto de Leixões alcançou, em 2024, um movimento de 14,4 milhões de toneladas, o que representa um decréscimo de 2% em relação ao movimento registado no ano anterior.

A justificar esta diminuição do tráfego de mercadorias temos a quebra de 11% no movimento de granéis sólidos face a 2023, bem como a redução da carga roll-on/roll-off em 9,7% e dos granéis líquidos em 4,5%.

Inversamente a carga geral fracionada e carga contentorizada registaram aumentos de 3,6% e 2,5% face ao ano anterior, respetivamente.

O movimento de contentores cresceu 1,5% em número e 1,9% em TEU face a 2023, ultrapassando a barreira dos 715 mil TEU.

No Porto de Viana do Castelo, foram movimentadas 322 mil toneladas em 2024, o que revela um crescimento de 5% em comparação com o ano anterior. A carga geral fracionada contribuiu decisivamente para este desempenho com um aumento de 13,6% face a 2023.

O movimento de mercadorias na Via Navegável do Douro atingiu as 7 mil toneladas em 2024, o que representa uma diminuição de 22,5% em relação ao ano transato. Note-se que, durante o ano 2024, o Porto Comercial da Sardoura não registou movimento de mercadorias, em virtude de não se ter concretizado a atribuição da concessão da exploração nesse ano, a qual veio a ocorrer no início de 2025

A atividade marítimo-turística naquela via fluvial registou uma procura de aproximadamente 1,4 milhões de passageiros, denotando um aumento de 10,6% face a 2023. Por segmento, destacaram os cruzeiros na mesma albufeira, com um incremento de 14,7% e os cruzeiros em navio-hotel cujo número de passageiros cresceu 12,5% em comparação como ano anterior.

1.2. Tráfego Marítimo

1.2.1. Movimento de Navios

Em 2024, escalaram o Porto de Leixões 2 343 navios, número que representa um decréscimo de 2,0% em relação ao ano anterior. A arqueação bruta registou um crescimento de 2,9%, totalizando um pouco mais de 35 milhões de GT.

O Porto de Viana do Castelo foi escalado por 195 navios que totalizaram, aproximadamente, 1 milhão de GT. A evolução face ao ano transato foi de -13,3% em número de navios e -2,6% em GT.

O movimento consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo foi de 2 538 navios e 36,1 milhões de GT, que correspondem a evoluções de -3,0% e +2,8%, respetivamente, por comparação a 2023.

NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

	2024		2023		Variação	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
LEIXÕES	2 343	35 144	2 391	34 145	-2,0%	2,9%
VIANA DO CASTELO	195	958	225	983	-13,3%	-2,6%
TOTAL	2 538	36 102	2 616	35 128	-3,0%	2,8%

1.2.2. Movimento Geral de Mercadorias e Mercado Portuário

O movimento consolidado dos portos de Leixões e Viana do Castelo atingiu 14,7 milhões de toneladas, menos 276 mil toneladas que no ano anterior (-1,8%).

MOVIMENTO TOTAL

Un: 1000 Ton

	2024	2023	Variação	
			Valor	%
LEIXÕES	14 382	14 673	-291	-2,0%
VIANA DO CASTELO	322	307	15	5,0%
TOTAL	14 704	14 980	-276	-1,8%

Movimento geral de Mercadorias no Porto de Leixões

O movimento total no Porto de Leixões atingiu 14,4 milhões de toneladas, significando uma quebra de 291 mil toneladas face ao total de 2023.

O comércio externo no Porto de Leixões atingiu 11,2 milhões de toneladas em 2024, o que significa um decréscimo de 2,0% por comparação com o ano anterior. O movimento nacional registou um decréscimo de 1,9%, face a 2023. O peso percentual do comércio externo manteve-se em 77,9%.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

Un: 1000 Ton

	2024		2023		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Importação	6 790	47,2%	7 055	48,1%	-265	-3,8%
Exportação	4 411	30,7%	4 373	29,8%	37	0,9%
Comércio Externo	11 200	77,9%	11 428	77,9%	-228	-2,0%
Movimento Nacional	3 182	22,1%	3 245	22,1%	-63	-1,9%
Total	14 382	100,0%	14 673	100,0%	-291	-2,0%

Relativamente aos principais países de origem ou destino da carga movimentada em Leixões, os Países Baixos continuaram no topo da tabela, tendo Espanha, Reino Unido e Marrocos ocupado as posições seguintes. A Bélgica subiu 2 posições, colocando-se na quinta posição do ranking de países, precedendo a França e o Brasil.

PORTO DE LEIXÕES: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2024		2023		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Países Baixos	2 904	20,2%	3 108	21,2%	-204	-6,6%
Espanha	1 703	11,8%	1 627	11,1%	76	4,7%
Reino Unido	760	5,3%	767	5,2%	-7	-0,9%
Marrocos	642	4,5%	587	4,0%	54	9,2%
Bélgica	570	4,0%	446	3,0%	124	27,8%
França	561	3,9%	533	3,6%	28	5,3%
Brasil	423	2,9%	363	2,5%	60	16,6%
Uruguai	276	1,9%	575	3,9%	-299	-52,1%
Irlanda	269	1,9%	277	1,9%	-8	-3,0%
Taiwan	239	1,7%	207	1,4%	32	15,6%
Cabo Verde	196	1,4%	189	1,3%	7	3,9%
China	188	1,3%	302	2,1%	-114	-37,7%
Coreia Do Sul	170	1,2%	166	1,1%	4	2,1%
Vietname	162	1,1%	123	0,8%	39	32,0%
Turquia	157	1,1%	83	0,6%	74	89,6%
Outros	1 981	13,8%	2 076	14,2%	-95	-4,6%
Comércio Externo	11 200	77,9%	11 428	77,9%	-228	-2,0%
Continente e Regiões Autónomas	3 182	22,1%	3 245	22,1%	-63	-1,9%
Total	14 382	100,0%	14 673	100,0%	-291	-2,0%

O movimento de mercadorias com origem ou destino nos Países Baixos totalizou 2,9 milhões de toneladas, diminuindo 6,6% face ao ano anterior, repartindo-se em 1,6 milhões de toneladas de carga contentorizada, aproximadamente 1,2 milhões de toneladas de carga ro-ro e 92 mil toneladas de carga geral fracionada e graneis. As evoluções da carga contentorizada e ro-ro foram de -5,1% e -8,7%, respetivamente, face a 2023.

As posições do Brasil e do Uruguai são fortemente condicionadas pela importação de estilha. Em 2024 registou-se um forte crescimento com origem no Brasil, enquanto a importação do Uruguai teve uma quebra de 52,1%.

Em relação aos restantes países, destacam-se as evoluções de movimento com Taiwan (+15,6%), Vietname (+32,0%) e Turquia (+89,6%).

O tráfego portuário entre Leixões e os restantes portos nacionais registou em 2024 um decréscimo de 1,9% face ao ano anterior, totalizando aproximadamente 3,2 milhões de toneladas, dividindo-se em 681 mil toneladas no movimento de carga, menos 14 mil toneladas que no ano anterior (-2,1%) e 2,5 milhões de toneladas no movimento de descarga, menos 49 mil toneladas que no ano precedente (-1,9%). A descarga de produtos refinados provenientes de Sines representa atualmente mais de metade de todo o tráfego com portos nacionais, tendo registado um crescimento de 4,1%, face ao ano anterior. A quebra de movimento com os portos nacionais foi quase totalmente devida à carga contentorizada, nomeadamente no movimento de descarga em que ocorreu uma redução de 172 mil toneladas (-28,7%), face a 2023.

Movimento geral de mercadorias no Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo a carga movimentada totalizou 322 mil toneladas, mais 15 mil toneladas do que em 2023.

O Porto de Viana do Castelo mantém-se como um porto de perfil exportador, tendo registado um pequeno aumento de 3,0 p.p. na quota da carga exportada, atingindo 59,5%. As importações obtiveram 26,8% de quota, diminuindo 3,0 p.p., face à do ano anterior. Do total do movimento registado, 86,3% correspondeu a tráfego internacional, sendo que a carga exportada para os países da União Europeia representou a maior parcela do total do comércio internacional. O movimento com portos nacionais foi 44 mil toneladas, crescendo 4,5%, face ao ano anterior, mas perdendo 0,1 p.p. de importância relativa.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

	2024		2023		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Importação	86	26,8%	91	29,7%	-5	-5,4%
Exportação	192	59,5%	173	56,5%	18	10,6%
Comércio Externo	278	86,3%	264	86,2%	13	5,1%
Movimento Nacional	44	13,7%	42	13,8%	2	4,5%
Total	322	100,0%	307	100,0%	15	5,0%

No Porto de Viana do Castelo, os principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas foram os Países Baixos, Espanha, Itália e Reino Unido.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2024		2023		Variação	
	VALOR	%	VALOR	PESO %	VALOR	%
Países Baixos	89	27,7%	64	21,0%	25	38,6%
Espanha	47	14,5%	60	19,5%	-13	-21,9%
Itália	37	11,5%	25	8,3%	12	46,0%
Reino Unido	30	9,3%	14	4,4%	17	121,8%
França	13	4,0%	0	0,1%	12	3168,7%
Outros países	62	19,3%	101	32,9%	-39	-38,5%
Comércio externo	278	86,3%	264	86,2%	13	5,1%
Continente e regiões autónomas	44	13,7%	42	13,8%	2	4,5%
Total	322	100,0%	307	100,0%	15	5,0%

1.2.3. Análise do Movimento de Mercadorias

O movimento consolidado por tipo de carga no Porto de Leixões e no Porto de Viana do Castelo foi o seguinte:

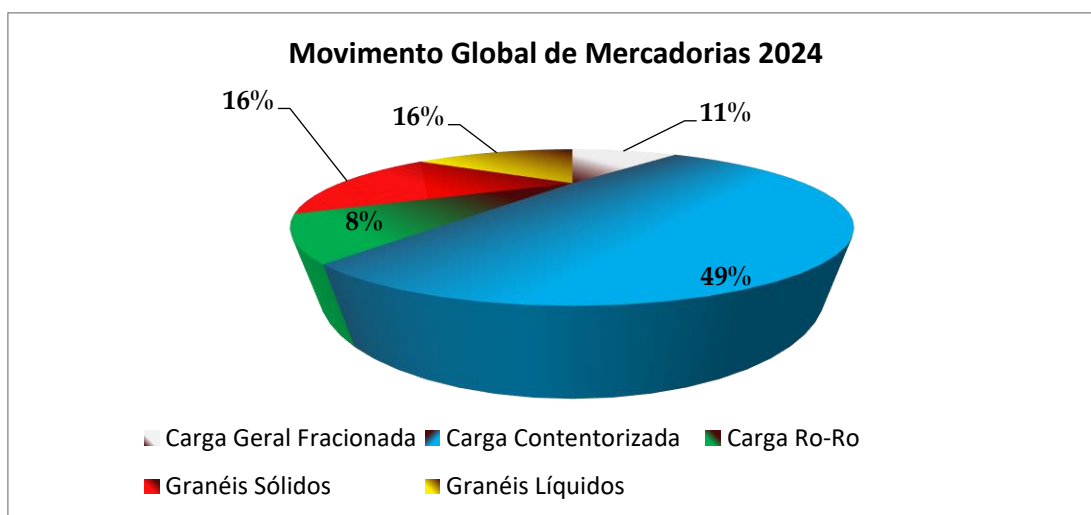
MOVIMENTO POR TIPO DE CARGA

Un: 1000 Ton

	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Carga Geral Fracionada	1 617	1 546	71	4,6%
Carga Contentorizada	7 165	6 993	172	2,5%
Ro-Ro	1 196	1 325	-128	-9,7%
Granéis Sólidos	2 353	2 629	-276	-10,5%
Granéis Líquidos	2 373	2 487	-114	-4,6%
Total	14 704	14 980	-276	-1,8%

No ano de 2024 os segmentos carga geral fracionada e carga contentorizada registaram um desempenho positivo, aumentando o movimento em 71 mil toneladas e em 172 mil toneladas, crescendo 4,6% e 2,5%, respetivamente, face a 2023. Os restantes segmentos tiveram uma evolução negativa, mais expressiva nos granéis sólidos e ro-ro.

O gráfico seguinte apresenta a repartição por tipos de carga do movimento de mercadorias consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo.



Porto de Leixões

O Porto de Leixões registou em 2024 uma evolução negativa no total de carga movimentada, condicionada principalmente pela diminuição nos segmentos de carga ro-ro e granéis sólidos. O crescimento da movimentação dos segmentos da carga

geral fracionada e carga contentorizada apenas compensou parcialmente a evolução negativa dos restantes.

Tanto os granéis sólidos, como a carga ro-ro registaram quebra de movimento, na sequência de uma evolução negativa face ao ano anterior. É de realçar, no entanto, que o segmento do ro-ro apresentou nos últimos meses de 2024 uma tendência clara de recuperação.

Em relação ao movimento por setores operacionais, verificou-se um decréscimo de 1,6% no tráfego nos Cais Comerciais e de 4,2% no Terminal Petrolero.

Nos Cais Comerciais registou-se um decréscimo de movimento de 192 mil toneladas, face a 2023. A carga geral fracionada movimentou mais 49 mil toneladas que em 2023 e carga contentorizada mais 172 mil toneladas, mas insuficientes para compensar as quebras de 128 mil toneladas, de 274 mil toneladas e de 11 mil toneladas da carga ro-ro, granéis sólidos e granéis líquidos, respetivamente.

No Terminal Petrolero registou-se nova quebra de movimento, em linha com a tendência desde o fim da atividade da refinaria de Leça da Palmeira.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE MERCADORIAS POR SETORES OPERACIONAIS

Un: 1000 Ton

	2024		2023		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Cais Comerciais	12 101	84,1%	12 293	83,8%	-192	-1,6%
Carga Geral Fracionada	1 440	10,0%	1 391	9,5%	49	3,6%
Carga Contentorizada	7 165	49,8%	6 993	47,7%	172	2,5%
Carga Ro-Ro	1 196	8,3%	1 325	9,0%	-128	-9,7%
Granéis Sólidos	2 230	15,5%	2 504	17,1%	-274	-11,0%
Granéis Líquidos	70	0,5%	81	0,5%	-11	-13,4%
Terminal Petrolero	2 281	15,9%	2 380	16,2%	-99	-4,2%
Total	14 382	100,0%	14 673	100,0%	-291	-2,0%

Na análise da importância relativa dos setores operacionais e de cada tipo de carga no movimento total de mercadorias regista-se o aumento dos cais comerciais e o recuo do Terminal Petrolero. Neste contexto evidencia-se a carga geral fracionada que aumenta o seu peso no total para 10,0% (+0,5 p.p.) e da carga contentorizada para 49,8% (+2,2 p.p.). A carga roll on/ roll off e os granéis sólidos diminuíram os seus pesos relativos para 8,3% e 15,5%, cedendo 0,7 p.p. e 1,6 p.p., respetivamente.

Tipo de Movimento Carga/Descarga

O movimento de carga representou 35,4% do total de mercadorias movimentadas em 2024, aumentando em 0,9 p.p., relativamente ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: TIPOS DE MOVIMENTO

Un: 1000 Ton

MOVIMENTO	2024		2023		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
CARGA	5 091	35,4%	5 069	34,5%	23	0,5%
DESCARGA	9 290	64,6%	9 605	65,5%	-314	-3,3%
Total	14 382	100,0%	14 673	100,0%	-291	-2,0%

Os movimentos de carga e de descarga registaram variações de +0,5% e -3,3%, respetivamente, em comparação com 2023.

Movimento de contentores

Em 2024 movimentaram-se no Porto de Leixões um pouco mais de 715 mil TEU, aproximadamente mais 13,3 mil TEU que no ano anterior (+1,9%). Em número de contentores o movimento ultrapassou 427 mil, 6,5 mil unidades acima do total de 2023 (+1,5%).

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES

CONTENTORES	2024			2023			Variação %	
	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU
Cheios	327 086	552 382	76,5%	321 733	543 468	76,4%	1,7%	1,6%
Vazios	100 260	162 671	23,5%	99 144	158 254	23,6%	1,1%	2,8%
Total	427 346	715 053	100,0%	420 877	701 722	100,0%	1,5%	1,9%

O rácio de contentores cheios/vazios foi de 3,3 em número de contentores e de 3,4 em TEU, aumentando uma décima em número de contentores e mantendo-se em TEU, face ao ano anterior.

Movimento de contentores por dimensão

Na análise do movimento dos contentores por dimensão constata-se um crescimento de 0,8% nos contentores de 40 pés e de 10,2% nos contentores de outras dimensões. Os contentores de 20 pés registaram um decréscimo de 0,1%. Em termos de peso relativo, ressalta-se o aumento de 1,0 p.p. nos contentores de outras dimensões, enquanto os contentores de 20 pés e contentores de 40 pés, recuaram, 0,6 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente.

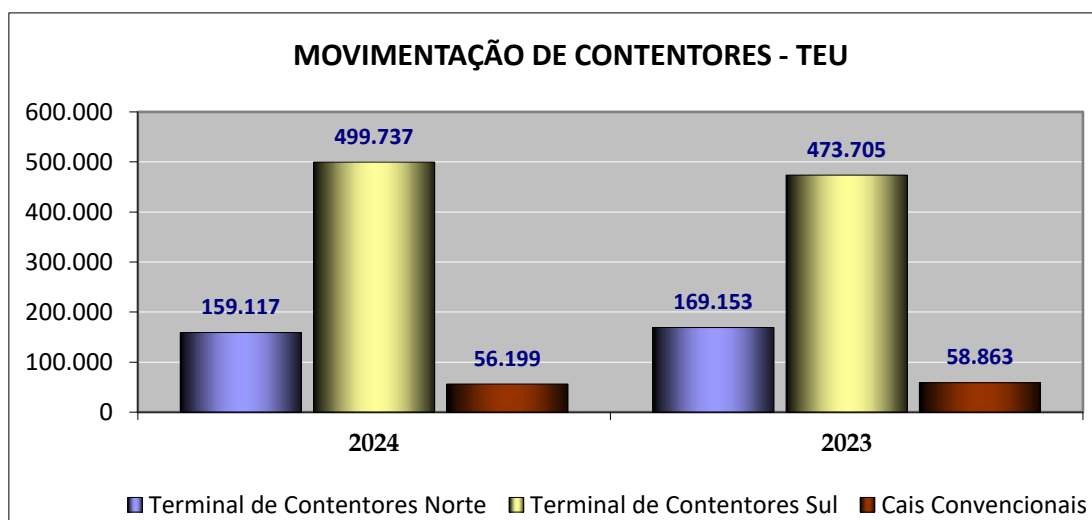
PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES POR DIMENSÃO

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2024		2023		Variação %
	N.º	Peso %	N.º	Peso %	
Contentores de 20'	143 724	33,6%	143 864	34,2%	-0,1%
Contentores de 40'	231 592	54,2%	229 798	54,6%	0,8%
Contentores com outras dimensões	52 030	12,2%	47 215	11,2%	10,2%
Total	427 346	100,0%	420 877	100,0%	1,5%

Movimento de contentores por cais ou terminal

O gráfico seguinte permite observar a repartição do movimento de contentores em TEU pelos diferentes terminais.

MOVIMENTO DE CONTENTORES POR CAIS/TERMINAL



O Terminal de Contentores Norte e o Terminal de Contentores Sul movimentaram em 2024 658 854 TEU, quase mais 16 mil TEU do que no ano anterior, ou seja, +2,5%. A soma do movimento do TCS e TCN representou 92,1% do tráfego total de contentores, aumentando a sua quota em 0,5 p.p. face ao ano anterior.

No conjunto dos cais convencionais movimentaram-se 56 199 TEU, dos quais 56 187 corresponderam ao movimento de contentores ro-ro no Terminal Multiusos. O movimento no Terminal Multiusos registou um decréscimo de 4,4%, por comparação com o ano anterior, regredindo para uma quota de 7,9%, menos 0,5 p.p..

Porto de Viana do Castelo

O movimento no Porto de Viana do Castelo totalizou 322 mil toneladas, crescendo 5,0%, face a 2023, aumentando em 15 mil toneladas.

Na análise por segmentos de carga mantém-se a grande importância da carga geral fracionada e dos granéis sólidos. Em conjunto representam 93,0% do movimento total, mais 1,6 p.p. que em 2023.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Un.: 1000 Ton

	2024		2023		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Carga Geral Fracionada	177	54,9%	156	50,7%	21	13,6%
Carga Contentorizada	0	0,1%		0,0%	0	-
Carga Ro-Ro	0,33	0,1%	0,18	0,1%	0	83,8%
Granéis Sólidos	123	38,1%	125	40,7%	-2	-1,6%
Granéis Líquidos	22	6,9%	26	8,6%	-4	-16,0%
Total	322	100,0%	307	100,0%	15	5,0%

No Porto de Viana do Castelo os granéis sólidos e os granéis líquidos registaram decréscimos de 1,6% e 16,0%, respetivamente, face a 2023.

Em carga geral fracionada movimentaram-se 177 mil toneladas, mais 21 mil toneladas (+13,6%) que em 2022. A Carga roll-on/roll-off, totalizando ainda um movimento residual, teve crescimento muito acentuado, no valor de 83,8%.

Movimento de Passageiros

Em 2024, Porto de Leixões recebeu 152 escalas de navios de cruzeiro e 195.834 passageiros. Estes números representam um crescimento de 32% no número de passageiros e de 31% no número de escalas comparativamente com o ano anterior de 2023.

Desta forma, o ano de 2024 foi o melhor de sempre para a atividade de cruzeiros quer em número de navios de cruzeiro quer em número de passageiros.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: Número de passageiros

	2024	2023	Variação	
			VALOR	%
Desembarque	1 331	735	596	81,1%
Embarque	1 160	572	588	102,8%
Trânsito	193 343	147 586	45 757	31,0%
Total	195 834	148 893	46 941	31,5%
Número de navios	152	116	36	31,0%

No Porto de Viana do Castelo registou-se um movimento de 44 passageiros em 2024.

Movimento de Pescado

Em 2024, a descarga de pescado no porto de pesca de Leixões totalizou 19 080 toneladas, mais 5 335 toneladas do que no ano anterior (+38,8%). Nos portos de pesca da Afurada e de Viana do Castelo a variação do movimento de pescado relativamente a 2023 foi de +5,6% e +31,5%, respetivamente.

MOVIMENTO DE PESCAÇO

Un: ton

PORTOS DE PESCA	2024	2023	Variação	
			VALOR	%
Leixões	19 080	13 745	5 335	38,8%
Afurada	5	5	0	5,6%
Viana do Castelo	1 787	1 359	428	31,5%
Total	20 872	15 109	5 763	38,1%

1.3. Tráfego Fluvial - Via Navegável do Douro

1.3.1. Movimento de Mercadorias e Navios Comerciais

Em 2024, escalaram os portos do Douro 9 navios comerciais, menos 1 navio do que no ano anterior.

NAVIOS COMERCIAIS

	2024		2023		Variação %	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Portos do Douro	9	12	10	16	-10,00%	-28,51%

Em 2024 o movimento de mercadorias no porto da Várzea totalizou 7 338 toneladas, menos 2 125 toneladas do que no ano anterior (-22,5%).

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO DOURO

Un: Ton

PORTOS	2024	2023	Variação	
			VALOR	%
Várzea do Douro	7 338	9 463	-2 125	-22,5%
Total	7 338	9 463	-2 125	-22,5%

1.3.2. Movimento de Passageiros

Em 2024 o movimento total na Via Navegável do Douro aproximou-se de 1,4 milhões de passageiros, representando um acréscimo superior a 132 mil passageiros (+10,6%), face ao ano anterior.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO TRÁFEGO FLUVIAL

Un: Número de passageiros

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2024	2023	Variação	
			VALOR	%
Cruzeiros na mesma albufeira	1 099 063	958 438	140 625	14,7%
Cruzeiros de 1 dia	149 467	169 775	-20 308	-12,0%
Cruzeiros em Navio-Hotel	120 150	106 838	13 312	12,5%
Embarcações de Recreio	9 178	10 263	-1 085	-10,6%
Total	1 377 858	1 245 314	132 544	10,6%

1.4. Terminais Ferroviários

A operação e gestão da APDL no Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (TFML) foi iniciada em fevereiro de 2023, pelo que, a informação abaixo não inclui o movimento de janeiro de 2023, altura em que o TFML estava ainda sob gestão da Infraestruturas de Portugal, S.A.

Em 2024 o movimento do TFML registou um aumento significativo de atividade, tanto no que respeita a veículos entrados e saídos, como na carga movimentada.

Em 2024 foram operados 1 864 comboios no TFML para operações de carga ou descarga, significando um crescimento de 15,5%, face a 2023.

MOVIMENTO DE COMBOIOS NO TFML

Un: Número de comboios

	2024	2023	Variação	
			VALOR	%
Carga	984	859	125	14,6%
Descarga	880	755	125	16,6%
Total	1 864	1 614	250	15,5%

Em 2024 foram movimentadas no TFML 727 mil toneladas de mercadorias, mais 185 mil toneladas (+34,2%) que em 2023. As mercadorias carregadas e descarregadas registaram uma evolução de +15,9% e de +64,4%, respetivamente, face ao ano anterior.

CARGA MOVIMENTADA NO TFML

Un: Toneladas

	2024	2023	Variação	
			VALOR	%
Carga	390 649	337 033	53 617	15,9%
Descarga	336 179	204 443	131 736	64,4%
Total	726 828	541 475	185 353	34,2%

Durante 2024 movimentaram-se no TFML um pouco mais de 56 mil contentores, correspondentes a 95 mil TEU, que representam acréscimos de quase 11 mil contentores (+24,3%) e mais de 19 mil TEU (+25,4%), face a 2023.

MOVIMENTO DE CONTENTORES NO TERMINAL FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS DE LEIXÕES

	2024		2023		Variação %	
	N.º	TEU	N.º	TEU	N.º	TEU
Carga	32 159	53 900	28 398	47 320	13,2%	13,9%
Descarga	23 952	41 310	16 726	28 575	43,2%	44,6%
Total	56 111	95 210	45 124	75 895	24,3%	25,4%

1.5. Terminal de Cruzeiros

Com a sua localização estratégica, infraestrutura moderna e diversidade cultural, o Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões e o destino Porto e Norte de Portugal, continuam a atrair um número crescente de navios de cruzeiro e turistas, contribuindo assim para o desenvolvimento económico e turístico da região.

Em 2024, Porto de Leixões recebeu 152 escalas de navios de cruzeiro e 195.834 passageiros, tornando-se no melhor ano de sempre para a atividade no Porto de Leixões. Estes números representam um crescimento de 32% no número de passageiros e de 31% no número de escalas comparativamente com o ano anterior de 2023.

O mercado de cruzeiros continua a manifestar um interesse contínuo no Porto de Leixões, como evidenciado pela receção de 15 escalas inaugurais em 2024. Estas escalas são sempre celebradas com a tradicional cerimónia de “Troca de Placas” com o Capitão e staff do navio, como com iniciativas dedicadas tanto aos passageiros quanto às tripulações.

No que se refere à promoção internacional da atividade, o Porto de Leixões marcou presença na Seatrade Cruise Global, a principal feira de cruzeiros a nível mundial que se realiza todos os anos nos E.U.A. e ainda, na Seatrade Cruise Med, o maior evento bienal de cruzeiros com foco no Mediterrâneo e que teve lugar em Málaga.

Esta participação do Porto de Leixões nos principais eventos mundiais de cruzeiros é feita em conjunto com os portos dos Açores, Lisboa, Madeira, Setúbal e Portimão sob a marca Cruise Portugal, contribuindo decisivamente para o reforço do posicionamento de Portugal e do Porto de Leixões em particular, enquanto destino de cruzeiros.

O Porto de Leixões é ainda membro da Cruise Europe e da Med Cruise, apostando ativamente na promoção de Leixões enquanto porto de cruzeiros e da Costa Atlântica Portuguesa enquanto um destino de cruzeiros de excelência.

No que diz respeito ao setor dos eventos, a APDL acolheu no Terminal de Cruzeiros um total de 121 eventos corporativos, onde se incluem conferências, congressos, reuniões, seminários, apresentações e workshops, de cariz social, com almoços corporativos e jantares de gala e ainda produções comerciais, com sessões fotográficas e filmagens. De entre as principais iniciativas, destacam-se: aquelas diretamente relacionadas com o apoio ao turismo, inovação e sustentabilidade, ou eventos de cariz solidário, como a 25.ª edição da Feira do Empreendedor, organizada pela ANJE; o Jantar Comemorativo dos 60 Anos da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Conferência do Castelo – Instituto da Defesa Nacional, o Roadshow MSC Cruises, a Comemoração dos 175 Anos do Grupo Freudenberg, a 2ª edição do Porto Cello Festival, bem como outros eventos de cariz formativo, académico, desenvolvimento científico, tecnológico, regional e setorial.

A integração do edifício com a comunidade sempre foi uma aposta da APDL, pelo que, sempre que possível, a APDL abre as suas portas ao público e à comunidade, através de visitas guiadas e livres. Através das visitas ao domingo, com a abertura

ao público, das visitas programadas, durante a semana, e dos dias abertos à comunidade, o edifício recebeu, em 2024, aproximadamente 315 visitas e 23.000 visitantes.

Relativamente à atividade do TITAN do Porto de Leixões, com abertura ao público aos fins-de-semana e com visitas de grupos programadas durante a semana, em 2024 registaram-se 430 visitas ao icónico guindaste, permitiram receber aproximadamente 4.800 visitantes.

1.6. Plataforma Logística

A Plataforma Logística do Porto de Leixões (PLPL) mantém-se como um dos principais investimentos para o desenvolvimento do Porto de Leixões enquanto ecossistema portuário, contribuindo na criação de valor através da melhoria das condições para a atração e fixação de agentes logísticos. Este processo possibilita ancorar novo tráfego de mercadorias através da melhoria das cadeias logísticas envolvidas, fortalecendo a relação entre o Porto de Leixões e o território.

Complementarmente, tem permitido mitigar os impactos associados à reduzida disponibilidade de espaços de apoio às atividades operacionais do porto, melhorando a performance do serviço pelo Porto de Leixões na cadeia logística.

A PLPL apresentou no final de 2024 um índice de ocupação de 77,5%, um acréscimo de 2,47 p.p. face ao ano 2023.

O nível de ocupação registado em 2024 e os desafios colocados no âmbito do imobiliário logístico, reforçam a necessidade manter uma dinâmica elevada nas ações de desenvolvimento e promoção da PLPL à semelhança de anos anteriores.

1.7. Atividade Promocional, Comercial e Comunicação

Numa vertente mais comercial e de promoção das várias unidades de negócio, a APDL continua a procurar manter um papel dinamizador na atração de novos negócios e identificação de novas oportunidades, não descurando os clientes que já utilizam as infraestruturas portuárias da APDL, contribuindo assim para a consolidação e reforço do ecossistema portuário, através da melhoria contínua do desempenho das unidades de negócio, sempre em colaboração com os diversos parceiros nas Comunidades Portuárias.

Durante o ano de 2024, o acompanhamento permanente do Grupo de Promoção do Porto de Leixões, liderado pela APDL e com a participação dos concessionários, foi um elemento importante na adaptação da estratégia promocional ao contexto económico e na avaliação permanente das dificuldades sentidas nas diversas áreas de negócio do porto.

De igual forma, o Grupo de Promoção do Porto de Viana do Castelo que reúne os principais *stakeholders* do porto de Viana do Castelo e tem como objetivo a definição da estratégia e plano de ação promocional do porto, foi dinamizador de algumas ações de cariz promocional.

O Porto de Viana de Castelo continua a ser motivo de interesse por parte de diversos *clusters* energéticos internacionais, devido ao seu potencial no âmbito das energias renováveis e, em particular, na área dos projetos da indústria eólica *offshore*.

No que diz respeito às ações promocionais, no decorrer do ano de 2024, a APDL participou em diversas feiras, direcionadas aos vários segmentos de carga, nomeadamente, a Intermodal South America 2024, que decorreu de 5 a 7 de março, em S. Paulo; a BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu de 28 de fevereiro a 03 de março na FIL, em Lisboa; a Seatrade Cruise Global, que decorreu de 8 a 11 de abril, em Miami; a Breakbulk Europe, que decorreu de 21 a 23 de maio, em Roterdão, e a Seatrade Europe 2024, que teve lugar em Málaga, Espanha, de 11 e 12 de setembro.

A APDL acolheu ainda, no Porto de Leixões, de 23 a 27 de setembro, a Porto Maritime Week, evento de referência que se afirma como o espaço por excelência para a reunião dos *stakeholders* do setor marítimo-portuário.

Numa outra abordagem de cariz institucional, a APDL continua empenhada em estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável das suas Unidades de Negócio e da região. Nesse sentido, delegações nacionais e estrangeiras, em particular da Europa, da América do Norte e do Sul, de África e da Ásia, visitaram o porto de Leixões, o porto de Viana e a VND durante 2024.

Estas visitas representam para a APDL uma excelente oportunidade para o fortalecimento das relações e promoção da cooperação entre a APDL e outras entidades governamentais, institucionais e organizacionais, bem como para o desenvolvimento de novas parcerias e oportunidades de negócio.

A ligação do Porto/Comunidade, nas diversas Unidades de Negócio, é um tema altamente valorizado na APDL e é dinamizado, quer pela realização de eventos para a Comunidade, quer pelo desenvolvimento de tecnologias que visam a melhoria das condições das populações, como é o caso da APP “Ponte Móvel”.

Os grandes eventos junto da Comunidade continuam a ser atividades de grande relevância e aproximação às populações.

O **Dia do Porto de Leixões, 16.ª edição**, celebrou-se a 22 de setembro com um programa diversificado para todas as idades e, em particular, para as famílias, com destaque para as visitas à área portuária, concertos, exposições, teatro, artes performativas, e a habitual mostra de ciência do CIIMAR.

No dia 8 de setembro, teve lugar a **9.ª Corrida do Porto de Leixões**, uma prova já emblemática na região do Grande Porto, que juntou mais de 2000 participantes, proporcionando aos participantes uma oportunidade única de explorar a **área portuária de Leixões**.

O **Dia do Porto de Viana** foi comemorado a 15 de junho, e contou com a grande adesão da Comunidade. Foram organizadas diversas atividades lúdicas para toda a família e faixas etárias, com destaque para as visitas ao Navio Hospital Gil Eannes e à área portuária a bordo de uma embarcação

Nesse mesmo dia realizou-se a segunda edição da **Corrida Porto de Viana**, que contemplou a vertente corrida de 10 km e caminhada de 5 km. Esta prova teve a presença da Manuela Machado, atleta e campeã mundial da maratona. A prova iniciou-se dentro do Porto de Viana e terminou junto ao Jardim da Marina, num percurso inédito que percorreu as áreas portuárias e industriais do porto, bem como a famosa ponte Eiffel.

No âmbito destas comemorações, a APDL voltou a distinguir os melhores alunos do concelho de Matosinhos, Viana do Castelo e Peso da Régua, com a entrega do “Prémio APDL”.

No que respeita às visitas ao Porto de Leixões, a APDL valoriza o envolvimento da comunidade local e a educação das gerações futuras sobre o papel crucial dos portos na economia nacional e no desenvolvimento regional. Ao abrir as portas do Porto de Leixões a grupos escolares e universitários, estamos a proporcionar uma experiência prática e educativa única. No decorrer de **2024 foram realizadas 88 visitas de estudo**, com **cerca de 4.600 alunos** dos mais diversificados ciclos de ensino, destacando-se principalmente os grupos escolares do ensino secundário, das escolas profissionais e grupos de estudantes de universidades europeias.

Destacam-se também as **16 filmagens, reportagens e documentários realizados no Porto de Leixões**, fomentando a política de abertura à Comunidade e ao mundo, reafirmando o nosso compromisso com a transparência e o acesso à informação. Queremos proporcionar uma visão autêntica e transparente da atividade portuária, tanto para a comunidade local como para o público em geral.

Ao nível interno, o Portal Interno da APDL, que em 2024 publicou 423 notícias, procura ser um veículo de informação e comunicação com os seus colaboradores. Este portal agrega as notícias da atualidade da APDL, reunindo a comunicação interna das várias unidades orgânicas; acesso direto aos diversos portais e plataformas da APDL: portal do Colaborador, site, redes sociais; Calendário de eventos, entre outras informações.

Na comunicação externa, em particular com os órgãos de comunicação social, foram divulgados 44 Comunicados/Notas de Imprensa e foram efetuados mais de 31 esclarecimentos, com diferentes assuntos de agenda.

Ao longo de 2024, a comunicação digital da APDL consolidou a sua presença ativa nas redes sociais, nomeadamente no Facebook, Instagram, YouTube e LinkedIn, reforçando a proximidade com os stakeholders e destacando a Responsabilidade Social da empresa.

A página do Facebook do Porto de Leixões registou um alcance de 1,8 milhões de pessoas, um crescimento de 20,1% face ao período anterior. O total de visualizações atingiu 1,2 milhões, com destaque para as 84,4 mil visualizações de 3 segundos (+21,9%) e 12,2 mil visualizações de 1 minuto, que aumentaram 72%. O número de

interações foi de 71,4 mil, evidenciando um envolvimento crescente com os conteúdos. Além disso, a página angariou cerca de 3.000 novos seguidores.

Em 2024, o Instagram do Porto de Leixões alcançou 3,7 mil utilizadores, um crescimento de 65,4%. Destes, 1.648 eram seguidores, um aumento de 23,4%, enquanto 1.907 eram não seguidores, representando um crescimento de 108,4%. O total de visualizações foi de 11,2 mil, um aumento de 42,2%, com 70% provenientes de seguidores e 30% de não seguidores.

A página do Facebook do Porto de Viana do Castelo registou um alcance de 112 mil pessoas, um crescimento expressivo de 109,7%. O total de visualizações atingiu 7,9 mil. Apesar da redução de 26,4% nas interações com os conteúdos, o número de cliques em ligações cresceu 261,3%, totalizando 112 cliques.

Por outro lado, a página da Via Navegável do Douro apresentou um desempenho distinto, com um alcance de 9,3 mil pessoas, refletindo um decréscimo de 88,1%. O total de visualizações foi de 5,3 mil, e as interações com conteúdos somaram 395, representando uma redução de 74,6%. A página angariou 153 novos seguidores ao longo do ano.

A página do LinkedIn da APDL consolidou a sua presença com um total de 246.542 impressões, refletindo um elevado alcance e visibilidade. O envolvimento com os conteúdos foi significativo, com 6.712 reações, 140 comentários e 69 partilhas. Estes resultados demonstram um crescimento da interação e do interesse pela atividade da APDL na plataforma, reforçando a importância da comunicação institucional e do contacto com a comunidade profissional. A página ultrapassou os 9.000 seguidores, tendo angariado cerca de 1.500 novos seguidores ao longo de 2024.

No âmbito da reorganização, renovação e rebranding dos sites das Unidades de Negócio e da APDL, o que resultou na implementação de sete websites que desempenham um papel fundamental na melhoria da comunicação, transparência e acessibilidade para os utilizadores dos portos, turistas e o público em geral.

Ainda no âmbito de abertura e comunicação com a Comunidade, a APDL mantém canais de comunicação abertos para receber feedback, sugestões e reclamações, reconhecendo a importância do diálogo constante para a melhoria contínua dos serviços prestados e das operações portuárias. Nesse sentido, no decorrer de 2024 foram recebidas, analisadas e tratadas, 56 reclamações de âmbito geral.

Foram ainda publicados anúncios publicitários vários, em diversos órgãos de comunicação social, local, nacional e internacional, sobre carga, cruzeiros de mar e rio, saúde, formação, eventos e serviços, totalizando 20 anúncios nacionais. A presença das Unidades de Negócio e dos serviços na imprensa nacional e estrangeira, procura afirmar e intensificar a sua notoriedade e o posicionamento.

1.8. Sistemas de Informação

No exercício de 2024, ao nível dos sistemas de informação da APDL, destacam-se as seguintes atividades:

Projeto Implementação da Janela Única Logística (JUL):

- Entrada em funcionamento da JUL no Porto de Leixões a 30 de novembro;
- Disponibilização da aplicação do *Gate Operating System* no Porto de Leixões;
- Disponibilização de declaração de bancas (IMO FAL FORM 3), decorrente de necessidade legal onde o agente de navegação ou seu representante, faça uma declaração de bancas (combustível) quando o navio chega ao porto, e quando o navio sai do porto.
- Reestruturação da arquitetura da Camada Nacional e componentes transversais para *CLOUD*.
- Continuação dos trabalhos de desenvolvimento da integração da JUL com o novo sistema aduaneiro (SIMTEM) para cumprimento do disposto na Decisão EU 2019/2151, no âmbito do novo Código Aduaneiro da União (CAU);

Informação de Gestão

- Desenvolvimento de novo *Data Lake* com informação JUL.
- Criação de cubos para disponibilização de informação para suporte gestão.
- Migração de dados JUP 2 para Metabase.

Portal eletrónico para gestão de expediente

- Levantamento dos processos da área dominial;
- Instalação módulo gestão de reuniões;

Implementação da Faturação Eletrónica

- Implementação da componente de Contas a Pagar integrada com sistema SAP.

Infraestrutura de rede interna

- Renovação da solução de SDN (Software Defined Network) existente já com alguns anos, para nova versão atualizada permitindo obter, maior desempenho, segurança e escalabilidade à infraestrutura;
- Renovação de solução de Core de Rede por substituição dos equipamentos antigos já em fim de ciclo de vida. Estes novos equipamentos foram implementados nos sites da APDL: Leixões (SS2 e SS3), Viana do Castelo, Régua e Terminal de Cruzeiros, proporcionando maior resiliência, suporte, garantias e novas funcionalidades.
- Renovação e reforço de rede sem fios corporativa da APDL, em Leixões, Viana do Castelo e Régua, resultando numa maior resiliência, maior disponibilidade de largura de banda, cobertura alargada, suporte a um maior número de utilizadores simultâneos e novas funcionalidades.

Rede conectividade da APDL

- Ampliação de rede através de infraestruturação por fibra e estabelecimento de comunicações seguras, mais rápidas e estáveis, para vários cais da VND (Barca D'Alva, Banhos, Folgosa, Leverinho, Pinhão, Secil, Régua e Sabrosa).
- Foi estabelecida uma ligação de fibra privada entre o site principal da Régua e o Cais de Gaia, onde será instalado um Centro de Controlo da VND essencial para a APDL.
- Foram reformuladas e estabelecidas ligações de fibra entre o site principal da Régua e as cinco eclusas da VND, garantindo maior autonomia e estabilidade na comunicação.
- Novas ligações entre o Datacenter SS2 de Leixões e o TFML, eliminando a dependência de operadores de comunicações externos, assegurando ligações diretas e próprias da APDL mais estáveis, com maior largura de banda e poupanças económicas a curto prazo.

Rede de sensorização da APDL

- Colocação de nova Antena LoRaWAN nos Silos com passagem de fibra, posicionada num dos pontos mais altos de Matosinhos/Leça, permitindo uma maior abrangência do sinal e garantindo melhor conectividade para os serviços dependentes desta tecnologia.

Segurança de rede e acessos:

- Balanceadores: migração para novos equipamentos, abrangendo regras, publicações e balanceamentos. Esta atualização trouxe melhorias como suporte contínuo, acesso a versões mais recentes e a segmentação dos Link Controllers (ligações externas) de LTM (balanceamentos e publicações) e APM (VPN).
- Firewall: reformulação de regras de Firewall de raiz e redundâncias nas publicações e acessos à Internet entre os sites SS2 e SS3, garantindo melhorias significativas em segurança e estabilidade.
- Foi adquirido um novo software de AntiVirus XDR para todos os postos e servidores, bem como um software SASE, que permitirá reforçar a segurança e a gestão centralizada dos acessos remotos.
- Foi adquirido um novo software SIEM, proporcionando monitorização contínua e análise avançada de eventos de segurança, aumentando a capacidade de deteção e resposta a ameaças.
- Foi adquirido o software de Attack Surface Managment (ASM), que permitirá uma maior visibilidade sobre ameaças externas e gestão proativa da segurança, melhorando a postura defensiva da organização.

Projeto Métis

- O projeto MÉTIS - ILSWC (Improving Logistic Single Window Cybersecurity), sob a iniciativa Connecting Europe Facility, focou no aumento da resiliência cibernética do consórcio formado pelas autoridades portuárias de Leixões (APDL) e Sines (APS).
- O seu principal objetivo foi harmonizar os procedimentos de cibersegurança entre estas entidades, alcançando um nível de maturidade mais elevado e

alinhado com as diretrizes e orientações emanadas pela EU sobre esta temática, introduzindo referenciais relacionados com a preparação à adoção da NIS2.

- O projeto foi estruturado nas seguintes atividades:
 - a) Avaliação de maturidade;
 - b) Aumento das capacidades de defesa cibernética;
 - c) Conformidade (ISO/IEC: 27001, 27701, ...);
 - d) Estabelecimento de um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
 - e) Disseminação de campanhas de sensibilização orientadas aos vários stakeholders que compõem a comunidade portuária.
- O desenvolvimento e conclusão desta ação foi alcançada com uma taxa de sucesso situada nos 90%, avaliada pela taxa média de realização das várias atividades, tendo sido concluída em Janeiro de 2025.
- De salientar a organização e participação em diversos eventos nacionais e internacionais, a adesão ao mecanismo de cooperação para ISACs (Centros de Análise e Partilha de Informação) como membros fundadores do ISAC PORTOS.PT por iniciativa do CNCS (Centro Nacional de Cibersegurança), estando atualmente em processo de adesão ao ISAC europeu no setor dos portos marítimos, com a intermediação do CNCS e da ENISA.
- A adoção/ atualização das ferramentas tecnológicas de âmbito cibernético, a capacitação de recursos humanos bem as ações de sensibilização realizadas (plataforma de PHISHING e AWARENESS), enquadram os pilares principais em que esta ação decorreu.

Parque de equipamentos:

- Renovação dos telemóveis empresariais e alargamento a todos os colaboradores permitindo a implementação de políticas de controlo de acesso multifactor necessárias a garantir níveis de segurança adequados para acessos a sistemas e aplicações segundo políticas empresariais e obrigações legais.
- Renovação substancial de equipamentos portáteis dos colaboradores suportando novas necessidades empresariais e dando suporte à política de trabalho híbrido.

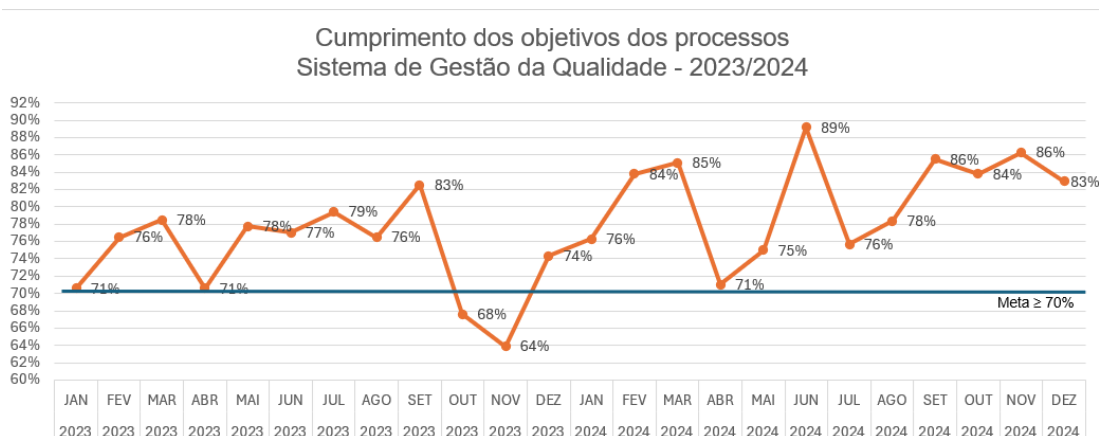
1.9. Certificações, Sistemas de Gestão (Qualidade, Segurança da Cadeia de Abastecimento e Segurança dos Terminais Ferroviários de Mercadoria de Leixões) e Gestão de Riscos

Certificação da Qualidade

Em 2024, a Entidade Certificadora verificou o cumprimento do SGQ da empresa de acordo com os requisitos estabelecidos na Norma ISO 9001:2015, norma esta pela qual a APDL (em todas as suas Unidades de Negócio) está certificada. A Entidade Certificadora confirmou, durante a 2ª auditoria de acompanhamento da certificação, que o sistema se mantém eficazmente implantado na organização, contribuindo para a respetiva melhoria contínua.

Este Sistema é estruturado tendo em conta a Política da Qualidade da empresa, alinhada ao seu planeamento estratégico e prossequindo os princípios consagrados pela gestão por processos, comprometimento da gestão de topo, auditorias, a melhoria contínua e o pensamento baseado no risco.

Relativamente à performance/análise comparativa ao Macro Indicador do Processo “Planeamento de Gestão - Cumprimento dos objetivos dos processos”, registada no biénio 2023/2024, pode-se aferir que o ano de 2024 foi em termos gerais melhor do que o ano 2023 pois a meta dos 70% foi atingida em todos os meses.



Implementação do Sistema de Gestão da Segurança da Cadeia de Abastecimento no Porto de Leixões com vista à certificação

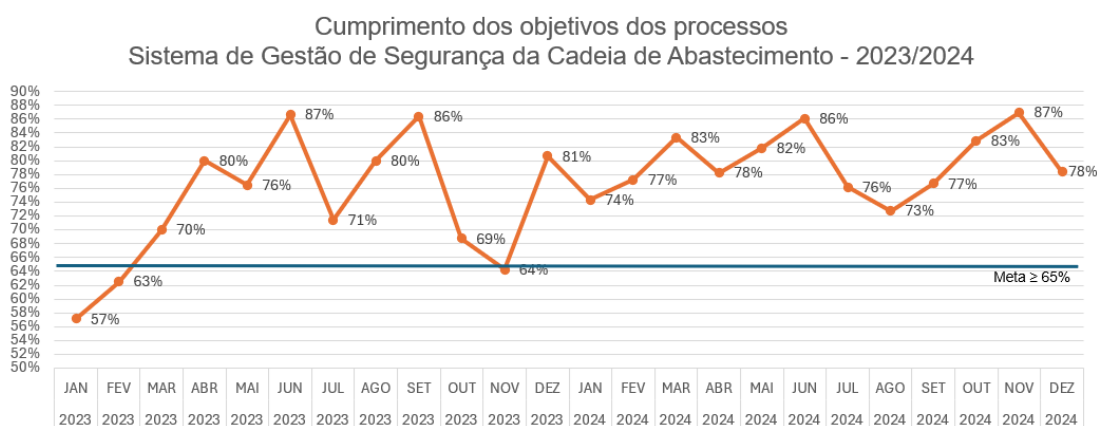
O Porto de Leixões foi o primeiro porto português a obter a Certificação na norma ISO 28000 – Segurança da Cadeia de Abastecimento (em 5 de janeiro de 2023). Esta implementação foi realizada ao abrigo da candidatura GISAMP e de acordo com as normas do Fundo Azul. A obtenção da certificação demonstra o compromisso do Porto de Leixões com a qualidade e a segurança nas operações realizadas, visando a contínua satisfação dos seus clientes, reforçando a imagem institucional e acompanhamento do mercado em permanente mudança.

A implementação da norma ISO 28000 – Segurança da Cadeia de Abastecimento tem como objetivo primordial estabelecer, implementar e melhorar os níveis de segurança e proteção nas operações, melhorar as condições de segurança na cadeia logística, garantir as competências necessárias para o desempenho das funções operacionais, assegurar a conformidade com a política de segurança estabelecida e demonstrar essa conformidade em relação a terceiros, através de uma adequada e eficaz gestão dos riscos de segurança.

O SGSCA (Sistema de Gestão de Segurança da Cadeia de Abastecimento) é composto por processos sistémicos, na área da prestação dos seus serviços Core Marítimo/Portuários, e em áreas que permitem à gestão corrigir os desvios face à linha de rumo traçada. Em 2024 ocorreu a 1ª auditoria de seguimento ao sistema de gestão e a Entidade Certificadora confirmou, durante essa auditoria, que o sistema

se mantém eficazmente implantado na organização, contribuindo para a respetiva melhoria contínua.

Relativamente à performance/análise comparativa ao Macro Indicador do Processo “Planeamento de Gestão - Cumprimento dos objetivos dos processos”, registada no biénio 2023/2024, pode-se aferir que o ano de 2024 foi em termos gerais melhor do que o ano 2023 pois a meta dos 65% foi atingida em todos os meses, verificando-se uma tendência de melhoria.

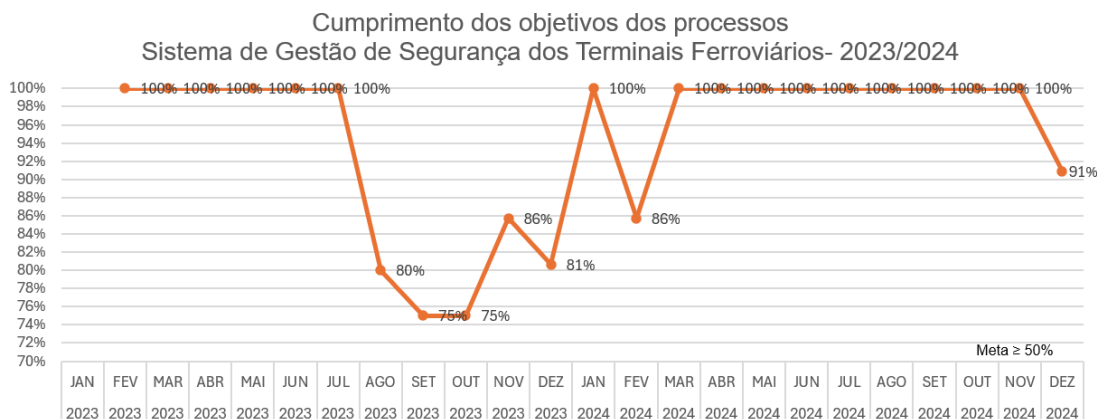


Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões

No início de 2023 foi implementado o SGSTFM (Sistema de Gestão da Segurança dos Terminais Ferroviários de Mercadorias) e realizadas as avaliações de conformidade pelo IMT.

A APDL obteve em 14/01/2025 a renovação da sua Autorização de Segurança nº PT 21 2025 0001 emitida pelo IMT com a extensão ao Porto Seco /Terminal Ferroviário de Mercadorias da Guarda.

Relativamente à performance/análise comparativa ao Macro Indicador do Processo “Planeamento de Gestão - Cumprimento dos objetivos dos processos”, registada no biénio 2023/2024, pode-se aferir que o ano de 2024 foi em termos gerais melhor do que o ano 2023 pois a meta dos 50% foi atingida em todos os meses, verificando-se uma tendência de melhoria.



Plano de Gestão de Riscos - projeto MAR

A Gestão do Risco empresarial, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (conhecido na APDL por projeto MAR – Modelo de Avaliação de Riscos) segue as melhores práticas, modelos e frameworks de gestão de risco internacionalmente aceites, entre os quais se encontram as metodologias da norma ISO 31000:2018, o “COSO II - Integrated framework for Enterprise Risk Management”. O plano de prevenção do risco está disponível em <https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/>

O ano de 2024 foi um ano de consolidação de novas áreas de negócio (tais como os terminais ferroviários de mercadorias). O Comité de Gestão do Risco realizou 3 reuniões no ano de 2024. Foi também realizada a avaliação dos riscos decorrentes da implementação dos vários Sistemas de Gestão da APDL: Qualidade, Segurança da Cadeia de Abastecimento, Segurança dos Terminais Ferroviários de Mercadorias bem como a consolidação de uma nova vertente metodológica de gestão do risco de segurança ferroviária, de acordo com legislação própria: Método Comum de Segurança para a Avaliação de Risco, de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 402/2013.

No que concerne ao Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetiva documentação técnica, este cumpre com as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção. Neste âmbito a APDL aplica os normativos internos de Ética Empresarial, disponíveis em <https://www.apdl.pt/empresa/etica-empresarial/> e composta pelos seguintes documentos:

- Código de Ética e de Conduta
- Código de Conduta para o Tratamento de Dados Pessoais
- Regulamento da Comissão de Ética e de Conduta
- Regulamento de Comunicação de Irregularidades

A APDL elaborou em 2024 o Relatório de Avaliação Anual de 2023 – Prevenção da Corrupção, disponível em <https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/> e tem implementou um novo Canal de Comunicação de Irregularidades-Denúncias disponível em: <https://www.apdl.pt/empresa/comunicacao-de-irregularidades/>

2. Recursos Humanos

No âmbito da gestão de Recursos Humanos, destaca-se que, no ano de 2024, promoveu-se a integração de 10 trabalhadores que se encontravam em regime de prestação de serviços e para os quais tinha sido solicitada integração no Plano de Atividades e Orçamento.

A empresa mantém a sua aposta no desenvolvimento integral dos nossos colaboradores. Esta Direção assume a missão crucial de promover um ambiente de trabalho que estimule o crescimento profissional, o comprometimento e a satisfação dos trabalhadores. Para tal, implementamos políticas que visam garantir condições laborais justas e seguras, incluindo sistemas de remuneração competitivos e benefícios atrativos, além de zelar pela saúde, segurança e bem-estar de todos os recursos.

A APDL reafirma o seu compromisso estratégico em valorizar o capital humano, investindo em programas de capacitação que abrangem tanto as competências técnicas quanto as comportamentais, objetivando o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores. Este enfoque fortalece a empresa e contribui para elevar a produtividade e a eficácia dos serviços que prestamos.

2.1. Quadro de Pessoal

De acordo o Plano de Atividades e Orçamento, circunscrito ao ano de 2024, aprovado por referência o exposto no Relatório de Análise n.º 300/2023, de 11 de dezembro, da UTAM, e objeto de concordância através do Despacho n.º 84/2024-SET, de 16 de fevereiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 2024 o quadro de pessoal da APDL foi reforçado com 26 colaboradores. Parte destas contratações são motivadas por saídas voluntárias e aposentações/reformas, efetivadas ou a acontecer, e outras resultantes da internalização de colaboradores que se encontravam com contratos de prestação de serviço, da integração de 3 colaboradores que se mantinham em Acordo de Cedência de Interesse Público e, ainda, da contratação de novos colaboradores para as áreas de Informática, Obras, Controlo da Navegação da VND, Pilotagem e Marítima.

SAÍDAS DE COLABORADORES	2024
Cessação do contrato	2
Aposentação/reforma	11
Total	13
ENTRADAS DE COLABORADORES	
Contratação sem termo	26
Total	26

Relatório e Contas – Exercício de 2024

Como resultado do movimento de saídas e de entradas de colaboradores, o quadro de pessoal apresenta variação positiva de 13 colaboradores (mais 4,68% relativamente ao ano anterior), totalizando 291 colaboradores.

Não são considerados neste número, os trabalhadores que se encontram em licença sem vencimento.

QUADRO PESSOAL (por unidade de negócio)	2023	2024	Δ %
N.º de ativos	278	291	4,68%
Leixões	237	245	6,06%
Viana do Castelo	29	25	-13,79%
Via Navegável do Douro	12	15	25%
Terminal Ferroviário Leixões	6	6	0

Ativos – Totalidade dos recursos humanos disponíveis, não incluindo ROC (1 elemento), Conselho Fiscal (3 elementos) e Assembleia-geral (2 elementos)

QUADRO DE PESSOAL (em 31 de dezembro)	2023	2024	Δ %
Total	278	291	4,7%
H	184	196	6,5%
M	94	95	1,1%
Tipo de vínculo	278	291	4,7%
Permanente	231	244	5,6%
Comissão de serviço	37	40	8,1%
Cedência de interesse público	10	7	-30%

Mais de metade dos colaboradores possuem formação de nível superior, como resultado do investimento em quadros cada vez mais qualificados e dos incentivos à autoformação dos colaboradores.

NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	2023	2024	Δ %
Ensino básico	56	52	-7,1%
H	49	47	-4,1%
M	7	5	-28,6%
Ensino secundário	66	71	7,6%
H	43	47	9,3%
M	23	24	4,3%
Ensino superior politécnico	9	9	-
H	6	6	-
M	3	3	-
Ensino superior universitário	147	159	8,2%
H	87	97	11,5%
M	60	62	3,3%

Relatório e Contas – Exercício de 2024

Nas três unidades de negócio da empresa, em especial nos portos de Leixões e Viana do Castelo, há uma forte presença do trabalho operacional relacionado à movimentação de navios, com profissões como Piloto, Mestre de Tráfego Local, Motorista Marítimo e Marinheiro. Devido à falta de profissionais do género feminino com cédula marítima, esta área apresenta uma grande predominância do género masculino no quadro de pessoal da empresa. Já na área de gestão e serviços de apoio inverte-se essa tendência, com uma predominância do género feminino, como apresentado no quadro seguinte.

ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS	2023	2024	Δ %
Operações portuárias, segurança e ambiente	127	132	3,9%
H	109	116	6,4%
M	18	16	-11,1%
Obras e infraestruturas	34	36	5,9%
H	26	27	3,8%
M	8	9	12,5%
Logística e informática	24	29	20,8%
H	14	19	35,7%
M	10	10	0%
Comercial e gestão domínio público	21	21	0%
H	9	9	0
M	12	12	0
Gestão e serviços de apoio	72	73	1,4%
H	26	25	-3,8%
M	46	48	4,3%
Total	278	291	4,7%
H	184	196	6,5%
M	94	95	1,1%

Para garantir a plena operacionalidade dos serviços, é necessário que todos os colaboradores dos serviços marítimos (Operações Marítimo-Portuárias e de Segurança da Navegação, incluindo os serviços de Pilotagem e Vessel Traffic Services) trabalhem em regimes de turno e/ou IHT. Além disso, os serviços de direção, apoio técnico e sistemas de informação das unidades de negócio do Porto de Viana do Castelo e VND estão centralizados em Leixões, o que garante maior disponibilidade para dar suporte às três unidades de negócio. Como resultado, muitos colaboradores dessas áreas estão integrados no regime de isenção de horário de trabalho, o que explica o elevado número de colaboradores nesse regime.

REGIME DE TRABALHO	2023	2024	Δ %
Horário normal fixo	53	55	3,8%
Horário de turno	23	25	8,7%
Isenção de horário de trabalho	202	211	4,5%

Relatório e Contas – Exercício de 2024

A taxa de absentismo, sofreu uma ligeira descida de 0,31 pontos percentuais devido, sobretudo ao decréscimo da generalidade das ausências face ao ano anterior, com exceção dos dias de ausência por acidente de trabalho.

TAXA DE ABSENTISMO	2023	2024	Δ (p.p.)
Taxa de absentismo	4,57%	4,26%	-0,31

ABSENTISMO	Género	2023	2024	Δ %
		(dias)	(dias)	
Ausências	Masculino	1633	1641	0,49%
	Feminino	879	822	-6,48%
Total		2 512	2 463	-1,95%

AUSÊNCIAS (em dias de trabalho)	2023	2024	Δ %
Acidente de Trabalho	115	289	151,30%
Por doença não profissional	1 807	1 681	-6,97%
Por assistência inadiável a filho, neto ou agregado familiar	68	57	-16,18%
Maternidade/Paternidade	211	217	2,84%
Outras ausências justificadas	311	219	-29,58%
Ausências injustificadas	0	0	0
Total	2 512	2463	-1,95%

2.2. Estrutura dos Gastos com o pessoal

O aumento de gastos com o pessoal resulta, essencialmente, das contratações de pessoal concretizadas em 2024, do aumento da tabela salarial (5%) e das normais valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

GASTOS COM O PESSOAL (euros)	2023	2024	Δ %
APDL	18 248 780	19 791 530	8,45%
Porto de Leixões	15 874 909	17 295 280	8,9%
Porto de Viana do Castelo	1 760 527	1 813 617	3%
Via Navegável do Douro	613 342	682 632	11,3%

Relatório e Contas – Exercício de 2024

	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	8	9	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	11	11	11	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	277	292	264	13	4,92%
TOTAL	297	311	284	13	4,58%
N.º Trabalhadores/N.º CD	32	37,88	30,56	1,44	4,73%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	19.790.666,39 €	20.359.313,96 €	18.248.786,13 €	1.541.880,26 €	8,45%
Massa Salarial Global	15.207.837,30	15.578.150,08	14.035.419,00	1.172.418,30 €	8,35%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do nº de trabalhadores) ^{a)}	14.840.539,78	15.210.852,56	14.021.366,38	819.173,40 €	5,84%

a) Aferição do Despacho, de 29-12-2023, do Sr. Ministro das Finanças

A massa salarial agrega a totalidade das rubricas remuneratórias dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais.

2.3. Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

A APDL tem uma Política Responsabilidade Social Corporativa formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece os princípios e os compromissos da atuação da empresa na sociedade tendo em conta, o interesse público inerente à sua atividade, os impactos das suas decisões e atividades na comunidade e os interesses e necessidades dos seus principais *stakeholders* em matérias de responsabilidade social.

Esta política estabelece as orientações para responder às necessidades da empresa e das principais partes interessadas relativamente aos seguintes aspetos:

- Boas práticas laborais – através de condições de trabalho dignas e justas na organização do trabalho, por práticas de segurança de trabalho adequadas a cada local, pela procura de uma maior conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e pela promoção da igualdade e não discriminação no trabalho, de forma a responder aos objetivos da empresa e às necessidades das suas partes interessadas mais significativas.
- Apoio profissional e desenvolvimento pessoal – através de ações de formação profissional e valorização pessoal e apoio aos estudos, que promovam a obtenção de melhores competências escolares, profissionais e pessoais dos que colaboram com a empresa.
- Serviços e benefícios – através de apoio económico e disponibilização e facilitação de acesso a serviços que promovem a saúde, bem-estar e maior qualidade de vida dos que desenvolvem a sua atividade na empresa e também da comunidade envolvente.

Paralelamente à Política, a APDL tem um Plano de Responsabilidade Social Corporativa, que é um instrumento de gestão de Recursos Humanos, de periodicidade anual, que reúne um conjunto de iniciativas destinadas a estimular o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores, promovendo ainda a segurança, saúde e qualidade de vida das partes interessadas da empresa e promovendo o envolvimento com a comunidade em ações de carácter social.

As iniciativas de RSC são dinamizadas por um Grupo de Trabalho de RSC, que reúne elementos de todas as Direções, e que tem como função colaborar na elaboração, execução e divulgação das iniciativas de RSC na empresa, envolvendo todos os serviços nestas matérias, com o objetivo de disseminar na cultura da empresa os princípios da RSC.

Destacam-se as principais iniciativas realizadas em 2024:

- Consulta geral aos trabalhadores sobre clima social e condições de SST, através de um questionário que abordou temas relacionados com motivação, conciliação da vida profissional e familiar e segurança e saúde no trabalho (ergonomia, ruído, manuseamento substâncias perigosas, stress no trabalho, EPI's, etc).
- Semana do bem-estar, durante uma semana decorrem, na empresa, um conjunto de atividades ligadas à promoção do bem-estar e qualidade de vida, destinadas aos colaboradores. Nomeadamente: implementação de sessões online de ginástica laboral, para realização nos postos de trabalho, sessões de padel, aulas de Yoga, reiki e massagens de relaxamento.
- Sessões de sensibilização para cuidados de saúde, nomeadamente seminários online, palestras e diretos nas redes sociais, com médicos e profissionais de saúde de várias especialidades, que deram conselhos e prestaram esclarecimentos sobre temas de saúde e bem-estar.
- Team Building, uma ação que envolve todos os colaboradores da empresa destinada a reforçar o espírito de equipa e o relacionamento interpessoal.
- Prémio carreira – a consagração deste prémio tem como objetivo promover o reconhecimento público de percursos profissionais dos colaboradores que ao longo de 25, 30, 40 ou 45 anos de dedicação à empresa, contribuíram com competência, disponibilidade e lealdade para o sucesso da APDL.
- Comemoração do Dia da Mulher, dia do livro e dia mundial para a segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de incentivar a tomada de consciência sobre a relevância e o simbolismo dos dias a comemorar e proporcionar momentos de confraternização.
- Iniciativas de Natal para colaboradores/as e famílias, que incluem distribuição de lembranças e espetáculos natalícios.

Também ao nível do bem-estar e saúde, são proporcionados aos colaboradores/as, um conjunto de benefícios que se destinam a promover uma melhor qualidade de vida e saúde, para os próprios e para as suas famílias, de que se destacam:

- Seguro de doença de grupo como um sistema complementar de proteção na doença para os trabalhadores não beneficiários da ADSE;
- APDL Saúde – disponibiliza a todos os colaboradores e aposentados, e respetivos familiares diretos, um serviço de consultas clínicas e enfermagem, sendo o custo dos serviços prestados pago pelos interessados, a preços ajustados.
- Ao nível da medicina no trabalho, realizam-se exames médicos anuais, a todos os colaboradores da empresa, onde se incluem marcadores clínicos abrangentes de despiste de doenças como o cancro do colon, da próstata, da mama e dos pulmões e, ainda, um plano anual de vacinação contra a gripe.
- São ainda promovidas várias ações de sensibilização para as questões da promoção da saúde e prevenção da doença, assinalando-se vários dias nacionais de doenças crónicas, com a divulgação de informações úteis sobre essas doenças e, ainda, pela realização de vários rastreios gratuitos, nomeadamente, visão e sono.

Ao nível da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, implementam-se alternativas à organização do trabalho mais tradicional, com modalidades diferenciadas como o trabalho Híbrido, regime de alternância entre presencial e não presencial, permitindo que os colaboradores fiquem em teletrabalho até 4 dias por mês, assim como, a possibilidade de implementação de horário flexível, efetuada de acordo com pedido específico e devidamente fundamentado, dos colaboradores/as que necessitem de ajustar o horário de trabalho com necessidades específicas da vida pessoal ou do agregado familiar.

No âmbito do envolvimento com a comunidade, a empresa desenvolve várias iniciativas com e para a comunidade, podendo ser consultadas no site da empresa: [Envolvimento com a Comunidade \(apdl.pt\)](http://apdl.pt)

2.4. Saúde Ocupacional

A APDL possui serviços internos organizados de segurança e saúde no trabalho, tendo em 2024 promovido diversas ações, visitas técnicas e operacionalizado os vários planos de medições, com vista a uma melhoria das condições de trabalho e eventual tomada de medidas preventivas.

ACIDENTES DE TRABALHO	2023	2024	Δ %
Índice de frequência	6,34	18,39	190,1%

Nota: Quantifica o n.º de acidentes com baixa por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

ÍNDICE DE GRAVIDADE	2023	2024	Δ %
Índice de gravidade	0,17	0,63	270,6%

Nota: Quantifica o n.º de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

ÍNDICE DE SINISTRALIDADE	2023	2024	Δ %
Índice de sinistralidade	0,025	0,041	64%

A sinistralidade da APDL manteve-se baixa no ano de 2024, não obstante as atividades de maior risco profissional executadas na empresa, designadamente no setor das operações marítimas e pilotagem. Todos os indicadores de sinistralidade apenas incluem os acidentes com trabalhadores da APDL, ou seja, não incluem trabalhadores externos.

Uma vez que o número de acidentes ocorridos é baixo, quaisquer ocorrências significativas são reportadas, o que levou ao acréscimo das taxas de sinistralidade.

No índice de sinistralidade foi contabilizado o número total de acidentes de trabalho, com e sem incapacidade, de acordo com a informação constante da tabela anterior. Todos os acidentes ocorreram no decurso do trabalho executado, sem ocorrências de percurso, tendo sido contabilizados 2 acidentes decorridos no âmbito de uma ação de formação.

No que diz respeito ao índice de gravidade, apenas foram contabilizados os dias perdidos por incapacidade dos acidentes ocorridos no ano.

SINISTRALIDADE	2023	2024	Δ %
Com incapacidade temporária	3	9	200%
Sem incapacidade	4	3	-25%
TOTAL	7	12	71,4%

A promoção da saúde ocupacional e bem-estar dos trabalhadores do grupo são asseguradas através do cumprimento dos requisitos de vigilância da saúde ocupacional, de acordo com a legislação aplicável e com as boas práticas.

No ano de 2024 foram efetuados 26 exames de admissão, 23 exames ocasionais e outros, e 257 exames de rotina.

EXAMES DE SAÚDE	2023	2024	Δ %
Exames periódicos obrigatórios	239	257	7,5%
Exames de admissão e ocasionais	35	49	40%

2.5. Formação

A atividade formativa desenvolvida pela empresa através do seu Centro de Formação assume três áreas de atuação distintas:

- Continuidade na aposta na formação e valorização profissional dos colaboradores da empresa através de ações de formação desenhadas e desenvolvidas com o objetivo de contribuir para uma permanente atualização das suas competências técnicas e motivação profissional, essenciais à melhoria da eficiência de todos os serviços.
- Soluções “à medida” no âmbito da conceção, planeamento e execução de serviços de formação dirigidos a empresas clientes, concessionários, empresas, portos e demais stakeholders das 3 unidades de negócio – Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, tanto no que respeita à Formação em sala como na dinamização da atividade no Núcleo de Simulação.
- Promoção e rentabilização de espaços disponíveis.

2.5.1. Formação de colaboradores

No que se refere à formação de colaboradores é de destacar:

	Ações externas			Ações internas			Total		
	2023	2024	Δ	2023	2024	Δ	2023	2024	Δ
Formandos (nº)	79	139	75,95%	634	461	-27,29%	713	600	-15,85%
Horas de formação*	3 235	3 959	22,36%	365	251	-31,16%	3 600	4 209	16,94%
Volume de Formação**	4 382	4 579	4,49%	3 979	2253	-43,38%	8 361	6 832	-18,29%

*Inclui situações de autoformação

**Volume de Formação: N.º de horas de formação assistidas X Número de formandos

Em 2024, verificou-se uma redução de indicadores de “formandos” e “volume de formação”, no que se refere às ações internas. As ações externas tiveram um crescimento expressivo nos três indicadores avaliados.

TAXA DE FORMAÇÃO

	2023	2024	Δ (p.p.)
Taxa de Formação *	0,75%	0,84%	0,09 p.p.

* Taxa de Formação = Acumulado Número de Horas de Formação/Acumulado Número de Horas Trabalháveis

2.5.2. Formação a terceiros

Embora estes indicadores não se refiram a colaboradores da APDL, importa destacar que, muitas das ações de formação tiveram a participação de formandos externos e outras (aqui não incluídas) foram desenvolvidas, em exclusivo, para empresas do exterior.

A atividade relacionada com participantes externos, foi diversificada e concretizou-se tanto em inscrições avulsas nos cursos promovidos por iniciativa do Centro de Formação, como nos cursos desenhados “à medida”.

2.5.3. Alugueres e disponibilização de instalações

Para além do apoio e disponibilização de instalações às várias unidades orgânicas da APDL, o Centro de Formação promove os seus espaços, com vista ao aluguer de salas e Auditório José Lima Torres.

3. Sustentabilidade Ambiental

Estando já enraizadas uma série de medidas em matéria de sustentabilidade ambiental que vão de encontro à Política de Sustentabilidade da APDL (disponível para consulta em <https://www.apdl.pt/sustentabilidade/>), em 2024 foi dado continuidade ao plano de ação que consta do Roteiro da Transição Energética com vista à neutralidade carbónica em 2035, no porto de Leixões, assim como nas demais unidades de negócio.

É de salientar que as medidas descritas em seguida têm um impacto direto em vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com destaque para:

ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis: Promoção de fontes de energia limpa e acessível para a operação das infraestruturas portuárias;

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas: Fomento à inovação sustentável e ao fortalecimento das infraestruturas necessárias para um futuro mais verde;

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Contribuição para o desenvolvimento de comunidades e ambientes urbanos mais sustentáveis;

ODS 13 – Ação Climática: Compromisso com a redução das emissões de carbono e a adaptação às mudanças climáticas;

ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos: Estabelecimento de parcerias estratégicas que promovam a colaboração entre diferentes atores sociais e empresariais na implementação das iniciativas sustentáveis.

Redução das emissões do tráfego rodoviário nas áreas portuárias

Dando continuidade ao estabelecido no Protocolo de colaboração entre a APDL e a ANTRAM – Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias, que permitiu o processo de renovação da frota existente em dezembro de 2021, no início de 2024 foi proibida a entrada de viaturas EURO III e IV nos portos de Leixões e de Viana do Castelo. Deste modo, foi concluído o processo de retirar do interior das áreas portuárias os camiões mais poluentes.

Em 2024 foi dada continuidade ao plano de renovação da frota automóvel da APDL por veículos elétricos e híbridos e a operação de transporte de passageiros dos navios de cruzeiro no interior do Porto de Leixões passou a ser realizada com um Autocarro 100% Elétrico (Eco Bus).

Ainda no que diz respeito à redução das emissões do tráfego rodoviário, e reconhecendo a sua responsabilidade em contribuir para o desenvolvimento sustentável dos clientes do porto, a APDL colabora numa iniciativa para a

implementação de veículos elétricos no transporte de mercadorias, fornecendo soluções de carregamento no porto de Leixões.

As medidas anteriormente elencadas têm um impacto direto na redução das emissões atmosféricas e na diminuição dos níveis de ruído, contribuindo para um ambiente portuário mais sustentável e saudável.

Produção de energia elétrica através de fontes renováveis

A produção de energia a partir de fontes renováveis é uma das principais metas do Roteiro de Transição Energética da APDL. Entre as diversas iniciativas em curso, destaca-se a continuidade do estudo das características do vento, com o objetivo de avaliar a viabilidade da instalação de um aerogerador na área portuária, promovendo assim a diversificação das fontes de energia e a redução da pegada de carbono.

Fornecimento de energia elétrica a navios

Em 2024, foram disponibilizadas ligações de elétricas aos navios marítimo-turísticos de modo a reduzir as emissões atmosféricas e de ruído, promovendo uma operação mais sustentável e com menor impacto ambiental durante o período em que estas embarcações permanecem em alguns dos cais da Via Navegável do Douro.

Com o propósito de preparar a instalação de OPS (Onshore Power Supply) para fornecimento de energia elétrica aos navios no porto de Leixões, a APDL realizou o Projeto Base para a Construção de uma nova Subestação de Alta Tensão.

Combustíveis alternativos

O abandono do recurso aos combustíveis fósseis e a descarbonização das frotas que não podem ser eletrificadas é o principal objetivo da procura de combustíveis alternativos pela APDL.

Neste sentido a APDL participa no projeto H2Driven. Este projeto constitui uma proposta de implementação e valorização de uma nova cadeia de valor na área dos electro-combustíveis verdes em Portugal, com capacidade para conceção, desenvolvimento e produção de H2 verde, CO2 biogénico e electro-metanol, assumindo-se como plataforma agregadora e indutora de novas competências em diferentes áreas disciplinares e em tecnologias disruptivas.

No âmbito deste projeto está prevista a construção de um tanque de armazenamento de e/bio-metanol em Leixões com aproximadamente 5.000 toneladas numa área de implantação a definir, sendo que irão ser desenvolvidos os estudos técnicos necessários à definição da melhor localização para a sua construção e respetivas infraestruturas que permitam a ligação ao local de abastecimento aos navios.

Pegada de Carbono da Carga

Em 2024 foi dada continuidade ao desenvolvimento uma plataforma informática que permitirá o cálculo da pegada de carbono da carga proveniente do transporte marítimo e demais atividades logísticas associadas. Esta plataforma será aplicável às mercadorias que passam pelo porto de Leixões.

Requalificação da Via de Cintura Portuária de Leixões

Em 2024 foram iniciadas as obras de requalificação da Via de Cintura Portuária de Leixões. Esta obra para além de ter como objetivo a melhorias das condições de segurança do tráfego rodoviário no interior do porto, irá ter como consequência a redução de ruído devido à alteração do tipo de pavimento.

A redução de ruído na área portuária, para a qual contribuem também várias das medidas anteriormente mencionadas, trará benefícios diretos para a população envolvente.

4. Investimento

O valor global do investimento realizado nas unidades de negócio geridas pela APDL, em 2024, ascendeu a 29,6 milhões de euros, dos quais 90% foi investido no Porto de Leixões, 4% na Via Navegável do Douro, 3% no Porto de Viana do Castelo e 2% na Intermodalidade, concretamente nos Terminais Ferroviários de Mercadorias de Leixões e da Guarda.

INVESTIMENTO GLOBAL

Unidade: 1000 euros

	2024	2023	2022
Porto de Leixões	26 723	41 372	117 400
Porto de Viana do Castelo	966	1 343	773
Via Navegável do Douro	1 303	1 534	1 855
Intermodalidade	572	80	13
Total do Investimento	29 563	44 329	120 040

Unidade: 1000 Euros

	2024	2023	2022
Porto de Leixões	26 723	41 372	117 400
Porto de Viana do Castelo	966	1 343	773
Via Navegável do Douro	1 303	1 534	1 855
Intermodalidade	572	80	13
Total do Investimento	29 563	44 329	120 040

Em seguida, efetua-se uma breve descrição dos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2024 relativamente aos investimentos mais relevantes, por Unidade de Negócio e por Ação.

4.1. Principais Investimentos

4.1.1. Porto de Leixões

		Unid: Euros
	Ação de investimento	2024
00	Aumento da capacidade de navegabilidade do porto	27 275
02	Terminal de Cruzeiros	1 939
04	Projeto da Portaria Principal	298 830
05	Reconversão de área para carga contentorizada	143 605
06	Estruturação da Plataforma Logística	82 138
07	Reabilitação de Espaços e Edifícios	2 005 596
15	Segurança Marítima e Portuária	9 655 484
17	Gestão Ambiental	87 932
18	Sistema de Informação Geográfica	174 492
19	Portal do Porto de Leixões	409 188
20	Gestão Documental	93 135
21	Portal Interno	25 475
22	Sistema de Informação e Gestão	71 405
23	Gestão Dominial	1 509 142
25	Infraestruturas TIC	973 477
28	Novo Terminal de Contentores	10 870 073
29	Continuidade de Negócio	260 199
30	Formalização da Infoestrutura	14 045
99	Outros investimentos	19 285
Total Porto de Leixões		26 722 715

No que respeita ao investimento realizado no Porto de Leixões no decurso de 2024, destacam-se as seguintes intervenções:

- **Aumento da capacidade de navegabilidade do Porto (Ação 00)**

Enquadrado no objetivo estratégico “Melhorar as Condições de Operação, de Segurança e Ambientais”, destaca-se nesta Ação o projeto de modernização da ponte móvel. Com todos os estudos e projetos necessários para realizar as intervenções concluídos, foi lançado ao mercado, em maio, o procedimento para adjudicação da “Empreitada de Modernização da Ponte Móvel”, o qual não resultou em adjudicação, pois a única proposta apresentada foi excluída. Reformuladas as peças de Concurso, foi possível lançar ao mercado novo procedimento, em setembro, que deverá resultar na aprovação da adjudicação no primeiro trimestre de 2025.

- **Portaria Principal (Ação 04)**

Na sequência do elevado tráfego rodoviário que diariamente circula sobre a VILPL, constituído essencialmente por veículos pesados de mercadorias, o pavimento existente apresentava pontualmente sinais de degradação. Objetivando “Capacitar o Sistema Portuário”, foi aplicado o montante de 191 mil euros no projeto de

reabilitação da VILPL, salvaguardando as necessárias condições de circulação e segurança.

- **Reconversão área para carga contentorizada (Ação 05)**

Dando continuidade ao objetivo estratégico de “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa”, foi aplicada uma verba de 144 mil euros no desenvolvimento do Estudo Prévio e Estudo de Impacte Ambiental para a requalificação e ampliação do Terminal de Contentores Norte do Porto de Leixões e Estudo Base sobre o setor da náutica de recreio.

- **Estruturação da Plataforma Logística (Ação 06)**

Durante o ano 2024, o investimento associado à Plataforma Logística foi realizado na expansão do controlo de acessos, no valor de cerca de 82 mil euros.

- **Reabilitação de espaços e edifícios (Ação 07)**

Do valor realizado sob esta Ação, totalizando cerca de 1,99 milhões de euros, destacam-se o projeto de remodelação do Corpo A do edifício central (332 mil euros) e a 1ª fase de Reabilitação de pavimentos de áreas portuárias – VCP – (Via de Cintura Portuária), que pretende implementar uma nova solução de pavimentação e a melhoria das infraestruturas existentes, com investimento realizado no ano de 1,4 milhões de euros.

- **Segurança Marítima e Portuária (Ação 15)**

O investimento em Segurança Marítima e Portuária situou-se em 9,66 milhões de euros, com destaque para as seguintes intervenções:

- A conclusão da reabilitação da Torre do VTS (Vessel Traffic Service), cujo valor realizado ascendeu a 314 mil euros em 2024;
- A reabilitação de lanchas recebeu um investimento de 234 mil euros no ano em apreço;
- Empreitada de Avanço do Cais Norte da Doca n.º 1 e Alargamento da sua Rampa Ro-Ro”, consignada no final de 2023, a qual disponibilizará um cais alinhado, numa extensão, aproximada, de 488 metros, com coroamento à cota (+ 6m) ZHL e frente de acostagem com fundos atuais de -10 m ZHL, e no futuro, à cota -12m ZHL, bem como uma rampa Ro-Ro alargada em 14 metros. Esta empreitada está a ser financiada em 50% pelo CEF Transport e teve um investimento de 8,67 milhões de euros em 2024.

- **Gestão Ambiental (Ação 17)**

A despesa de investimento na área ambiental, em 2024, ascendeu a 88 mil euros, realçando-se nesta Ação a importância do desenvolvimento a rotulagem carbónica de carga, que irá permitir efetuar o levantamento de todas as emissões referentes ao ciclo de vida das cargas, possibilitando obter informação relativa à pegada de carbono das cargas movimentadas. A despesa neste projeto em 2024 cifrou-se em

43 mil euros, ambicionando responder ao objetivo estratégico de “Reforçar a Dinâmica de Desenvolvimento Sustentável e a Imagem Institucional”.

- **Sistema de Informação Geográfica (Ação 18)**

Com o objetivo de “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa”, foram investidos 174 mil euros na evolução do Sistema de Informação Geográfica.

- **Portal do Porto de Leixões (Ação 19)**

A implementação da Janela Única Logística, pretendendo dar resposta ao objetivo estratégico de “Assegurar a Qualidade, a Conformidade, o Planeamento e Gestão de Riscos”, acarretou um investimento de 380 mil euros, num total de 409 mil euros associados a esta Ação no ano em análise.

- **Gestão Documental (Ação 20)**

O destaque nesta Ação vai para o projeto de implementação do Balcão de Serviços da APDL, com 93 mil euros investidos no desenvolvimento de valências do Balcão (Portal WEB e aplicações móveis para interação com stakeholders externos - clientes, fornecedores, utentes - no que concerne a atividades que não dizem respeito ao negócio principal da APDL, com o objetivo de “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa”.

- **Gestão Dominial (Ação 23)**

Na margem Norte do rio Douro, destaca-se a realização de intervenções nas estruturas flutuantes do Cais do Ouro, no montante de 239 mil euros, por forma a aumentar as condições de segurança e operacionalidade daquela estrutura.

Na margem Sul do rio Douro, foram realizados projetos para o Terminal de Passageiros no Cais do Cavaco em Vila Nova de Gaia, no montante de 208 mil euros e avançou a “Empreitada de Reparação e Emergência do molhe Sul do Douro, obra consignada em setembro de 2023, a qual foi, no entanto, suspensa em novembro devido às condições adversas de agitação marítima e retomada em maio de 2024, com execução no ano em análise de 885 mil euros.

- **Infraestruturas TIC (Ação 25)**

Consequente com o objetivo estratégico de “Reforçar a Dinâmica de Desenvolvimento Sustentável e a Imagem Institucional”, a APDL prosseguiu com investimentos na área dos sistemas e infraestruturas de informação e comunicação, tendo aplicado o montante de 973 mil euros na aquisição de desktops e periféricos, sistemas de cablagem, de *storage* e de segurança, bem como em ativos de rede.

- **Novo Terminal de Leixões (Ação 28)**

Objetivando “Reforçar a Dinâmica de Desenvolvimento Sustentável e a Imagem Institucional”, encontram-se em curso os trabalhos associados ao Prolongamento do Quebra-mar em 300 metros que dotará o porto de melhores condições de segurança para a entrada, manobra e acostagem de navios, tendo sido já concluídos em 2022 os trabalhos associados à Melhoria das Acessibilidades Marítimas de Leixões,

O investimento associado à Empreitada “Prolongamento do Quebra-mar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas de Leixões” no âmbito do Novo Terminal de Contentores ascendeu, em 2024, a 10,9 milhões de euros.

- **Continuidade do Negócio (Ação 29)**

Prosseguindo o objetivo estratégico de *Reforçar a Dinâmica de Desenvolvimento Sustentável e a Imagem Institucional*”, foram investidos 260 mil euros na elaboração de estudos e projetos e na certificação no futuro Data Center TIER III.

4.1.2. Porto de Viana do Castelo

Unid: Euros

Ação de investimento		2024
101	Infraestruturas portuárias	786 238
103	Segurança Marítima e Portuária	15 083
104	Melhoria da Navegabilidade no Porto	6 942
107	Espaços e Edifícios	40 860
117	Gestão Ambiental	33 988
121	Infraestruturas e Equipamentos das Marinas	16 200
125	Infraestruturas TIC	25 591
199	Investimento residual e recorrente	40 903
Total Porto de Viana do Castelo		965 805

No decurso de 2024, a APDL investiu na unidade de negócio Porto de Viana do Castelo o montante de cerca de 966 mil euros, destacando-se as seguintes intervenções:

- **Infraestruturas portuárias (Ação 101)**

Os trabalhos de reabilitação de uma área que atualmente se encontra já parcialmente pavimentada, compreendendo a execução de um novo alinhamento de vedação, novas pavimentações e execução de infraestruturas enterradas, de modo a garantir um novo acesso autónomo e controlado à zona internacional do Porto de Viana do Castelo, resultaram num investimento no ano em apreço de 659 mil euros. Esta intervenção pretende responder ao objetivo estratégico de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

Foram também despendidos 106 mil euros na continuação do Estudo Prévio e o Estudo de Impacte Ambiental para a Expansão do Porto de Viana do Castelo, iniciados em 2023.

4.1.3. Via Navegável do Douro

		Unid: Euros
	Ação de investimento	2024
201	Melhoria do Canal de Navegação	75 647
202	Infraestruturas Fluviais e Terrestres	283 032
203	Operacionalidade e Segurança da VND	877 761
209	DIWW	25 591
210	Reorganização e Modernização dos Serviços	40 906
Total Via Navegável do Douro		1 302 936

Na Via Navegável do Douro, investiu-se durante o ano de 2024 cerca de 1,3 milhões de euros, destacando-se as seguintes ações:

- **Melhoria do Canal de Navegação (Ação 201)**

Intervenções de correção do canal de navegação, que ascenderam a 78 mil euros, com destaque para a remoção de constrangimentos no km 141 da via navegável, no sentido de aumentar as condições de segurança de navegação desta via para qualquer tipo de embarcação, nomeadamente de transporte de mercadorias.

- **Infraestruturas Fluviais e Terrestres (Ação 202)**

Destaca-se nesta Ação as intervenções em Cais de espera das eclusas – com a realização de 2024, no montante de 209 mil euros, designadamente no fornecimento de defensas para o anteporto jusante de Crestuma e a construção da estrutura de ligação a terra no Cais de espera de S. Martinho.

- **Operacionalidade e Segurança da VND (Ação 203)**

Destacam-se, nesta Ação, intervenções de implementação física, em troços da VND, do novo assinalamento georreferenciado constituído por balizas, boias e lanternas. Dotando a via navegável com melhorias de segurança da navegação e permitindo a navegação noturna, estas intervenções traduziram-se num investimento de 524 mil euros.

Relativamente às questões de Emergência e Segurança, foram investidos 269 mil euros na aquisição de elementos de equipamentos de segurança (por exemplo, barreiras) e na docagem do rebocador multifunções.

4.1.4. Intermodalidade (Terminais Ferroviários de Mercadorias)

Unidade: euros

	Ação de investimento	2024
301	Infraestruturas Promoção da Intermodalidade	571 894
	Total Intermodalidade	571 894

O investimento executado em 2024 na esfera da Intermodalidade ascendeu a 572 mil euros, destacando-se:

- **Terminais Ferroviários de Mercadorias (Ação 301)**

De forma a alcançar os objetivos estratégicos de “Intensificar a Intermodalidade, Aumentar a Conectividade com o Hinterland (portos secos e plataformas logísticas) e a Integração Logística Sustentável”, foram investidos cerca de 572 mil euros nos Terminais Ferroviários de Mercadorias geridos pela APDL, distribuídos pelo Porto Seco da Guarda (32 mil euros) e Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (540 mil euros), designadamente, neste último, na melhoria das condições operacionais deste terminal

4.2. Fontes de financiamento

No exercício de 2024, o investimento realizado pela APDL foi suportado maioritariamente por fundos próprios, que representaram cerca de 35,1% do montante total. Os fundos comunitários e o financiamento bancário assumiram respetivamente 16,6% e 33,1%. O Orçamento de Estado assumiu uma proporção de 15,2% como fonte de financiamento do investimento realizado pela APDL no ano de 2024.

No ano passado, fruto da maior execução de investimento, a proporção das fontes de financiamento recaiu significativamente mais sobre o financiamento bancário.

unid: milhares de euros

	2024		2023	
Orçamento de Estado	4 500	15,2%	2 740	6,2%
Fundos Comunitários	4 894	16,6%	13 155	29,7%
Fundos próprios	10 387	35,1%	15 934	35,9%
Financiamento bancário	9 783	33,1%	12 500	28,2%
TOTAL	29 563	100%	44 329	100%

5. Análise económica e financeira

5.1. Resultado do Exercício

No ano de 2024, os rendimentos operacionais aumentaram, face ao ano anterior, de forma mais expressiva do que os gastos operacionais, o que se traduziu num crescimento do EBITDA ajustado⁽¹⁾ na ordem dos 2,7 milhões de euros.

O EBIT apresentou, igualmente, um acréscimo face ao ano anterior, em função da diminuição dos gastos com depreciações e amortizações e do aumento ao nível dos rendimentos diferidos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid: €1000

Demonstração de Resultados	2024	2023	Δ (€)	Δ (%)
Vendas e serviços prestados	70.210	65.370	4.840	7,4%
Subsídios à exploração	1.880	1.889	-9	-0,5%
Trabalhos para a própria entidade	687	380	307	80,7%
Outros rendimentos operacionais	2.434	926	1.508	162,9%
Rendimentos operacionais	75.211	68.565	6.646	9,7%
Consumos de materiais	-1.852	-1.926	74	-3,8%
FSE	-19.915	-19.562	-353	1,8%
Gastos com o pessoal	-19.792	-18.249	-1.543	8,5%
Outros gastos operacionais	-5.228	-3.113	-2.114	67,9%
Gastos operacionais	-46.786	-42.850	-3.936	9,2%
EBITDA Ajustado (1)	28.425	25.715	2.710	10,5%
Depreciações e amortizações	-27.472	-30.781	3.310	-10,8%
Imparidade de investimentos	1.678	2.934	-1.256	-42,8%
Rendimentos diferidos	14.782	12.960	1.821	14,1%
Provisões	-922	-30	-893	3017,0%
EBIT	16.491	10.799	5.692	52,7%
Gastos de financiamento	-2.037	-1.896	-141	7,4%
Resultado antes de impostos	14.454	8.903	5.551	62,4%
Imposto sobre o rendimento do período	-3.422	-2.799	-624	22,3%
Resultado líquido do período	11.032	6.104	4.927	80,7%

(1) EBIT expurgado dos efeitos das Amortizações e Depreciações, Imputação de Subsídios ao Investimento (deduzido das Imparidades), Rendimentos dos Ativos das Concessões e Provisões

A unidade de negócio Porto de Leixões, local da sede da APDL, concentra as atividades de suporte, gestão e administração da Empresa que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, esses custos de suporte são imputados às unidades de gestão. No entanto, os resultados que a seguir se apresentam não incorporam essas imputações internas de custos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR UNIDADE DE NEGÓCIO

Demonstração de Resultados	2024				2023			
	Leixões	Viana	Douro	Ferrovias	Leixões	Viana	Douro	Ferrovias
Vendas e serviços prestados	60.636	4.094	3.352	2.127	57.568	3.550	2.704	1.547
Subsídios à exploração	11	1.450	420	0	128	910	852	0
Trabalhos p/ a própria entidade	599	7	42	39	314	12	31	24
Out. rendimentos operacionais	2.424	2	2	7	922	1	1	2
Rendimentos operacionais	63.670	5.553	3.816	2.172	58.932	4.473	3.588	1.572
Consumos de materiais	-1.631	-20	-15	-186	-1.786	-23	-19	-98
FSE	-13.592	-2.677	-2.974	-672	-13.545	-2.149	-3.287	-581
Gastos com o pessoal	-16.937	-1.814	-683	-358	-15.600	-1.761	-613	-275
Outros gastos operacionais	-4.939	-272	-8	-8	-2.780	-250	-78	-5
Gastos operacionais	-37.100	-4.782	-3.680	-1.224	-33.712	-4.181	-3.999	-958
EBITDA Ajustado	26.570	770	136	949	25.220	292	-411	615
Depreciações e amortizações	-21.698	-2.893	-2.825	-55	-25.052	-2.876	-2.840	-12
Imparidade de investimentos	0	1.259	420	0	357	1.059	1.518	0
Rendimentos diferidos	11.729	1.110	1.942	0	11.191	988	781	0
Provisões	-785	0	-138	0	-73	45	-1	0
EBIT	15.817	247	-466	893	11.643	-493	-954	603
Gastos de financiamento	-2.037	0	0	0	-1.896	0	0	0
Resultado antes de impostos	13.779	247	-466	893	9.747	-493	-954	603

5.1.1. Vendas e serviços prestados

O volume de negócios da APDL totalizou cerca de 70 milhões de euros representando um crescimento de 7,4% face ao registado no ano anterior.

Para este volume de negócios contribuíram as receitas advindas das concessões em cerca de 44% do total.

Unid: €1000

TOTAL APDL				
	2024	2023	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	20.984	19.799	1.185	6,0%
TUP - Navio	6.429	5.557	873	15,7%
Serviço de Pilotagem	4.283	3.771	512	13,6%
Serviço de Reboque	4.969	4.662	307	6,6%
Uso de Equipamento Marítimo	244	392	-148	-37,7%
Serviço de Amarração	1.404	1.282	122	9,5%
Outros	3.655	4.136	-481	-11,6%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	5.528	4.504	1.024	22,7%
Tarifa ISPS	1.451	1.471	-20	-1,4%
Tráfego de passageiros	838	414	425	102,8%
Terminal Ferroviário de Mercadorias	2.079	1.483	596	40,2%
Outros	1.159	1.136	23	2,0%
CONCESSÕES	30.762	29.150	1.612	5,5%
Terminal Petroleiro	3.794	3.726	68	1,8%
Terminal de Contentores	20.770	19.552	1.218	6,2%
Terminal de Carga Geral e Granéis	3.075	2.921	154	5,3%
Terminal de Cimentos	1.165	1.095	70	6,4%
Outras concessões	1.958	1.856	102	5,5%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	3.064	3.205	-141	-4,4%
USO DOMINIAL	3.566	2.186	1.381	63,2%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	6.306	6.526	-220	-3,4%
Total	70.210	65.370	4.840	7,4%

Volume de negócios Porto de Leixões

Unid: €1000

Porto de Leixões				
	2024	2023	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	17.314	16.779	535	3,2%
TUP - Navio	5.910	5.162	748	14,5%
Serviço de Pilotagem	3.966	3.460	506	14,6%
Serviço de Reboque	4.969	4.651	318	6,8%
Uso de Equipamento Marítimo	207	353	-146	-41,4%
Serviço de Amarração	1.321	1.190	131	11,0%
Outros	942	1.963	-1.021	-52,0%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	3.180	2.794	386	13,8%
Tarifa ISPS	1.451	1.471	-20	-1,4%
Tráfego de passageiros	838	413	425	102,8%
Outros	890	909	-19	-2,1%
CONCESSÕES	29.237	27.671	1.567	5,7%
Terminal Petroleiro	3.794	3.726	68	1,8%
Terminal de Contentores	20.769	19.552	1.217	6,2%
Terminal de Carga Geral e Granéis	3.075	2.921	154	5,3%
Terminal de Cimentos	751	705	45	6,4%
Outras concessões	849	766	82	10,7%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	3.064	3.205	-141	-4,4%
USO DOMINIAL	2.580	1.291	1.290	99,9%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	5.261	5.829	-568	-9,7%
Total	60.636	57.568	3.068	5,3%

Apesar do decréscimo de 2% ao nível do número de navios que escalaram o porto de Leixões, o crescimento de 2,9% ao nível da arqueação bruta e a atualização expressiva do Regulamento de Tarifas de 2024 - face a uma inflação acentuada no ano de 2023 - motivaram o incremento da receita de **Serviços prestados ao navio**.

À semelhança do ano anterior, o número de passageiros que escalaram o porto de Leixões em navios de cruzeiro voltou a constituir um máximo histórico, dando origem ao aumento global da receita com os **Serviços prestados à carga**.

O aumento da receita das **Concessões** deveu-se, em grande parte, ao contributo do Terminal de Contentores, na sequência do incremento de 1,54% ao nível do número de contentores e de 1,90% em TEUs. Apesar das quedas de 10,96% na movimentação de Granéis Sólidos e de 4,46% dos Granéis Líquidos, o Terminal de Carga Geral e Granéis também contribuiu para o aumento da receita das **Concessões**, por via do aumento de 0,96% ao nível da movimentação de carga geral. Além disso, o efeito da atualização anual de preços das rendas também teve um papel determinante no aumento da receita de cada uma das concessões.

Conforme mencionado no capítulo 1.6 do presente relatório, a **Plataforma Logística** do Porto de Leixões apresentou em 2024 um índice de ocupação de 77,5%, o que representa um crescimento de 2,47 p.p. face a 2023, apesar da ligeira diminuição ao nível da receita gerada.

O aumento das vendas e serviços prestados ao nível da rubrica **Uso Dominial** deveu-se, sobretudo, à receita de 944 mil euros proveniente do Complexo de Apoio ao Cais de Gaia. Além disso, a atribuição de um novo alvará de licença com uma contrapartida fixa mensal de 29.500€, com efeitos a partir de julho de 2023, também contribuiu para o aumento da receita resultante de usos dominiais, uma vez que se registou durante todo o ano de 2024.

A receita dos **Fornecimentos e Serviços Diversos** diminuiu por via do decréscimo de 22% ao nível do fornecimento de energia elétrica (-555 mil euros) e da queda de 29% ao nível do fornecimento de água (-69 mil euros), em função das variações dos respetivos preços face ao ano transato. Estas variações fizeram sentir-se não só na receita, como nos respetivos gastos.

Volume de Negócios Porto de Viana do Castelo

Unid: €1000

Porto de Viana do Castelo				
	2024	2023	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	1.005	877	128	14,6%
TUP - Navio	503	392	111	28,3%
Serviço de Pilotagem	305	297	8	2,7%
Uso de Equipamento Marítimo	38	28	10	34,8%
Serviço de Amarração	83	92	-9	-10,0%
Outros	77	68	8	12,4%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	269	227	42	18,4%
Tarifa Armazenagem	3	5	-3	-49,0%
Uso de Equipamento Guindastes	112	88	24	27,1%
Tarifa Uso de infraestruturas	154	134	20	15,3%
CONCESSÕES	1.524	1.479	45	3,1%
Terminal de Cimentos	415	390	25	6,4%
Outras concessões	1.110	1.089	20	1,9%
USO DOMINIAL	363	324	38	11,8%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	933	642	291	45,2%
TOTAL	4.094	3.550	544	15,3%

Apesar das quedas de 13,3% em número de navios e 2,6% em GT no porto de Viana do Castelo, a atualização do tarifário e o incremento do tempo de rotação dos navios em porto conduziram ao crescimento da receita da TUP – Navio, justificando a variação da rubrica **Serviços prestados ao navio**. Por sua vez, o aumento de 5% do movimento global de mercadorias conduziu ao acréscimo de receita com os **Serviços prestados à carga**.

A variação dos **Fornecimentos e Serviços Diversos** deveu-se, essencialmente, ao acréscimo de receita de cerca de 229 mil euros com a ocupação de espaços portuários, em função da atribuição de um título de utilização privativa de uma parcela dominial no setor comercial do porto de Viana do Castelo com uma contrapartida fixa mensal de 34.580€, produzindo efeitos a partir de junho de 2024.

Volume de Negócios Via Navegável do Douro

Unid: €1000

Via Navegável do Douro				
	2024	2023	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	2.665	2.143	522	24,3%
TUP-Navio	16	2	14	590,0%
Serviço de Pilotagem	12	15	-2	-16,0%
Serviço de Reboque	0	10	-10	-100%
Uso de Equipamento Marítimo	0	11	-11	-100%
Tarifa de Circulação	884	792	92	11,6%
Tarifa de Acostagem	438	350	88	25,0%
Tarifa Utilização da Via	383	320	62	19,5%
Tarifa de Recolha de Resíduos	846	591	255	43,2%
Outros	84	50	34	68,6%
USO DOMINIAL	578	507	71	14,1%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	110	55	55	100,9%
Total	3.352	2.704	648	24,0%

O aumento de cerca de 133 mil passageiros (+10,6%) movimentados na Via Navegável do Douro deu lugar a acréscimos de receita com a Tarifa de Circulação, Acostagem, Utilização da Via e Recolha de Resíduos, ditando a evolução positiva dos **Serviços prestados ao navio** nesta unidade de negócio. Adicionalmente, a receita da rubrica **Fornecimentos e Serviços Diversos** praticamente duplicou, em função do aumento das quantidades fornecidas de energia elétrica.

Volume de Negócios Ferrovia

Unid: €1000

Ferrovia				
	2024	2023	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	2.079	1.483	596	40,2%
Serviço de Movimentação	1.718	1.307	411	31,4%
Serviço de Estacionamento	211	103	109	105,9%
Serviços Complementares	150	73	77	105,4%
USO DOMINIAL	46	64	-18	-28,5%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	2	0	2	-
Total	2.127	1.547	580	37,5%

No que respeita à Ferrovia, a receita dos **Serviços prestados à carga** cresceu, comparativamente ao ano transato, em função das variações positivas registadas ao nível da movimentação de contentores no Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (14,2%) e número de comboios de contentores (6,2%).

5.1.2. Subsídios à exploração

O subsídio OE PIDDAC atribuído à APDL foi reforçado em 500 mil euros em 2024 tendo uma maior afetação nas rubricas dragagens de manutenção (1,1 milhões de euros) e reabilitação de molhes e cais (1 milhão de euros).

5.1.3. Outros rendimentos operacionais

A variação positiva desta rubrica resulta do aumento das prestações de serviços suplementares, destacando-se o redébito da Fiscalização Extra ao Consórcio do Prolongamento do Quebramar e da mais-valia pela alienação do edifício do Lote 5 da Plataforma Logística.

5.1.4. Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e Gastos com o pessoal

Unid: €1000

TOTAL APDL				
GASTOS E PERDAS	2024	2023	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	19.915	19.562	353	1,8%
Subcontratos	2.422	2.112	310	14,7%
Serviços especializados	11.275	10.291	985	9,6%
Materiais	117	105	12	11,4%
Energia e outros fluidos	3.730	4.654	-924	-19,9%
Deslocações e estadas	72	64	7	11,3%
Serviços diversos	2.299	2.336	-37	-1,6%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.852	1.926	-74	-3,8%
Mercadorias	1.250	1.199	50	4,2%
Matérias subsidiárias e de consumo	602	726	-124	-17,1%
GASTOS COM PESSOAL	19.792	18.249	1.543	8,5%
Remunerações dos órgãos sociais	313	374	-61	-16,2%
Remunerações do pessoal	14.785	13.537	1.248	9,2%
Benefícios pós-emprego e pensões	188	204	-15	-7,6%
Encargos sobre remunerações	3.435	3.161	275	8,7%
Outros gastos com o pessoal	1.070	974	96	9,8%
TOTAL	41.558	39.736	1.822	4,6%

As secções seguintes apresentam uma análise dos Fornecimentos e Serviços Externos, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Gastos com o Pessoal por unidade de negócio.

Tal como indicado no capítulo 2 do presente relatório, o aumento de gastos com o pessoal resulta, essencialmente, das contratações de pessoal concretizadas em 2024, do aumento da tabela salarial (5%) e das normais valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

Porto de Leixões				
GASTOS E PERDAS	2024	2023	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	13.592	13.692	-100	-0,7%
Subcontratos	1.054	1.212	-158	-13,1%
Serviços especializados	7.498	6.592	906	13,7%
Materiais	102	92	10	11,1%
Energia e outros fluidos	2.989	3.863	-874	-22,6%
Deslocações e estadas	69	61	8	12,8%
Serviços diversos	1.881	1.873	8	0,4%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.631	1.786	-155	-8,7%
Mercadorias	1.054	1.089	-35	-3,2%
Matérias subsidiárias e de consumo	577	697	-120	-17,2%
GASTOS COM PESSOAL	16.937	15.600	1.337	8,6%
Remunerações dos órgãos sociais	313	374	-61	-16,2%
Remunerações do pessoal	12.463	11.415	1.048	9,2%
Benefícios pós-emprego e pensões	188	204	-15	-7,6%
Encargos sobre remunerações	2.910	2.680	229	8,6%
Outros gastos com o pessoal	1.063	928	135	14,6%
TOTAL	32.161	31.079	1.082	3,5%

O aumento dos gastos com **Serviços especializados** no porto de Leixões deveu-se, essencialmente, aos incrementos registados nas rubricas de conservação e reparação com informática (+464 mil euros; +76,5%), dragagens (+248 mil euros; +40,2%) - perante o efeito combinado do aumento dos metros cúbicos dragados (+63 mil m3) e do preço por metro cúbico dragado (+0,22 € /m3) - e vilância e segurança (+404 mil euros; +22,1%). Em sentido inverso, os gastos com outros honorários (-270 mil euros; -68,9%) e conservação e reparação da frota naval (-149 mil euros; -28,0%) decresceram face ao ano anterior.

A diminuição do preço da energia resultou numa queda significativa ao nível dos gastos de **Energia e outros fluidos**.

Porto de Viana do Castelo				
GASTOS E PERDAS	2024	2023	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.677	2.149	528	24,6%
Subcontratos	143	68	75	111,5%
Serviços especializados	2.014	1.439	575	39,9%
Materiais	6	6	0	-0,2%
Energia e outros fluidos	385	457	-72	-15,8%
Deslocações e estadas	1	1	0	19,7%
Serviços diversos	129	179	-50	-28,0%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	20	23	-3	-12,7%
Mercadorias	9	12	-3	-23,7%
Matérias subsidiárias e de consumo	10	10	0	0,6%
GASTOS COM PESSOAL	1.814	1.761	53	3,0%
Remunerações dos órgãos sociais	0	0	0	0,0%
Remunerações do pessoal	1.473	1.425	48	3,3%
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0	0	0,0%
Encargos sobre remunerações	336	325	11	3,4%
Outros gastos com o pessoal	5	10	-6	-54,2%
TOTAL	4.510	3.932	578	14,7%

O crescimento dos gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos** no porto de Viana do Castelo deveu-se, sobretudo, ao aumento dos gastos com dragagens de manutenção (+446 mil euros; +43,7%), perante o aumento dos metros cúbicos dragados (+172 mil m3), embora se tenha registado uma diminuição no preço por metro cúbico dragado (-0,29 € /m3) face a 2023.

Via Navegável do Douro				
GASTOS E PERDAS	2024	2023	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.974	3.287	-313	-9,5%
Subcontratos	802	626	176	28,1%
Serviços especializados	1.559	2.066	-506	-24,5%
Materiais	6	6	0	-3,7%
Energia e outros fluidos	346	332	14	4,1%
Deslocações e estadas	1	1	0	22,7%
Serviços diversos	260	257	3	1,3%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	15	19	-4	-22,5%
Mercadorias	0	0	0	0,0%
Matérias subsidiárias e de consumo	15	19	-4	-22,5%
GASTOS COM PESSOAL	683	613	69	11,3%
Remunerações dos órgãos sociais	0	0	0	0,0%
Remunerações do pessoal	557	469	88	18,7%
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0	0	0,0%
Encargos sobre remunerações	125	105	19	18,2%
Outros gastos com o pessoal	1	39	-38	-97,0%
TOTAL	3.672	3.920	-248	-6,3%

No que respeita à Via Navegável do Douro, o incremento da rubrica de **subcontratos** refere-se, na totalidade, ao acréscimo dos encargos com a subcontratação da recolha de resíduos. No entanto, a diminuição dos gastos com **serviços especializados** acabou por ditar a redução global da rubrica **Fornecimentos e Serviços Externos**, em função da inexistência de dragagens de manutenção em 2024, em face dos 470 mil euros suportados em 2023.

Ferrovia				
GASTOS E PERDAS	2024	2023	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	672	433	238	54,9%
Subcontratos	424	206	217	105,1%
Serviços especializados	204	194	10	5,1%
Materiais	4	2	2	99,0%
Energia e outros fluidos	11	2	9	467,4%
Deslocações e estadas	1	2	-1	-43,5%
Serviços diversos	28	27	1	4,7%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	186	98	88	90,6%
Mercadorias	186	97	88	90,8%
Matérias subsidiárias e de consumo	0	0	0	0,8%
GASTOS COM PESSOAL	358	275	83	30,3%
Remunerações dos órgãos sociais	0	0	0	0,0%
Remunerações do pessoal	292	227	65	28,4%
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0	0	0,0%
Encargos sobre remunerações	66	50	15	30,1%
Outros gastos com o pessoal	1	-3	4	-118,3%
TOTAL	1.215	806	410	50,9%

No que respeita à Ferrovia, os gastos com **subcontratos** aumentaram em função do do crescimento ao nível da movimentação de contentores e número de comboios de contentores, com o respetivo reflexo ao nível da receita, conforme mencionado no capítulo 5.1.1 do presente relatório.

5.1.5. Outros gastos operacionais

Os **Outros gastos operacionais** registaram um aumento de 2,1 milhões de euros.

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Euro

	2024	2023	Δ (€)	Δ (%)
Imparidade dividas a receber	76.010	-205.197	281.207	-137,04%
Outros gastos e perdas	7.026.033	5.209.992	1.816.041	34,86%
Impostos	3.518.896	2.750.693	768.203	27,93%
Perdas em inventários	0	3.081	-3.081	-100,00%
Donativos	74.520	132.520	-58.000	-43,77%
Quotizações	106.261	126.168	-19.907	-15,78%
Multas e penalidades	987	470	517	110,00%
Outros gastos e perdas	3.325.369	2.197.060	1.128.309	51,36%
Total	7.102.043	5.004.795	2.097.248	41,90%

Os Impostos aumentam por via da comparticipação para a DGRM/AMT (5% sobre as prestações de serviços portuários excluindo a pilotagem) e pela regularização do valor do IVA relativo ao direito de superfície (662 mil euros).

Em outros gastos e perdas assistimos a um aumento do valor, quando comparado com o ano 2023, uma vez que as reversões de imparidades de subsídios ao investimento foram superiores, em 1,7 milhões.

5.1.6. Depreciações e amortizações

As Depreciações e amortizações sofrem uma diminuição de 3,3 milhões de euros (-10,8%) face ao ano anterior. A redução deve-se ao término do período de depreciação de infraestruturas reconhecidas na data da constituição da APDL, SA, em 1998.

5.1.7. Imparidade de Investimentos

As unidades de negócio continuam a recuperação dos seus ativos com um saldo positivo de 1,7 milhões de euros (2,9 milhões de euros em 2023). A redução deste saldo reflete o maior volume de dispêndios de investimento feitos em 2024 em ativos sujeitos a perda por imparidade (em 2024: 3,2 milhões de euros, em 2023: 2,2 milhões de euros).

5.1.8. Rendimentos diferidos

O reconhecimento do rendimento dos ativos das concessões continua a sua evolução ascendente atingindo 8 milhões de euros em 2024 (em 2023: 7,3 milhões de euros). A variação reflete a adição de ativos a reverter nos exercícios recentes (2023: 7,7 milhões de euros e 2022: 6,4 milhões de euros).

Esta rubrica inclui a imputação dos subsídios ao investimento que regista uma redução de 1,9 milhões de euros.

5.1.9. Provisões

As provisões registaram um aumento de 892 mil de euros, face a 2023, fixando o valor de 2024 em cerca de 922 mil euros (em 2023 foi de 30 mil euros).

A variação deve-se à atualização das provisões pelos juros decorridos relativos aos processos já existentes e à constituição de novas provisões no valor de 738 mil euros.

5.2. Situação Patrimonial e Financeira

O balanço apresentado de seguida espelha a evolução ocorrida na situação patrimonial e financeira da APDL:

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Un.: 1000 Euros

	2024		2023		Δ €	Δ %
ATIVO NÃO CORRENTE	575.833	93,1%	582.288	93,1%	-6.455	-1,1%
Ativos de investimento	558.709	90,3%	562.808	90,0%	-4.099	-0,7%
Ativos por impostos diferidos	17.124	2,8%	19.480	3,1%	-2.356	-12,1%
ATIVO CORRENTE	42.578	6,9%	43.052	6,9%	-474	-1,1%
Clientes	5.020	0,8%	6.892	1,1%	-1.872	-27,2%
Outras contas a receber	3.661	0,6%	13.695	2,2%	-10.034	-73,3%
Outros ativos correntes	5.116	0,8%	4.086	0,7%	1.030	25,2%
Caixa e depósitos bancários	28.781	4,7%	18.379	2,9%	10.402	56,6%
Total do ativo	618.410	100,0%	625.340	100,0%	-6.930	-1,1%
CAPITAL PRÓPRIO	441.139	71,3%	428.677	68,6%	12.462	2,9%
PASSIVO NÃO CORRENTE	137.929	22,3%	152.325	24,4%	-14.396	-9,5%
Financiamentos obtidos	66.493	10,8%	72.083	11,5%	-5.590	-7,8%
Resp. p/ benef. pós-emprego	4.108	0,7%	4.337	0,7%	-229	-5,3%
Outras contas a pagar	67.329	10,9%	75.905	12,1%	-8.576	-11,3%
PASSIVO CORRENTE	39.341	6,4%	44.338	7,1%	-4.997	-11,3%
Fornecedores	3.356	0,5%	2.669	0,4%	687	25,7%
Estado e outros entes públicos	1.900	0,3%	2.056	0,3%	-156	-7,6%
Outras contas a pagar	34.085	5,5%	39.613	6,3%	-5.528	-14,0%
Total do capital próprio e passivo	618.410	100,0%	625.340	100,0%	-6.930	-1,1%

O **Ativo** diminuiu 1,1% (- 6.9 milhões de euros) por via da diminuição do **Ativo não corrente** (- 6,4 milhões de euros). Esta diminuição reflete a diminuição dos ativos de investimento em 4 milhões de euros que incluem o abate de ativos das concessões.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos, a redução da taxa de imposto sobre o rendimento aplicável a partir de 2025 e a revisão da estimativa das taxas de imposto esperadas resultam na redução deste ativo em 2,3 milhões de euros.

No ativo corrente regista-se uma redução das contas a receber relativa a subsídios que foram recebidos em 2024 (11,6 milhões de euros).

As disponibilidades aumentaram 10,4 milhões de euros, ficando no final de 2024 com o saldo de 28,8 milhões de euros. Este saldo beneficia além, dos referidos subsídios recebidos, do aumento de 3,7 milhões de euros dos fluxos de caixa operacionais e da redução dos pagamentos a fornecedores de investimento para 31 milhões de euros (em 2023: 52 milhões).

O **Capital próprio** continua o seu reforço pela retenção dos resultados líquidos e do reconhecimento dos subsídios ao investimento.

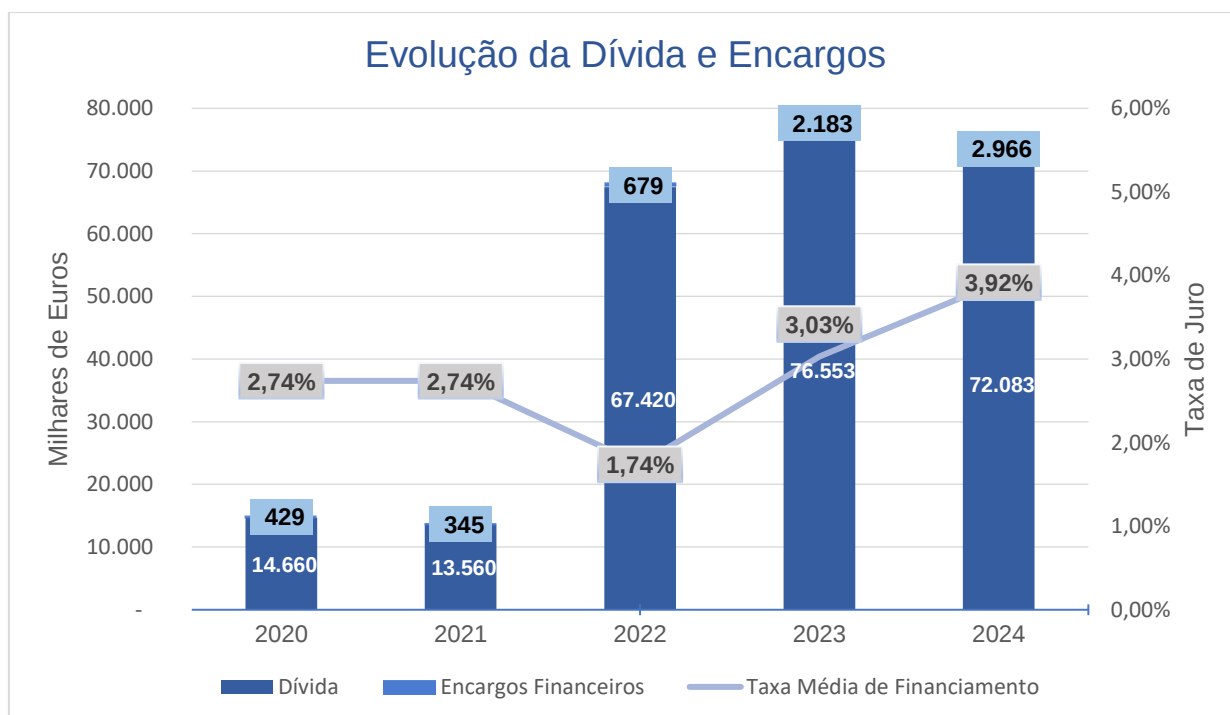
As amortizações dos financiamentos bancários (4,4 milhões de euros) e do rendimento diferido relativo aos ativos das concessões (10 milhões de euros) mais a redução da dívida a fornecedores de investimentos (3 milhões de euros) resultam numa redução do Passivo em 19 milhões de euros.

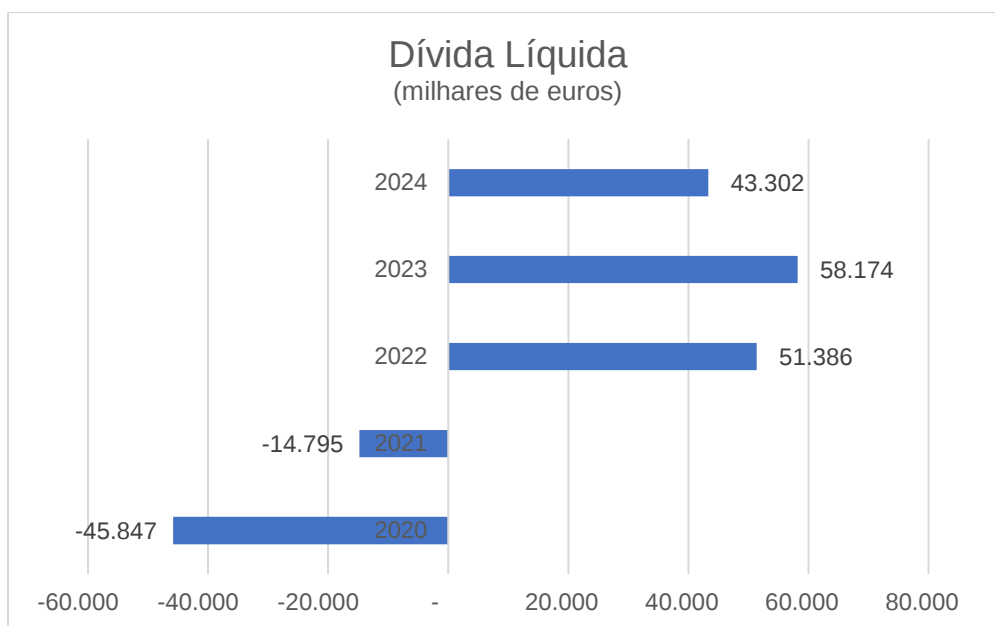
5.3. Endividamento

O investimento do Prolongamento do Quebra-mar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões conduziu à necessidade de financiamento bancário no montante de 55 milhões de euros, em 2022, contratualizados com o BPI, como complemento aos fundos comunitários do CEF - Connecting Europe Facility, Blending, Call 2017, com participação de comunitária de 20% (17,4 milhões de euros) e do COMPETE 2020, com uma taxa de participação comunitária de 51,71% (31,1 milhões de euros).

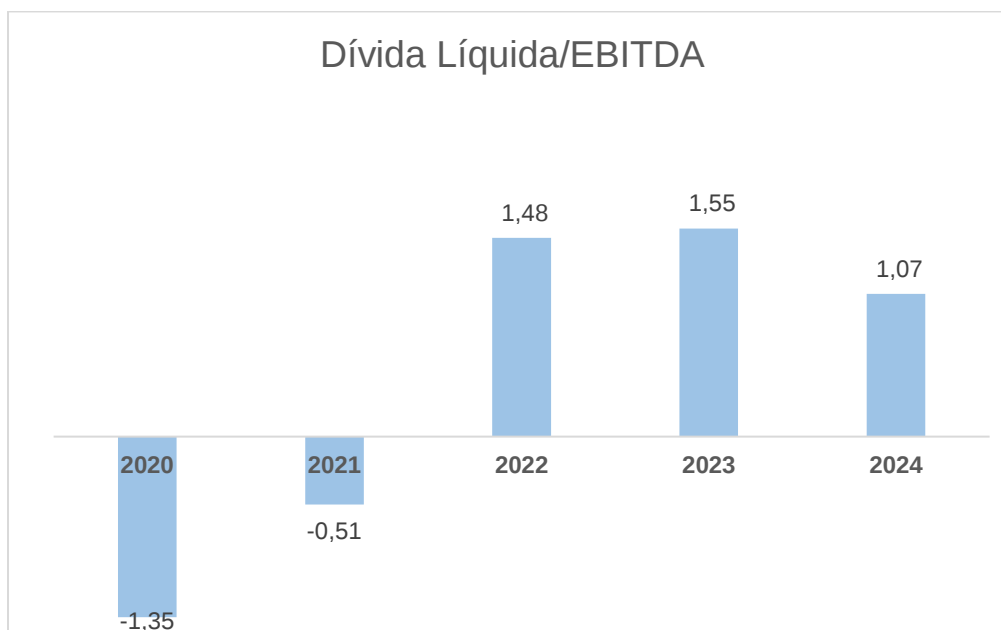
Contudo, no decorrer do ano de 2022, perante os efeitos da guerra na Ucrânia, com a escalada de preços dos materiais, justificando a subida da inflação, este investimento adjudicado por 130 milhões de euros sofreu um agravamento para 182 milhões de euros, decorrente da revisão de preços da empreitada. Este aumento de custos exigiu o recurso a uma linha de crédito adicional de 60 milhões de euros, contratualizada com o BEI em maio de 2023. O acréscimo da dívida verificado em 2023 deve-se ao primeiro desembolso de 12,5 milhões de euros do empréstimo do BEI, ocorrido em agosto de 2023, registando-se cerca de 3,4 milhões de euros de amortização de capital. Em 2024 não se procedeu a qualquer desembolso do empréstimo do BEI.

Relativamente aos encargos financeiros, foi registado um aumento de 783 mil euros e que se traduziu no incremento da taxa média de financiamento para os 3,92%:





Em 2024, o rácio Dívida Líquida/EBITDA registou uma quebra em virtude da diminuição de cerca de 15 milhões de euros na Dívida Líquida (variações de -4,5 milhões de euros em Financiamentos e de +10,5 milhões de euros em Caixa e Depósitos Bancários).



Relatório e Contas – Exercício de 2024

Apresenta-se, de seguida, a evolução do endividamento líquido do investimento, bem como os rácios de endividamento:

Unid.: €1000

Rubrica	2020	2021	2022	2023	2024
Dívida	14.660	13.560	67.420	76.553	72.083
Investimento	28.861	52.367	120.041	44.329	29.280
Endividamento líquido do investimento	-14.201	-38.807	-52.621	32.224	42.803

Rátios de Endividamento	2020	2021	2022	2023	2024
Endividamento (Passivo/Ativo)	0,21	0,24	0,31	0,31	0,29
Endividamento corrente (Passivo Corrente/Ativo)	0,07	0,06	0,07	0,07	0,06

5.4. Contributos para a receita fiscal do Estado

No decurso da sua atividade económica, a APDL suporta e entrega ao Estado e outras entidades públicas, taxas e impostos. Além destes tributos suportados, a APDL cobra e administra por conta do Estado, taxas e impostos devidos por terceiros pela via da retenção a trabalhadores, clientes e fornecedores.

Para o rigoroso e integral cumprimento das obrigações fiscais a APDL incorre em custos com recursos humanos (formação e remunerações), equipamentos (sistemas de informação) e recorre ainda a consultores especializados para as questões de maior complexidade.

Assim, o volume global da contribuição para a receita fiscal do Estado que se apresenta na tabela abaixo refere-se apenas às entregas efetuadas:

Taxas e impostos	2024	2023
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.334.454	4.671.710
Retenções na fonte de impostos sobre o rendimento	3.374.972	3.528.568
Contribuições para a Segurança Social	2.202.053	2.014.016
Caixa Geral de Aposentações	1.208.840	1.176.083
Entidades FUP (*)	2.967.983	2.892.765
Comparticipação para a DGRM	1.595.066	1.503.938
IRC – Imposto s/ Rendimento das pessoas Coletivas	2.168.937	35.757
Outras taxas e impostos (inclui ADSE)	429.060	424.861
Total	20.281.365	16.247.698

(*) **Entidades FUP – Fatura Única Portuária.** As entidades beneficiárias são AM - Autoridade Marítima, GNR - Guarda Nacional Republicana, ULS - Unidade Local de Saúde e ISN - Instituto de Socorros a Náufragos

Indicadores Financeiros

Tendo por base o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado definidas através da Lei do Orçamento de Estado e as orientações emitidas pelo acionista, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros ilustrativos do desempenho da APDL nos últimos 2 anos:

	2024	2023	Δ %
Indicadores de Eficiência			
Gastos Operacionais/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	1,26	1,23	2,4%
Gastos com o Pessoal/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,49	0,49	0,0%
Gastos FSE/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,49	0,52	-5,8%
Indicadores de Comportabilidade de Investimentos e Capacidade de Endividamento			
Divida/Capital Próprio	0,17	0,19	-10,5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos/Juros Líquidos	19,95	19,74	1,1%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	0,71	0,69	2,9%
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	2,49	2,18	14,2%
Liquidez (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	1,08	0,97	11,3%
Prazos Médios			
Prazo Médio de Pagamento	33	48	-31,3%
Prazo Médio de Recebimento	34	45	-24,4%
Indicadores de Rentabilidade e Crescimento			
Margem do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,58	0,57	1,8%
Margem do Resultado operacional	0,23	0,17	35,3%
Indicadores de Remuneração do Capital Investido			
Resultado Líquido/Capital Investido	0,02	0,01	100,0%
Resultado Líquido/Capital Próprio	0,03	0,01	200,0%

Da análise dos resultados, destacámos os seguintes pontos:

- A APDL continua a revelar uma autonomia financeira sólida;
- O indicador de solvabilidade registou um aumento de 14,2%, o que evidencia a capacidade da APDL em honrar os seus compromissos;
- O prazo médio de pagamento diminuiu para os 33 dias, enquanto o prazo médio de recebimento diminuiu para os 34 dias.

6. Perspetivas futuras

De acordo com a projeção efetuada aquando do Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027, prevêem-se evoluções distintas do movimento portuário nas diferentes unidades de negócio, conforme o quadro seguinte:

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025-2027				
MOVIMENTO	2024	2025	2026	2027
	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)
PORTO DE LEIXÕES				
MERCADORIAS (toneladas)	14 381 793	15 000 000	15 180 000	15 330 000
» Carga Geral Fracionada	1 439 886	1 350 000	1 380 000	1 400 000
» Graneis Sólidos	2 230 067	2 480 000	2 540 000	2 570 000
» Granéis Líquidos	2 350 844	2 560 000	2 540 000	2 540 000
» Ro-Ro	1 196 138	1 540 000	1 650 000	1 750 000
» Carga Contentorizada	7 164 858	7 070 000	7 070 000	7 070 000
CONTENTORES				
» Número	427 349	425 000	425 000	425 000
» TEU	715 061	700 000	700 000	700 000
PASSAGEIROS				
» Número	195 833	246 000	246 000	246 000
PORTO DE VIANA DO CASTELO				
MERCADORIAS (toneladas)	322 476	360 300	360 350	360 400
» Geral fracionada	177 324	183 000	183 000	183 000
» Granéis sólidos	122 682	147 000	147 000	147 000
» Granéis líquidos	22 141	30 000	30 000	30 000
» Ro-Ro	329	300	350	400
VIA NAVEGÁVEL DO DOURO				
MERCADORIAS (toneladas)	7 338	10 000	11 000	12 100
PASSAGEIROS (ENTRE ALBUFEIRAS)				
» Número	278 795	288 046	296 370	304 943
INTERMODALIDADE FERROVIÁRIA				
TERMINAL FERROVIÁRIO DE LEIXÕES				
» Número de comboios	1864	1 919	1 977	2 036
» Movimento de contentores	56111	53 698	55 309	56 968
TERMINAL FERROVIÁRIO DA GUARDA				
» Número de comboios	0	234	318	325
» Movimento de contentores	0	7 179	9 763	9 958

Para Leixões estima-se um crescimento ligeiro contínuo no movimento de mercadorias nos próximos três anos ultrapassando 15,3 milhões de toneladas em 2027. O crescimento mais acentuado prevê-se que ocorra na carga ro-ro com um crescimento de 46,3% até 2027 relativamente ao ano 2024, enquanto o segmento dos cruzeiros deverá observar nesse período um aumento significativo do número de passageiros (+25,6%). Os granéis sólidos e os granéis líquidos deverão registar um crescimento moderado no triénio de 15,2% e 8%, respetivamente. Por outro lado, prevêem-se quebras ligeiras na carga fracionada (-2,8%) e na carga contentorizada (-1,3%).

Para Viana do Castelo, projeta-se que a atividade tenha um crescimento até 2027 de 11,8%, com a perspetiva de os operadores portuários captarem novas cargas para aquele porto. É expectável a intensificação da dinâmica positiva do porto essencialmente através dos estaleiros navais e do desenvolvimento do cluster das energias renováveis.

Na Via Navegável do Douro, espera-se um crescimento de 9,4% no movimento de passageiros, perspetivando-se a entrada em operação de novas embarcações. Existe também a expectativa de incremento do volume de carga movimentada nos portos fluviais em virtude do início da operação da nova concessão do porto comercial da Sardoura.

Quanto à Intermodalidade Ferroviária, no Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões atingiu-se um movimento de cerca de 56 mil contentores em 2024, prevendo-se uma quebra em 2025 e uma recuperação no próximo triénio para valores ligeiramente acima dos atuais (+1,5%). Quanto ao Terminal Ferroviário de Mercadorias da Guarda, espera-se o arranque das operações em 2025, perspetivando-se que atinja um movimento de 325 comboios e cerca de 10 mil contentores em 2027.

Nos próximos anos será essencial uma gestão prudente e criteriosa, tendo em conta a continuidade do ambicioso plano de investimentos que se tem levado a cabo e a redução nos últimos anos do nível da atividade, por forma a não colocar em causa o equilíbrio económico-financeiro da empresa. Por outro lado, será ainda necessário prosseguir com a estratégia de ajustamento económico das áreas de negócio deficitárias e de adoção de uma política de retenção de resultados que assegure a parcela de fundos próprios necessária à concretização desses mesmos investimentos.

No triénio 2025-2027 o investimento previsto pela APDL ascende a 175 milhões de euros, dos quais 146,6 milhões de euros são referentes ao Porto de Leixões, 4,6 milhões de euros ao Porto de Viana do Castelo, 12,2 milhões de euros à Via Navegável do Douro e 11,5 milhões de euros nos terminais ferroviários de mercadorias da Guarda e de Leixões.

O Prolongamento do Quebramar exterior do Porto de Leixões, com execução prevista, no triénio 2025-2027, de cerca de 16,9 milhões de euros, mantém o destaque enquanto maior investimento em curso nas unidades de negócio geridas pela APDL. Este investimento está contemplado na EACP e no Plano Nacional de

Investimentos 2030 (PNI2030), no âmbito da criação do Novo Terminal do Porto de Leixões.

Os investimentos a realizar nas unidades de negócio deficitárias (PVC e VND) revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à APDL.

Também de elevada relevância, surgem os investimentos previstos para a vertente da intermodalidade. A previsão de investimento de 11,5 milhões de euros destina-se à melhoria da infraestrutura multimodal no Porto Seco da Guarda e no Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (TFML), com vista a responder ao objetivo estratégico de “Intensificar a Intermodalidade, Aumentar a Conectividade com o Hinterland (portos secos e plataformas logísticas) e a Integração Logística Sustentável”. No TFML foram previstos trabalhos de integração imediata, de forma a dotar o espaço de padrões de operação compatíveis com os da APDL. Será ainda estudada e realizada a integração das acessibilidades rodoviárias a partir da Portaria Principal do Porto de Leixões, assim como a modernização do terminal, dotando-o de capacidade de operar comboios de 750 metros com o menor número de manobras possível.

Para financiar os investimentos previstos, para além dos fundos comunitários e dotação do Orçamento de Estado (a aplicar nas unidades deficitárias do Porto de Viana do Castelo e Via navegável do Douro), a APDL recorreu a financiamento externo adicional, sendo que, no período de 2025-2027, está previsto serem desembolsados 40 milhões de euros, do empréstimo contratado junto do BEI de 60 milhões de euros.

Por último, importa salientar que, no contexto atual, o Conselho de Administração tem como pressuposto a não distribuição de dividendos ao Acionista no horizonte temporal em perspetiva, por força do elevado esforço financeiro exigido para a concretização do Plano de Investimentos previsto.

7. Informações adicionais

7.1. Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização

De acordo com as obrigações de comunicação previstas nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunica-se que o capital social é detido a 100% pela Direção Geral do Tesouro.

7.2. Conselho de Administração - mandato 2023-2025

O atual Conselho de Administração da APDL foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de fevereiro de 2023, com produção de efeitos nessa mesma data, e é composto por um presidente e dois vogais, em conformidade com o artigo 9.º dos Estatutos, eleito para o mandato 2023 – 2025.

8. Proposta de aplicação do resultado

Em conformidade com o previsto no artigo 17.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do **Resultado Líquido** da atividade desenvolvida em 2024, cujo montante ascendeu a **11.031.507,08 euros**:

Reserva para Investimento	8.334.695,32 euros
Reserva - Ativos das Concessões	2.696.811,76 euros

A presente proposta de aplicação de resultados tem subjacente os seguintes aspetos:

- A APDL pretende desenvolver no médio prazo, um plano de investimentos que excede os 331 milhões de euros, dos quais 175 milhões de euros a desenvolver entre 2025 e 2027. Nesse triénio, o volume de investimentos será principalmente financiado por fundos comunitários (cerca de 40%) e por fundos próprios (cerca de 42%), salientando-se, entre outros:
 - (1) A conclusão do investimento público na empreitada de Prolongamento do Quebramar do Porto de Leixões, no valor previsto de 17 milhões de euros, no âmbito da construção do Novo Terminal com fundos a -14 metros ZH do Porto de Leixões, a desenvolver até 2026;
 - (2) A concretização, até 2026, do investimento público associado à Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte do Porto de Leixões, no valor previsto de 13,6 milhões de euros, que dotará o Porto de Leixões com o aumento da capacidade de receção de navios de dimensão superior e de todos os segmentos de mercado, assim como da garantia dos requisitos de mobilidade militar, acréscimo da agilidade e da capacidade operacional. Este projeto beneficiará de comparticipação comunitária de 12,8 milhões de euros sob o programa CEF Transport, cabendo à APDL a responsabilidade de financiar os restantes 50% de investimento;
 - (3) A execução do investimento de Construção da Subestação de Alta Tensão e a Remodelação da Rede de Média Tensão do Porto de Leixões, no valor previsto de 16 milhões de euros, a desenvolver até 2029. A materialização deste investimento permitirá capacitar as infraestruturas do porto com a potência de energia elétrica necessária, de forma a assegurar o fornecimento de energia a navios e o escoamento/integração de fontes de energia renováveis, contribuindo para responder às obrigações legais e melhorar o desempenho ambiental do Porto de Leixões, através da redução da emissão de gases poluentes e da redução da poluição sonora. Este Projeto beneficiará de comparticipação comunitária estimada em

70% sob o programa Sustentável 2030, sendo da responsabilidade da APDL em financiar o remanescente.

- (4) A concretização do investimento referente à Implementação de Sistemas *Onshore Power Supply* nos diversos terminais e cais do Porto de Leixões, no valor previsto de 27,8 milhões de euros, a desenvolver até 2035. Este investimento corresponde a um dos Planos de Ação definidos no Roteiro para a Transição Energética do Porto de Leixões, com vista à neutralidade carbónica até 2035, traduzindo-se na disponibilização de alimentação elétrica a navios acostados e consequente descarbonização do tráfego marítimo durante a sua estadia no porto. Prevê-se a comparticipação comunitária em parte dos OPS's a serem instalados no porto, em particular, pelo Programa Sustentável 2030 e pelo Fundo de Transição Justa.
- (5) A existência de outras necessidades de investimento, designadamente a Implementação do Centro Inspetivo do Porto de Leixões estimado em 8,4 milhões de euros, a construção do Data Center TIER III no valor de 11,3 milhões de euros, a modernização da Ponte Móvel do Porto de Leixões, estimado em 7,3 milhões de euros, a criação do Porto Seco da Guarda, no valor de 4 milhões de euros, a modernização do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões, previsto em 6,3 milhões de euros, e a conclusão da construção e modernização das Vias Portuárias do Porto de Leixões, no valor de 5,7 milhões de euros. Alguns destes projetos contam já com financiamento comunitário pelo programa Sustentável 2030, com uma taxa média efetiva de comparticipação a rondar os 70%. No caso do Porto Seco da Guarda, estima-se a comparticipação financeira no âmbito do Programa Centro 2030.
- O objetivo de **minimizar o recurso a capital alheio** no financiamento do plano de investimentos da empresa, de modo garantir a manutenção de uma estrutura financeira sustentável, aconselhando o **reforço da Reserva para Investimento no valor de 8.334.695,32 euros**, para assegurar os fundos próprios necessários à concretização dos projetos previstos.
 - As duas unidades de negócio, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, continuam a exigir um esforço financeiro adicional da empresa para suportar o desenvolvimento corrente das suas atividades, o que justifica a retenção na empresa dos resultados gerados essencialmente pela exploração do Porto de Leixões.
 - Os impactos económicos negativos associados à crise geopolítica internacional associada à invasão pela Rússia da Ucrânia, à crise energética e à alteração estratégica da Galp que resultou numa significativa redução do movimento de granéis líquidos pelo encerramento da Refinaria de Matosinhos, nomeadamente no volume de negócios da APDL.

Leça da Palmeira, abril de 2025

O Conselho de Administração,

Eng.º João Pedro Moura Castro Neves

Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho

Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Balanço em 31 de dezembro de 2024

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	489.430.632	477.386.467
Propriedades de investimento	6	677.843	10.780.384
Ativos intangíveis	7	68.557.487	74.597.756
Outros investimentos financeiros	9	42.980	43.987
Ativos por impostos diferidos	21.1	17.123.870	19.479.632
		575.832.812	582.288.226
Ativo corrente:			
Inventários	15	867.955	932.216
Clientes	11.1	5.020.194	6.891.907
Estado e outros entes públicos	16.1	1.572.501	30.516
Outros créditos a receber	11.2	3.660.575	13.694.550
Diferimentos	17.1	2.674.631	3.124.320
Caixa e depósitos bancários	10	28.780.962	18.378.618
		42.576.818	43.052.127
Total do ativo		618.409.630	625.340.353

RUBRICAS	No- tas	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	22	51.035.000	51.035.000
Reservas legais	23	11.122.456	11.122.456
Outras reservas	24	203.788.839	198.273.324
Resultados transitados	25	68.417.793	67.533.694
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	26	95.742.942	94.608.240
		430.107.030	422.572.714
Resultado líquido do período		11.031.507	6.104.032
Total do capital próprio		441.138.537	428.676.746
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	18	5.066.915	4.166.765
Financiamentos obtidos	14	66.492.500	72.083.333
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	4.107.576	4.337.292
Passivos por impostos diferidos	21.2	5.881.565	5.233.788
Outras dívidas a pagar	13.2	22.082.453	22.978.574
Diferimentos	17.2	34.298.733	43.525.570
		137.929.742	152.325.322
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.1	3.355.974	2.668.739
Estado e outros entes públicos	16.2	1.900.451	2.056.532
Financiamentos obtidos	14	5.590.833	4.469.167
Outras dívidas a pagar	13.2	19.920.481	26.201.363
Diferimentos	17.2	8.573.612	8.942.484
		39.341.351	44.338.285
Total do passivo		177.271.093	196.663.607
Total do capital próprio e do passivo		618.409.630	625.340.353

Demonstração dos resultados por naturezas

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2024

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	28.1.1	70.209.821	65.369.739
Subsídios à exploração	27.2	1.880.291	1.889.241
Trabalhos para a própria entidade	28.2	686.976	380.141
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	15.2	(1.851.836)	(1.925.605)
Fornecimentos e serviços externos	29.1	(19.915.042)	(19.561.882)
Gastos com o pessoal	29.2	(19.791.530)	(18.248.786)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(76.010)	205.197
Provisões (aumentos/reduções)	18	(922.468)	(29.594)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	(1.631.864)	(1.202.416)
Aumentos/reduções de justo valor	9	(1.007)	1.810
Outros rendimentos	28.3	19.091.097	15.776.819
Outros gastos	29.3	(7.026.033)	(5.209.994)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		40.652.395	37.444.670
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29.4	(27.471.559)	(30.781.164)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	3.310.214	4.136.333
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16.491.050	10.799.839
Juros e rendimentos similares obtidos	10.2	406.461	-
Juros e gastos similares suportados	14.4	(2.443.701)	(1.897.190)
Resultado antes de impostos		14.453.810	8.902.649
Imposto sobre o rendimento do período	20, 21	(3.422.303)	(2.798.617)
Resultado líquido do período		11.031.507	6.104.032
Resultado por ação básico		1,08	0,60

Demonstração das alterações no capital próprio

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2024

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2024	1	51.035.000	11.122.456	198.273.324	67.533.694	94.608.240	6.104.032	428.676.746
Alterações no período:								
Realização das reservas	25	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	41.343	-	41.343
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	(588.517)	884.099	1.093.359	-	1.388.941
Aplicação do resultado líquido	25	-	-	6.104.032	-	-	(6.104.032)	-
	2	-	-	5.515.515	884.099	1.134.702	(6.104.032)	1.430.284
Resultado líquido do período	3						11.031.507	11.031.507
Resultado integral	4=2+3						12.461.791	12.461.791
Operações com detentores de capital próprio:								
Distribuições (dividendos)	5	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	203.788.839	68.417.793	95.742.942	11.031.507	441.138.537

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2023

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Nota s	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2023	1	51.035.000	11.122.456	186.809.439	72.006.610	81.716.992	6.069.477	408.759.974
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(4.223)	(66.596)	-	(70.819)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	4.678.381	(4.468.693)	12.957.844	-	13.167.532
Aplicação do resultado líquido	25	-	-	6.785.504	2.261.835	-	(6.069.477)	2.977.862
	2	-	-	11.463.885	(2.211.081)	12.891.248	(6.069.477)	16.074.575
Resultado líquido do período	3						6.104.032	6.104.032
Resultado integral	4=2+3						22.178.607	22.178.607
Operações com detentores de capital próprio:								
Distribuições (dividendos)	25	-	-	-	(2.261.835)	-	-	(2.261.835)
	5	-	-	-	(2.261.835)	-	-	(2.261.835)
Em 31 de dezembro de 2023	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	198.273.324	67.533.694	94.608.240	6.104.032	428.676.746

Demonstração de fluxos de caixa

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2024

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		85.822.028	77.590.729
Pagamentos a fornecedores		(24.170.449)	(25.536.877)
Pagamentos ao pessoal		(15.584.469)	(14.271.302)
Caixa gerada pelas operações		46.067.110	37.782.550
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	20.5	(2.285.953)	(7.739)
Outros recebimentos/pagamentos		(12.728.440)	(10.462.164)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		31.052.717	27.312.647
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(30.014.123)	(50.707.643)
Ativos intangíveis		(1.227.846)	(1.836.037)
Investimentos financeiros	9	-	(4.373)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3.821.550	2.160
Outros ativos		11.612	11.273
Subsídios ao investimento		14.001.874	20.627.349
Juros e rendimentos similares	10.2	406.461	1.000
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(13.000.472)	(31.906.271)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	14.2	-	12.500.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	14.2	(4.469.167)	(3.367.500)
Juros e gastos similares	14.4	(2.990.734)	(2.004.634)
Dividendos	13.2	(190.000)	(190.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(7.649.901)	6.937.866
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		10.402.344	2.344.242
Caixa e seus equivalentes no início do período		18.378.618	16.034.376
Caixa e seus equivalentes no fim do período		28.780.962	18.378.618

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Identificação da entidade

Denominação social: APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Natureza jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

Número de pessoa coletiva: 501449752

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., adiante designada por “APDL” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

1.1. Áreas de jurisdição

Porto de Leixões

A área de jurisdição abrange a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica, na Praia de Lavadores, até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e compreende, além disso, as duas zonas seguintes:

- Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos;
- Zona do Porto de Leixões que abrange os quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respetivo.
- Zonas do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões e do Terminal Ferroviário da Guarda, que abrangem o conjunto de todas as instalações fixas respeitantes às vias principais e de serviço e às estações necessárias à realização da circulação ferroviária.

Porto de Viana do Castelo

A área de jurisdição é constituída pelos terrenos do domínio público marítimo e fluvial delimitados pelos contornos e linhas definidos na planta anexa ao Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro.

Via Navegável do Douro

As atribuições e competências referidas são prosseguidas e exercidas nas áreas situadas dentro do domínio público hídrico e nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração e gestão da via navegável do rio Douro e à execução e conservação das obras nelas existentes ou em curso.

- Todo o leito e as parcelas das margens diretamente associadas e necessárias às infraestruturas e equipamentos, existentes ou que venham a ser construídos, de apoio à navegação da via navegável do rio Douro e as águas do rio Douro, desde a foz do rio Águeda, afluente da margem esquerda do rio Douro, até à respetiva barra, bem como os afluentes deste troço do rio Douro até ao perfil em que o leito desse afluente se encontre a cota igual à cota máxima de retenção normal da albufeira do rio Douro em que esse afluente desagua, incluindo as eclusas e os cais de acostagem;
- Os acessos fluviais aos cais de acostagem e às zonas de manobra, os terraplenos adjacentes às zonas portuárias e os acessos terrestres inseridos nestas áreas de ligação às vias municipais e nacionais.

1.2. Áreas de atuação

- a) Fomentar e promover a atividade portuária nos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;
- b) Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária;
- c) Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;
- d) Licenciatar o exercício da atividade portuária e a concessão de serviços públicos portuários;
- e) Regulamentar as taxas a cobrar pela utilização dos portos e respetivos serviços;
- f) Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária;
- g) Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários ou ferroviários;
- h) Promover e incentivar a navegação na via navegável do rio Douro;
- i) Promover e incentivar as atividades relacionadas com a navegação, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região do Douro;

- j) Desenvolver e conservar as infraestruturas e os equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável do rio Douro e a utilização das instalações portuárias;
- k) Administrar os bens integrados na sua área de jurisdição;
- l) Coordenar as intervenções de outras entidades públicas ou privadas com impacto na via navegável do rio Douro.

1.3. Serviços prestados

- a) Ajudas à navegação;
- b) Gestão de postos de acostagem;
- c) Controlo de tráfego marítimo;
- d) Prestação dos serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia elétrica, rebocadores e pilotagem;
- e) Manutenção dos canais de acesso;
- f) Utilização da via navegável do Rio Douro;
- g) Prevenção e combate à poluição no mar;
- h) Sistemas de segurança;
- i) Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;
- j) Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;
- k) Limpeza da área portuária;
- l) Utilização do terminal ferroviário;
- m) Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, “pipelines”, entre outros) e;
- n) Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fracionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca, Cais de Gaia, Cais Comercial da Sardoura, Cais Comercial da Várzea do Douro).

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias com o consequente afastamento da APDL da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos das concessões em vigor são, na sua generalidade, de 25 anos. Com o DL n.º 92/2024 este prazo pode ir até aos 75 anos, no caso de novas concessões.

A APDL foi inicialmente constituída com um capital social de 20.854.740 euros, tendo este subsequentemente sido aumentado para 48.000.000 euros. Este reforço foi

determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos ativos integrados nas contas aquando da sua constituição.

Em 28 de março de 2008, por deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português). Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4.º do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015 produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2015. A transmissão dos valores patrimoniais ativos e passivos foi efetuada pelos valores inscritos na contabilidade da APVC tendo-se aplicado, consequentemente, o regime especial de neutralidade fiscal previsto nos artigos 74.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC).

Com o registo definitivo da fusão, a APVC foi extinta, pelo que a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações ficaram na esfera da APDL, na qualidade de Sociedade Incorporante.

Em 21 de maio de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2015, que procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), transmitindo também a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição. Esta integração reportou-se a 1 de janeiro de 2015.

Em função do referido acima, os Estatutos foram alterados, passando a Empresa a designar-se APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA.

Em 4 de março de 2022, através do Decreto-Lei n.º 24/2022, foram atribuídas à APDL as competências de gestor de infraestruturas ferroviárias no terminal ferroviário da Guarda. Este diploma inclui ainda na área de jurisdição portuária da APDL, as responsabilidades atribuídas ao Estado relativamente ao terminal ferroviário de mercadorias da Guarda, que integra o domínio público ferroviário, nos termos do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro. A APDL, expande assim as suas competências acrescentando aquelas respeitantes ao estatuto de gestora de infraestruturas ferroviárias.

O Decreto-Lei n.º 55/2022, de 17 de agosto, transfere da Infraestruturas de Portugal, S.A. para a APDL a gestão do Terminal Ferroviário de Leixões, incluindo na área de jurisdição portuária o domínio público ferroviário.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 24 de abril de 2025. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (Unid.: €1), salvo indicação explícita em contrário, e foram elaboradas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2024. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

2.1. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

Nota não aplicável.

4. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se na respetiva nota do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos acontecimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 4.3.

4.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras têm por base o custo histórico com a exceção dos itens do ativo fixo tangível referidos na Nota 5.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

4.2.1. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos e transações.

4.2.2. Classificação no balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados no balanço, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado menos imparidade ou ao justo valor através de resultados e classificam-se como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Dívidas de clientes e outros créditos a receber;
- Investimentos financeiros;
- Instrumento de capital próprio de outra entidade.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e classificam-se como:

- Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros;
- Empréstimos obtidos.

Os gastos ou rendimentos apurados no exercício são reconhecidos nas seguintes rubricas da demonstração de resultados por naturezas:

- Imparidades: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- Justo valor: Aumentos/reduções de justo valor
- Outros rendimentos ou Outros gastos

▪ **Gestão do risco financeiro**

Risco da taxa de juro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco da taxa de juro.

A eventual subida das taxas de juro dos financiamentos obtidos com taxas variáveis, aumentará os encargos de financiamento e as respetivas saídas de caixa.

Risco de liquidez

O caixa e equivalentes são depositados, na sua quase totalidade, no IGCP, em depósitos à ordem ou em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). A APDL não tem quaisquer aplicações financeiras sujeitas a cotação ou com risco de reembolso.

As disponibilidades financeiras imediatas são estimadas de modo a minimizar a probabilidade de incumprimento de quaisquer pagamentos.

Sempre que o caixa e equivalentes excedem os montantes a pagar são aplicados em CEDIC, aumentando assim a eficiência financeira e reduzindo o custo de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Risco da taxa de câmbio

As vendas e prestações de serviços realizadas pela APDL são faturadas e recebidas totalmente em euros pelo que considerámos inexistente o risco cambial nas dívidas dos clientes.

A aquisição de bens e serviços é feita maioritariamente no mercado nacional e também no mercado da União Europeia. Uma quantidade residual e pontual é feita em moeda diferente do euro e com pagamento imediato ou a muito curto prazo. Assim, entendemos que o risco cambial nas dívidas a fornecedores e outros credores é nulo.

A APDL, pelos motivos apresentados, não recorre a instrumentos de cobertura do risco cambial.

Risco de crédito

A exposição da APDL ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A APDL tenta assegurar a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos contatados. Para o bom cumprimento das cobranças, a APDL realiza uma análise económica e financeira aos seus atuais e potenciais clientes, obrigando em determinadas situações, à entrega de garantias bancárias, depósitos ou seguros de caução antes da realização de quaisquer contratos. No âmbito dos seus poderes de autoridade, a APDL recorre à execução fiscal para recuperação dos seus créditos em mora.

A quantia relativa a clientes e outros créditos a receber encontra-se líquida de imparidades e representa a máxima exposição da APDL ao risco de crédito.

4.3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as

expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos exercícios posteriores são as que seguem:

4.3.1. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos de depreciação e amortização a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e as tabelas fiscais em vigor.

4.3.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à APDL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto, vidas úteis esperadas e valores residuais.

4.3.3. Imparidade das contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são avaliadas em cada data de relato e consideram a antiguidade dos saldos, a informação histórica do devedor e outros fatores tais como a conjuntura económica ou tendências setoriais.

A avaliação feita pela Empresa pode divergir do risco efetivo.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão de acordo com os riscos estimados de cobrança existentes na data de relato os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

4.3.4. Provisões para contingências

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.3.5. Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

4.3.6. Imposto sobre o rendimento

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A Empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando tem uma convicção razoável de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão ocorrerá nos exercícios em que os ativos serão revertidos. A avaliação dos ativos por imposto diferido é efetuada pela Empresa em cada data de relato considerando o desempenho futuro esperado.

4.4. Principais fontes de incerteza de estimativas

A gestão considera que as principais fontes de incerteza de estimativas que contêm um risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos no exercício seguinte são:

- Alteração das taxas de juro que servem de referência aos financiamentos obtidos;
- Expetativa de desfecho dos processos judiciais em curso;
- Taxas dos impostos sobre o rendimento aplicável aos ativos e passivos por imposto diferido.

Investimentos

5. Ativos fixos tangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens construídos em terrenos do domínio público) integrados à data de constituição da Empresa foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do Valor em Uso Continuado (VUC). Estes ativos estão

escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis dos Silos de Leixões foram reconhecidos no património da APDL em 2007. Os bens foram avaliados por peritos externos independentes tendo sido utilizado o método do VUC.

Os ativos fixos tangíveis do porto de Viana do Castelo, integrados à data de constituição da APVC, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do VUC.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis da Via Navegável do Douro, integrados na APDL na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2015, tendo sido utilizado o método do VUC (ver Nota 23).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, os impostos não dedutíveis, despesas de transporte, de montagem e preparação do ativo até que se encontre em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos que aumentem a vida útil, a capacidade ou melhorem o desempenho dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que ocorrem. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos ativos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens de ativo fixo tangível e depreciados durante o período de duração das mesmas.

Os gastos de depreciação são calculados, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação do ativo, durante a sua vida útil estimada. Os bens objeto do processo de avaliação patrimonial acima referido são depreciados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias, em anos:

	Vida útil média
Edifícios e outras construções	20 – 80
Equipamento básico	5 – 15
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Outras imobilizações corpóreas	4 – 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis gera rendimentos ou gastos que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

5.1. Quantias escrituradas

Os *Ativos fixos tangíveis*, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tem a seguinte composição:

2024	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.588.373	-	-422.939	84.165.434
Edifícios e outras construções	719.878.490	-362.501.837	-77.590.820	279.785.833
Equipamento básico	43.457.970	-22.449.607	-241.390	20.766.973
Equipamento de transporte	849.922	-473.040	-	376.882
Equipamento administrativo	9.056.555	-7.617.119	-183.209	1.256.227
Outros ativos fixos tangíveis	9.988.730	-5.614.548	-1.172.832	3.201.350
Ativos fixos tangíveis em curso	100.820.946	-	-2.740.552	98.080.394
Adiantamentos	1.797.539	-	-	1.797.539
Total	970.438.525	-398.656.151	-82.351.742	489.430.632

2023	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.588.373	-	(422.939)	84.165.434
Edifícios e outras construções	707.948.732	(344.983.230)	(78.698.036)	284.267.466
Equipamento básico	42.986.394	(20.364.305)	(315.551)	22.306.538
Equipamento de transporte	814.664	(433.037)	-	381.627
Equipamento administrativo	8.673.229	(6.885.028)	(233.513)	1.554.688
Outros ativos fixos tangíveis	9.371.999	(4.906.181)	(1.033.397)	3.432.421
Ativos fixos tangíveis em curso	80.184.618	-	(2.862.138)	77.322.480
Adiantamentos	3.955.813	-	-	3.955.813
Total	938.523.822	(377.571.781)	(83.565.574)	477.386.467

5.2. Movimentos no exercício

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

2024	Saldo inicial	Adições (vide 5.2.1)	Dimi- nuições	Transfe- rências e outros	Depre- ciações	Impari- dades (ver 5.2.2)	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	84.165.434	-	-	-	-	-	84.165.434
Edifícios e outras const.	284.267.466	2.991.766	(2.971.155)	11.324.704	(18.254.319)	2.427.371	279.785.833
Equipamento básico	22.306.538	286.651	-	141.959	(2.275.786)	307.611	20.766.973
Equip. de transporte	381.627	76.352	-	-	(81.097)	-	376.882
Equip. administrativo	1.554.688	381.866	-	18.864	(749.495)	50.304	1.256.227
Outros ativos fixos tang.	3.432.421	401.197	-	16.188	(708.866)	60.410	3.201.350
Investimentos em curso	77.322.480	24.128.741	(335.738)	(1.403.225)	-	(1.631.864)	98.080.394
Adiantamentos (ver 5.2.3)	3.955.813	395.305	(2.553.579)	-	-	-	1.797.539
Total	477.386.467	28.661.878	(5.860.472)	10.098.490	(22.069.563)	1.213.832	489.430.632

2023	Saldo inicial	Adições	Transfe- rências e diminuições	Depre- ciações	Impari- dades (ver 5.2.2)	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	83.813.797	317.021	2.116	-	32.500	84.165.434
Edifícios e outras const.	212.780.776	1.878.508	87.312.123	(21.112.479)	3.408.538	284.267.466
Equipamento básico	23.669.997	795.901	202.268	(2.443.916)	82.288	22.306.538
Equip. de transporte	463.054	-	-	(81.427)	-	381.627
Equip. administrativo	1.733.373	371.082	160.029	(753.674)	43.878	1.554.688
Outros ativos fixos tang.	3.598.298	204.853	197.452	(748.106)	179.924	3.432.421
Investimentos em curso	127.499.993	39.820.434	(88.763.031)	-	(1.234.916)	77.322.480
Adiantamentos (ver 5.2.3)	4.526.927	-	(571.114)	-	-	3.955.813
Total	458.086.215	43.387.799	(1.460.157)	(25.139.602)	2.512.212	477.386.467

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

5.2.1. Adições

As adições mais relevantes ocorridas em 2024 foram as seguintes:

Descrição	Montante
Molhes de proteção	11.906.515
Cais e terraplenos	10.303.970
Equip. Instalações	1.981.884
Estradas/ pavimentos	1.866.216
Canal de navegação	600.114
Frota naval	399.293
Outros	1.603.886
Total	28.661.878

A tabela seguinte apresenta a forma de realização das adições de ativos fixos tangíveis:

	2024	2023
Aquisições de bens e serviços	27.508.151	42.785.927
Trabalhos para a própria entidade (ver Nota 28.2)	435.812	316.187
Custos de financiamento (ver Nota 14.4)	593.889	285.685
Total	28.537.852	43.387.799

5.2.2. Perdas por imparidade

Determinados investimentos realizados em Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial. De acordo com as regras contabilísticas, e para efeitos da determinação de eventuais perdas por imparidade, foram levados a cabo estudos com vista à determinação do valor do negócio destas unidades e, consequentemente, à necessidade de reconhecer perdas por imparidades sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ainda em curso (ver Nota 8).

5.2.3. Adiantamentos

Os adiantamentos referem-se às seguintes empreitadas:

Balizagem na via navegável do Douro	75.305
Defensas para o Porto de Leixões	320.000
Prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões	1.402.233
Total	1.797.538

5.3. Bens construídos em terrenos de domínio público

O ativo fixo tangível inclui itens construídos em terrenos do domínio público afeto à APDL. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quantias escrituradas dos bens construídos em terrenos do domínio público, por unidade de negócio, eram as seguintes:

	2024	2023
Porto de Leixões (PL)	302.394.312	289.999.367
Porto de Viana do Castelo (PVC)	20.638.684	21.578.600
Terminal Ferroviário de Leixões (TFML)	427.987	-
Total	323.460.983	311.577.967

5.4. Compromissos contratuais assumidos

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2024 assumido os seguintes compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Descrição	Montante
Prolongamento do quebra-mar	70.979.683
Cais fluviais	386.307
Equipamentos informáticos	185.604
Frota naval	170.000
Edifícios	160.000
Outros compromissos	161.134
	72.042.728

6. Propriedades de investimento

Políticas contabilísticas

As propriedades de investimento, integradas à data de constituição da Empresa foram registadas com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do VUC.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada. Os terrenos classificados nesta categoria não são sujeitos a depreciações.

As propriedades de investimento estão escrituradas de acordo com o modelo do custo, ou seja, pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. É convicção da Administração que a quantia escriturada das propriedades de investimento representa uma estimativa fiável do seu justo valor.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	2024	2023
Saldo inicial		
Custo de aquisição	11.111.216	783.216
Depreciações acumuladas	(330.832)	(97.267)
Quantia escriturada	10.780.384	685.949
Movimentos no período:		
Adições	-	10.328.000
Gastos de depreciação	(4.052)	(233.565)
	(10.102.541)	10.094.435
Transferência:		
Custo de aquisição	(10.328.000)	-
Depreciações acumuladas	229.511	-
Saldo final:	(10.098.489)	-
Custo de aquisição	783.216	11.111.216
Depreciações acumuladas	(105.373)	(330.832)
Quantia escriturada	677.843	10.780.384

Transferência

Os bens afetos ao Complexo de Apoio ao Cais de Gaia foram transferidos para a conta Ativos Fixos Tangíveis. Estes bens reverteram para a APDL pelo término do contrato de concessão em 2023 e são constituídos por edifícios afetos a atividades de hotelaria e um parque de estacionamento tendo sido avaliados por peritos externos independentes.

7. Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos ou construídos por concessionários, licenças de utilização de aplicações informáticas, de projetos e programas de computador desenvolvidos internamente. As políticas contabilísticas aplicáveis são as seguintes:

1. Outros ativos intangíveis (exclui ativos adquiridos ou construídos por concessionários)

Os ativos intangíveis (exceto os apresentados no ponto seguinte) são registados pelo seu valor de aquisição, acrescido de todos os custos incorridos até à data da sua entrada em utilização. Os custos compreendem os serviços prestados por fornecedores, impostos não dedutíveis, custos com mão-de-obra interna e consumos de materiais.

O valor escriturado corresponde ao custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 a 6 anos.

Os custos com a manutenção dos ativos intangíveis são reconhecidos como gastos do período na rubrica *Fornecimentos e serviços externos*.

2. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a APDL no final dos respetivos contratos

As Administrações Portuárias (AP), sob a égide da APP acordaram em 20 de março de 2012 a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e, objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as AP. A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que a APDL beneficia de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da APDL a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da APDL. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo deverá ser amortizado ou depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela APDL, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

As quantias correspondentes à diferença entre os gastos de amortização ou depreciação do ativo e o rendimento do período, incluídos nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período posterior para a conta de capital próprio *Reservas não distribuíveis – Concessões*.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela APDL. O saldo respetivo da conta *Reservas não distribuíveis – Concessões* será transferido para a conta *Outras variações no capital próprio – Concessões*.

Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da conta 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida da conta *Outros rendimentos*.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

7.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 eram as seguintes:

2024	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	3.794.381	(3.229.352)	-	565.029
Programas de computador	20.421.939	(17.520.438)	(249.152)	2.652.349
Propriedade industrial	87.259	(87.259)	-	-
Ativos das concessões	100.160.862	(34.998.947)	-	65.161.915
Investimentos em curso	178.194	-	-	178.194
Quantia escriturada	124.642.635	(55.835.996)	(249.152)	68.557.487

2023	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	3.794.381	(2.981.579)	-	812.802
Programas de computador	18.068.250	(16.134.541)	(713.670)	1.220.039
Propriedade industrial	87.259	(86.640)	-	619
Ativos das concessões	106.901.469	(35.576.025)	-	71.325.444
Investimentos em curso	1.238.852	-	-	1.238.852
Quantia escriturada	130.090.211	(54.778.785)	(713.670)	74.597.756

7.2. Movimentos no exercício

2024	Saldo inicial	Adições (ver 7.2.1)	Abates	Transfe-rências	Amorti-zações	Impari-dades (i)	Total
Proj. de desenvolvim.	812.802	-	-	-	(247.773)	-	565.029
Prog. de computador	1.220.039	1.133.167	-	1.220.522	(1.385.897)	464.518	2.652.349
Propriedade industrial	619	-	-	-	(619)	-	-
Ativos concessões	71.325.444	-	(2.399.874)	-	(3.763.655)	-	65.161.915
Intangíveis em curso	1.238.852	163.610	(3.746)	(1.220.522)	-	-	178.194
Total	74.597.756	1.296.777	(2.403.620)	-	(5.397.944)	464.518	68.557.487

2023	Saldo inicial	Adições	Transfe-rências	Amorti-zações	Impari-dades (i)	Total
Projetos de desenvolvimento	292.485	-	847.544	(379.172)	51.945	812.802
Programas de computador	1.308.852	737.796	131.384	(1.327.753)	369.760	1.220.039
Propriedade industrial	3.094	-	-	(2.475)	-	619
Ativos das concessões	67.322.768	7.701.273	-	(3.698.597)	-	71.325.444
Intangíveis em curso	1.125.175	203.560	(89.883)	-	-	1.238.852
Total	70.052.374	8.642.629	889.045	(5.407.997)	421.705	74.597.756

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

7.2.1. Adições

As adições na rubrica Programas de computador referem-se a licenciamentos e a desenvolvimentos das aplicações informáticas da APDL.

As adições incluem o montante de 251.164 euros relativos a trabalhos para a própria entidade (ver Nota 28.2).

7.3. Compromissos contratuais assumidos

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2024 assumido compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis no montante de 318.637 euros.

8. Imparidades dos investimentos

Políticas contabilísticas

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que a quantia pela qual o ativo ou a unidade geradora de caixa se encontra reconhecido no balanço não seja recuperável, é estimada a quantia recuperável do ativo.

Caso a quantia pela qual o ativo se encontra escriturado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração dos resultados numa das seguintes rubricas:

- Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).
- Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

Os investimentos não depreciáveis são os terrenos e os investimentos em curso.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo na condição corrente pelo que não consideram quaisquer entradas ou saídas de caixa resultantes de:

- i. Reestruturação futuras com a qual a Empresa ainda não se comprometeu;
- ii. Aumentos ou melhorias no desempenho do ativo.

As estimativas dos fluxos de caixa futuro não incluem quaisquer fluxos provenientes das atividades de funcionamento e de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento.

As reversões das perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são registadas quando:

- i. se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram;
- ii. de acordo com as depreciações ou amortizações praticadas sobre os itens do ativo em imparidade;

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas acima referidas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida das amortizações ou depreciações acumuladas) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Relativamente à estimativa da quantia recuperável dos ativos de investimento, deve ter-se em consideração as seguintes condições:

- i. as atividades desenvolvidas nas unidades geradoras de caixa (UGC), Porto de Viana do Castelo (PVC) e Via Navegável do Douro (VND) tem natureza de serviço público; e,

- ii. a maioria dos edifícios, infraestruturas, equipamentos e instalações foram construídos ou estão implantados em terrenos do domínio público e como tal não podem ser transacionados;

O valor recuperável dos itens de investimento com as qualidades acima descritas corresponde ao seu valor de uso. O valor de uso é a quantia descontada dos fluxos de caixa futuros que serão gerados pelo ativo durante a sua vida útil residual esperada.

A UGC PVC é constituída por todos os ativos afetos ao porto de Viana do Castelo, exceto aqueles afetos à concessão West-Sea. A UGC VND é constituída pelos ativos afetos à gestão e operação da Via Navegável do Douro, construídos ou instalados em propriedades da Empresa ou na área de jurisdição referida na Nota 1.1.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, consequentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso por estas UGC ter levado em consideração:

- i. os investimentos em curso e a realizar a médio prazo, e;
- ii. que a realização de tais investimentos apenas será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis;
- iii. os investimentos realizados nestas duas unidades de negócio revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a Empresa cumprimento às orientações da tutela setorial.

a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis e intangíveis que na data de relato financeiro se encontram em curso.

8.1. Pressupostos das estimativas

Em 31.12.2019, a APDL estimou a quantia recuperável dos ativos de investimento afetos às UGC, PVC e VND, com recurso a peritos externos independentes. As estimativas das quantias recuperáveis com referência a 31 de dezembro de 2024 foram realizadas internamente sendo que os resultados obtidos apresentam fluxos de caixa futuros negativos e a gestão da Empresa entendeu que não ocorreram factos que provocassem qualquer melhoria na atividade das UGC;

As estimativas realizadas com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, assentaram nos seguintes pressupostos:

	2024	2023
Taxas de crescimento:		
PVC	0,01%	9,60%
VND	2,89%	5,00%
Taxa de inflação	2,10%	2,90%
Fator de crescimento para a perpetuidade	1,20%	1,20%
Custo médio ponderado do capital (WACC)	3,89%	4,20%

A quantia escriturada dos ativos afetos às UGC corresponde ao justo valor deduzido dos custos de venda, baseados em transações recentes, pelo facto do resultado de avaliação dos fluxos de caixa futuros ser inferior. Assim, a imparidade não é imputada aos ativos cuja quantia recuperável é assente no seu justo valor. Estes ativos são terrenos e edifícios implantados em terrenos de domínio privado, viaturas automóveis e embarcações.

8.2. Movimentos no exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os movimentos relativos às perdas por imparidade dos ativos de investimento do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro, apresentados na demonstração de resultados por naturezas, foram os seguintes:

2024	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciables:			
Reforço	1.631.864	-	1.631.864
Reversão	-	-	-
Soma (A)	1.631.864	-	1.631.864
Investimentos depreciables:			
Reforço	1.529.277	46.683	1.575.960
Reversão	(4.374.973)	(511.201)	(4.886.174)
Soma (B)	(2.845.696)	(464.518)	(3.310.214)
Total (A+B)	(1.213.832)	(464.518)	(1.678.350)

2023	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciables:			
Reforço	1.246.158	-	1.246.158
Reversão	(43.742)	-	(43.742)
Soma (A)	1.202.416	-	1.202.416
Investimentos depreciables:			
Reforço	797.625	133.038	930.663
Reversão	(4.512.253)	(554.743)	(5.066.996)
Soma (B)	(3.714.628)	(421.705)	(4.136.333)
Total (A+B)	(2.512.212)	(421.705)	(2.933.917)

As perdas por imparidade por unidade geradora de caixa são as seguintes:

	PVC	VND	Total
Em 1 de janeiro de 2023	39.985.722	47.227.439	87.213.161
Movimentos:			
Reforço	1.038.438	1.138.384	2.176.822
Reversão	(2.123.075)	(2.987.664)	(5.110.739)
	(1.084.637)	(1.849.280)	(2.933.917)
Em 31 de dezembro de 2023	38.901.085	45.378.159	84.279.244
Movimentos:			
Reforço	1.095.303	2.112.521	3.207.824
Reversão	(2.353.898)	(2.532.276)	(4.886.174)
	(1.258.595)	(419.755)	(1.678.350)
Em 31 de dezembro de 2024	37.642.490	44.958.404	82.600.894

Ativos e passivos financeiros

9. Outros investimentos financeiros

Políticas contabilísticas

A rubrica é constituída por ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados (ver Nota 4.2.3).

9.1. Quantias escrituradas e movimentos no período

O detalhe das quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e dos movimentos ocorridos nos períodos é o seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	43.987	37.481
Reforços	-	4.696
Diminuições	-	-
Gastos e rendimentos:		
Rendimentos / (gastos)	-	-
Aumentos/ (reduções) de justo valor	(1.007)	1.810
Saldo final	42.980	43.987

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respeitam na globalidade à participação no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. As entregas obrigatórias para o fundo terminaram em abril de 2023. O DL 115/2023, de 15 de dezembro, alterou profundamente o regime jurídico, a sua natureza e finalidades.

Mantém-se a finalidade do Fundo em assegurar o reembolso de compensações até 50% da compensação devida por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores incluídos no FCT, mas a esta finalidade juntam-se o financiamento da qualificação e formação certificada dos trabalhadores, o apoio aos custos e investimentos com habitação dos trabalhadores e ainda o apoio a outros investimentos de interesse mútuo para empregador e trabalhadores, designadamente refeitórios e creches.

A quantia escriturada é estimada de acordo com o valor unitário das unidades de participação em 31 de dezembro de cada exercício.

10. Caixa e equivalentes de caixa

Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os títulos negociáveis com elevada liquidez. São considerados de elevada liquidez os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses. Os descobertos bancários são reconhecidos na rubrica do passivo Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

- **Caixa**

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do período.

- **Depósitos a prazo**

Os depósitos a prazo nesta rubrica são mobilizáveis num prazo inferior a três meses. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere independentemente do seu recebimento posterior.

10.1. Quantias reconhecidas em caixa e depósitos bancários

O Caixa e equivalentes de caixa apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Descrição	2024	2023
Caixa:		
Numerário	7.086	8.212
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	4.423.080	8.120.406
Depósitos a prazo	24.350.796	10.250.000
Total	28.780.962	18.378.618

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidades até 12 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados num período inferior a três meses.

10.2. Juros obtidos dos excedentes de tesouraria

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	2024	2023
Juros de depósitos a prazo	406.461	1.000

11. Clientes e outros créditos a receber

Políticas contabilísticas

As rubricas do balanço, *Clientes* e *Outros créditos a receber* são constituídas por ativos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado deduzido de quaisquer perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

11.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica *Clientes* tem a seguinte composição:

	2024	2023
Clientes conta corrente	5.079.683	6.895.587
Clientes de cobrança duvidosa	6.382.294	6.629.219
Perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 12)	(6.441.783)	(6.632.899)
Quantia escriturada	5.020.194	6.891.907

As dívidas de clientes são constituídas pelo valor das vendas e serviços prestados, impostos (IVA) e quantias devidas a outras entidades portuárias (Entidades FUP, ver Nota 16.2). São mensuradas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade. As perdas por imparidade (ver Nota 12) são reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

11.2. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição da rubrica *Outros créditos a receber*, é como segue:

	Notas	2024	2023
Pessoal:			
Adiantamentos ao pessoal	(1)	41.805	25.874
Beneficiários das Obras Sociais	(2)	220.453	259.148
1		262.258	285.022
Devedores diversos:			
Adiantamento a fornecedores de investimentos		-	-
Subsídios a receber (ver Nota 27.3)		932.963	11.644.188
Cauções a terceiros		28.442	28.442
Outros devedores diversos	(3)	581.973	481.830
2		1.543.378	12.154.460
Devedores por acréscimos de rendimentos:			
Prestações de serviços	(4)	2.174.043	1.557.612
Juros de depósitos a prazo		-	-
Outros acréscimos		20.073	29.768
3		2.194.116	1.587.380
Perdas por imparidade (ver Nota 12)	4	(339.177)	(332.312)
Total = 1+2+3+4		3.660.575	13.694.550

(1) Adiantamentos ao pessoal

As dívidas do pessoal referem-se à venda de refeições da cantina aos colaboradores e a adiantamentos para despesas em deslocações.

(2) Beneficiários das Obras Sociais

As dívidas dos beneficiários das Obras Sociais são relativas à parte das despesas não comparticipadas pelas prestações de serviços médicos e pela aquisição de medicamentos cujo custo é suportado pela APDL e posteriormente debitado aos beneficiários.

(3) Outros devedores diversos

Inclui a quantia de 285.943 euros relativa a despesas debitadas à Alfândega do Porto, relacionadas com a Cimeira Ibero – Americana realizada em 2004. Pelo facto de se considerar improvável a recuperação deste montante, encontra-se reconhecida uma perda por imparidade de igual montante.

(4) Prestações de serviços

Serviços prestados no exercício cuja faturação foi emitida no exercício posterior.

12. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Os movimentos das perdas por imparidade em ativos financeiros ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

2024	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2024	6.632.899	332.312	6.965.211
Utilizações	-	-	-
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	69.145	6.865	76.010
Desreconhecimento	(260.261)	-	(260.261)
Em 31 de dezembro de 2024	6.441.783	339.177	6.780.960

2023	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2023	6.875.829	319.404	7.195.233
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	2.671	12.908	15.579
Reversões	(220.776)	-	(220.776)
Em 31 de dezembro de 2023	6.632.899	332.312	6.965.211

12.1. Perdas por imparidade de clientes

As perdas por imparidade acumuladas incluem 5,9 milhões de euros relativo às rendas debitadas à entidade que foi concessionária do Cais de Gaia.

12.2. Perdas por imparidade de outros devedores

As perdas por imparidade relativas a outros créditos a receber referem-se a:

- Dívidas dos beneficiários das Obras Sociais, e;
- Despesas debitadas à Alfândega do Porto relacionadas com a Cimeira Ibero Americana realizada em 2004.

13. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Políticas contabilísticas

As rubricas do balanço *Fornecedores* e *Outras dívidas a pagar* são constituídas por passivos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado.

13.1. Fornecedores

O detalhe da rubrica *Fornecedores*, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, era o seguinte:

	2024	2023
Fornecedores – conta corrente	3.355.974	1.902.818
Faturas em receção e conferência	-	765.921
Total	3.355.974	2.668.739

13.2. Outras dívidas a pagar

As *Outras dívidas a pagar*, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentam o seguinte detalhe:

	No- tas	2024		2023	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos		3.422.924	-	6.439.444	-
Acionista	(1)	2.451.835	190.000	2.451.835	380.000
Outras dívidas a pagar		84.385	-	72.987	-
Acréscimos de gastos	(2)	10.891.392	-	9.822.545	-
Subsídios ao investimento (ver Nota 26.4)		1.670.503	21.892.453	6.084.705	22.598.574
Cauções e retenções de garantias		1.399.442	-	1.329.847	-
Total		19.920.481	22.082.453	26.201.363	22.978.574

(1) Acionista

Dívida ao acionista relativa aos seguintes dividendos a pagar:

- 380.000 euros relativos ao dividendo do exercício de 2020 com pagamento faseado até julho de 2026;
- Dividendo relativo ao exercício de 2022 no montante de 2.261.835 euros.

(2) Acréscimos de gastos

		2024	2023
Remunerações e encargos sociais	(i)	2.182.475	2.107.514
Comparticipação p/ entidade reguladora	(ii)	7.402.843	6.339.465
Gastos de financiamento		212.166	172.811
Manutenção das eclusas		426.863	397.066
Água, eletricidade, gás		272.841	400.935
Impostos		90.500	101.620
Outros acréscimos de gastos		303.704	303.134
Total		10.891.392	9.822.545

(i) Remunerações e encargos sociais

Estimativa dos gastos relativos ao direito ao subsídio de férias, aos dias de férias e aos respetivos encargos sociais obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2024 e 2023, cujo pagamento ocorrerá em 2025.

(ii) Participação para a entidade reguladora

Refere-se à participação estimada de 2% das receitas de exploração portuárias, excluindo a receita do serviço de pilotagem. Trata-se da estimativa da quantia devida à AMT, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio. A APDL não efetuou o pagamento pelo facto de não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem a taxa de participação para os exercícios de 2017 a 2024.

14. Financiamentos obtidos

Políticas contabilísticas

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os custos com juros e outros encargos com financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, são considerados como parte do custo desse ativo. Outros custos de financiamento são reconhecidos na rubrica *Juros e gastos similares suportados* da demonstração dos resultados por naturezas.

14.1. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentam o seguinte detalhe:

		2024		2023	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Europeu de Investimento 1	(1)	1.320.000	8.680.000	1.240.000	10.000.000
Banco Europeu de Investimento 2	(2)	-	12.500.000	-	12.500.000
Empréstimo BPI 1	(3)	2.187.500	10.937.500	2.187.500	13.125.000
Empréstimo BPI 2	(3)	2.083.333	34.375.000	1.041.667	36.458.333
Total		5.590.833	66.492.500	4.469.167	72.083.333

(1) Financiamento BEI 1

Financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 20 milhões de euros que se encontra a ser amortizado semestralmente até maio de 2031. O financiamento está coberto por aval do Estado.

(2) Financiamento BEI 2

Financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 12,5 milhões de euros para financiamento do investimento Prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões. O empréstimo iniciará a sua amortização em 2028 e terminará em 2043. A taxa de juro é fixa até 2028, ano em que será revista. O financiamento está coberto por aval do Estado.

(3) Financiamentos BPI

Em 2022 APDL obteve dois empréstimos do BPI no montante global de 55 milhões de euros que serão amortizados semestralmente até 2030 e 2042, respetivamente. Os empréstimos pagam taxas variáveis indexadas às taxas Euribor 6 meses e 12 meses, respetivamente.

Os empréstimos obtidos destinam-se ao financiamento do investimento da ação Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões, no âmbito da candidatura comunitária “Action Number 2017-PT_TM-0134-W Improvement of the Maritime Accessibilities to the Port of Leixões”.

14.2. Movimentos no período

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	76.552.500	67.420.000
Recebimentos	-	12.500.000
Amortizações de capital	(4.469.167)	(3.367.500)
Saldo final	72.083.333	76.552.500

14.3. Plano de amortização dos financiamentos

O plano de amortização dos financiamentos em 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

	2024
2025	5.590.833
2026	5.670.833
2027	5.750.833
2028	6.612.083
2029	6.692.083
2030 e seguintes	41.766.668
	72.083.333

14.4. Custos de financiamento

Os custos de financiamento incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram os seguintes

	Notas	2024	2023
Juros de financiamentos obtidos		2.983.417	2.151.312
Comissões bancárias		7.500	7.500
Comissão sobre o aval do Estado	(i)	46.673	24.063
Outros custos de financiamento		-	-
Total dos custos de financiamento		3.037.590	2.182.875
Custos capitalizados	(ii)	(593.889)	(285.685)
Gastos de financiamento	(iii)	2.443.701	1.897.190

(i) Comissão sobre o aval do Estado

Custos com o aval do Estado Português aos financiamentos do BEI (0,2% sobre o montante do capital em dívida).

(ii) Custos capitalizados

Os custos de financiamento são capitalizados no investimento em curso Prolongamento do quebra-mar (ver Nota 5.2.1).

(iii) Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento reconhecidos no exercício referem-se aos juros suportados relativos aos montantes de financiamento utilizados no investimento Acessibilidades ao Porto de Leixões com início de utilização em janeiro de 2023.

14.5. Taxa de capitalização dos custos de financiamento

O custo médio do financiamento capitalizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi o seguinte:

	2024	2023
Custo médio do financiamento capitalizado	3,64%	3,12%

Outros ativos e passivos

15. Inventários

Políticas contabilísticas

Os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas atividades internas de manutenção e conservação. São reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, transportes e impostos não dedutíveis.

O valor escriturado é o mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado então o valor dos materiais será ajustado pelo reconhecimento de gastos na rubrica *Imparidade de inventários (perdas/reversões)* da demonstração dos resultados. O ajustamento será revertido se se deixar de verificar as circunstâncias que determinaram esse ajustamento. Os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado.

15.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 eram as seguintes:

	2024	2023
Mercadorias	59.344	115.396
Matérias subsidiárias e de consumo	808.611	816.820
	867.955	932.216

15.2. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos com inventários reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

2024	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2024	115.396	816.820	932.216
Compras	1.193.540	594.035	1.787.575
Em 31 de dezembro de 2024	(59.344)	(808.611)	(867.955)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.249.592	602.244	1.851.836

2023	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2023	60.564	779.614	840.178
Compras	1.254.113	766.611	2.020.724
Perdas	-	(3.081)	(3.081)
Em 31 de dezembro de 2023	(115.396)	(816.820)	(932.216)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.199.281	726.324	1.925.605

16. Estado e outros entes públicos

16.1. Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os créditos a receber do *Estado e outros entes públicos* eram os seguintes:

	2024	2023
Imposto sobre o rendimento (ver Nota 20.6)	1.555.992	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16.509	30.516
Total	1.572.501	30.516

16.2. Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as dívidas a pagar ao *Estado e outros entes públicos* eram as seguintes:

	Notas	2024	2023
Impostos sobre o rendimento (ver Nota 20.6)		-	553.431
Retenção de impostos sobre o rendimento	(i)	326.858	320.019
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(ii)	752.117	322.648
Contribuições sociais (CGA, ADSE, Segurança Social)	(iii)	426.304	381.137
Comparticipação financeira para a DGRM	(iv)	130.501	148.962
Entidades FUP	(v)	264.671	330.335
Total		1.900.451	2.056.532

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a APDL não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

(i) Retenção de impostos sobre o rendimento

Montantes das retenções na fonte feitas sobre os pagamentos de rendimentos efetuados no mês de dezembro de 2024 e 2023.

(ii) Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A APDL é um sujeito passivo de IVA no regime da afetação real e regime de tributação normal mensal. A Empresa liquida imposto sobre a generalidade das suas transmissões de bens e prestações de serviços, exceto sobre as operações isentas de acordo com o artigo 14.º do CIVA (isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais).

(iii) Contribuições sociais

Encargos sociais suportados pela Empresa e encargos retidos aos trabalhadores relativos ao último mês do exercício a entregar às seguintes entidades: CGA, ADSE e Segurança Social.

(iv) Participação financeira para a DGRM

Refere-se à taxa de 5% sobre as receitas de exploração portuária reconhecidas na conta 72 Prestações de Serviços (excluindo a receita do serviço de pilotagem). As quantias apuradas são devidas às seguintes entidades:

- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT): taxa máxima de 2%. A taxa é fixada anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis;
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na percentagem de 3%, de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro.

As quantias em dívida em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respeitam apenas à DGRM atendendo ao facto de ainda não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem as taxas de participação a favor da AMT para os exercícios de 2017 a 2024.

(v) Entidades FUP

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016, de 16 de março, determinou a criação da Fatura Única Portuária (FUP) como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Marítima, a Autoridade Aduaneira, a Autoridade Sanitária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, prestadoras de serviços aos navios no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.

A FUP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017 sendo emitida pela Autoridade Portuária e integra as quantias cobradas pelas referidas entidades. Os montantes faturados em nome e por conta das outras entidades são registados na rubrica do balanço *Estado e outros entes públicos*, sendo entregues após a cobrança da fatura ao cliente.

17. Diferimentos

17.1. Ativos

Os diferimentos no ativo referem-se aos gastos a reconhecer no exercício posterior relativos a contratos de manutenção de equipamentos ou sistemas informáticos e a prémios de seguros, cujos períodos de prestação dos serviços ou período coberto ainda não ocorreram.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Diferimentos do ativo apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2024	2023
Acessos rodoviários ao PVC	(i)	1.762.171	1.844.953
Scanner (AT)	(ii)	319.392	372.624
JUL – Apoio e manutenção	(iii)	393.995	-
Comissão BEI		50.625	58.125
Outros gastos diferidos		148.448	848.618
Total		2.674.631	3.124.320

(i) Acessos rodoviários ao PVC

Quantia relativa à comparticipação da APDL para a construção dos acessos rodoviários ao Porto de Viana do Castelo a reconhecer nos gastos pelo período residual de 17 anos.

(ii) Scanner (AT)

Comparticipação da APDL na aquisição de um scanner para a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a funcionar no Porto de Leixões (425.856 euros em 31 de dezembro de 2024). Este custo será reconhecido nos gastos durante o seu período de utilização esperado (10 anos). A aquisição de um scanner para o Porto de Leixões resulta de um protocolo celebrado entre a APDL e a AT. De acordo com este protocolo, a APDL comparticipa a aquisição deste equipamento que funcionará exclusivamente no Porto de Leixões e é imprescindível para a realização da atividade portuária.

(iii) JUL – Apoio e manutenção

Contrato de apoio e manutenção da aplicação de negócio JUL que entrou em produção em setembro de 2024.

17.2. Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe dos *Diferimentos* do passivo era o seguinte:

	Notas	2024		2023	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas antecipadas		588.889	-	667.049	-
Ativos das concessões:	17.2.1	7.984.723	34.298.733	8.275.435	43.525.570
		8.573.612	34.298.733	8.942.484	43.525.570

17.2.1. Rendimentos dos ativos das concessões

Os rendimentos dos ativos das concessões (vide Nota 7) são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais próxima em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	51.801.005	51.363.120
Adições	-	7.701.273
Desreconhecimento	(1.490.371)	-
Imputação a rendimentos (ver Nota 27.2)	(8.027.178)	(7.263.388)
Saldo final	42.283.456	51.801.005

O desreconhecimento é relativo ao desmantelamento e abate de guindastes que foi devidamente autorizado pela APDL.

18. Provisões e passivos contingentes

Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (compromisso legal, contratual ou decorrente de uma decisão formal da gestão) resultante de eventos passados e que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e a quantia da obrigação possa ser estimada com razoável fiabilidade.

A provisão é mensurada pelo valor presente e é atualizada de acordo com a taxa de desconto aplicável. O aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se o motivo da constituição da provisão diminuir ou for extinto, então a provisão será revertida na mesma proporção. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados do período.

Caso a obrigação presente não satisfaça o critério de reconhecimento da provisão, a Empresa divulga essa obrigação como um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certa a ocorrência futura de um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

18.1. Provisões para processos judiciais em curso

As quantias escrituradas e os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

2024	2024	2023
Saldo inicial	4.166.765	4.137.171
Utilização	(22.318)	-
Alterações por resultados:		
Constituições e reforços	738.544	-
Reforço pelo efeito temporal	191.930	199.941
Reversões	(8.006)	(170.347)
	(922.468)	(29.594)
Saldo final	5.066.915	4.166.765

Das provisões para processos judiciais em curso, destacam-se os processos judiciais:

1. Guindaste Titan

Sinistro ocorrido no Molhe Sul do Porto de Leixões, durante a desmontagem do guindaste Titan no dia 12 de abril de 2012. O acidente originou uma explosão, seguida de incêndio, causando danos humanos e materiais, tendo espoletado processos judiciais por entidades envolvidas ou afetadas pela ocorrência.

2. Contratos de concessões de domínio público

Provisões constituídas para fazer face a reclamações relativas a obras realizadas e a processos concursais de adjudicação de utilização privativa do domínio público.

3. Provisões constituídas em 2024

Foram constituídas provisões para novos processos judiciais relativos a reclamações por trabalhos a mais em empreitadas de construção e reclamações por contratos de concessões do domínio público.

18.2. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa tinha responsabilidades contingentes relativas a processos judiciais em curso no montante de 1.147.729 euros. Os processos judiciais respeitam a reclamações de taxas municipais e a indemnizações por obras realizadas em imóveis.

19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Políticas contabilísticas

A APDL assume responsabilidades por benefícios pós-emprego relativas a:

- Pensões de reforma;
- Assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar;
- Prémios escolares e subsídios para creches.

As responsabilidades assumidas são de benefício definido pelo que a obrigação de financiamento e os riscos atuariais recaem na Empresa.

As responsabilidades com o pagamento dos benefícios são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

Os gastos com juros e os gastos com os serviços correntes são reconhecidos no resultado do período, na rubrica *Gastos com o pessoal*.

Os desvios atuariais são registados na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

19.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica *Responsabilidades por benefícios pós-emprego* tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Plano médico	3.058.500	3.306.059
Subsídios de creche, de estudo	2.473	2.615
Fundo de Pensões ex-INPP	1.046.603	1.028.618
Total	4.107.576	4.337.292

19.2. Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2024	3.306.059	2.615	1.028.618	4.337.292
Gastos do período:				
Juros	109.919	77	31.501	141.497
Serviços correntes	8.034	-	-	8.034
	117.953	77	31.501	149.531
Benefícios pagos	(307.194)	(230)	(210.617)	(518.041)
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(58.318)	11	197.101	138.794
Em 31 de dezembro de 2024	3.058.500	2.473	1.046.603	4.107.576

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2023	3.560.937	4.192	985.224	4.550.353
Gastos do período:				
Juros	141.804	148	35.988	177.940
Serviços correntes	7.766	-	-	7.766
	149.570	148	35.988	185.706
Benefícios pagos	(212.094)	(750)	(197.159)	(410.003)
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(192.354)	(975)	204.565	11.236
Em 31 de dezembro de 2023	3.306.059	2.615	1.028.618	4.337.292

19.3. Ganhos e perdas atuariais acumulados

Os ganhos e perdas atuariais acumulados são reconhecidos na rubrica do capital próprio *Ajustamentos e outras variações no capital próprio*.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as quantias escrituradas eram as seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2023	(13.813.704)	(19.960)	(110.133)	(13.943.797)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(192.354)	(975)	204.565	11.236
Em 31 de dezembro de 2023	(14.006.058)	(20.935)	94.432	(13.932.561)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(58.318)	11	197.101	138.794
Em 31 de dezembro de 2024	(14.064.376)	(20.924)	291.533	(13.793.767)

19.4. Pressupostos atuariais

Os estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, para efeitos de apuramento, nessas datas, das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos e beneficiários dos planos de benefícios:

Beneficiários por plano de benefícios:

	2024	2023
Plano médico	1.452	1.507
Subsídios de creche e estudo	1	3
Fundo de Pensões ex-INPP	8	8

Pressupostos atuariais:

	2024	2023
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Tábua de invalidez	EVK 80	
Idade normal de reforma	67	
Percentagem de casados:		
População ativa	75%	
População inativa	Real	
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos (homem mais velho)	
Taxas de desconto:		
Plano médico	3,37%	3,47%
Fundo de Pensões e Subsídio de creche e estudos	3,08%	3,37%
Pensões:		
Crescimento	1,00%	1,00%
Inflação	2,00%	2,00%
Crescimento dos custos médicos:		
Inflação médica	3,00%	3,00%
Crescimento por idade	2,00%	2,00%

19.5. Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro

O impacto da variação positiva ou negativa de 1 p.p. na taxa de juro assumida para a estimativa da responsabilidade do Plano Médico, é o seguinte:

Responsabilidade em 31.12.2024	Responsabilidade		Variação	
	+ 1 pp	-1 pp	+ 1 pp	-1 pp
3.058.500	3.353.596	2.800.987	295.096	(257.513)

19.6. Descrição dos planos de benefícios definidos

Plano Médico

Até ao exercício de 2009 a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado, atual Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I.P.), incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde para todos os beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Subsídios de creche, de estudo e prémios escolares

Verbas atribuídas pela Empresa aos filhos dos trabalhadores para subsidiar gastos com creches, escolas e para a atribuição de prémios escolares para incentivar o melhor aproveitamento escolar.

As responsabilidades assumidas referentes aos subsídios de creche, de estudo e prémios escolares constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Fundo de Pensões ex-INPP

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), criado pelo Decreto-Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem.

As responsabilidades assumidas referentes ao fundo de pensões constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

20. Imposto corrente

Políticas contabilísticas

O imposto corrente é apurado pela aplicação das taxas de imposto sobre a matéria coletável. A matéria coletável corresponde ao resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras. Os ajustamentos fiscais referem-se a gastos não deduzidos no exercício ou rendimentos não tributados no exercício e ainda a outros movimentos não refletidos no resultado do exercício.

Na eventualidade destes ajustamentos serem passíveis de dedução ou tenham de ser liquidados em exercícios posteriores, denominam-se diferenças temporárias e são reconhecidos no balanço, respetivamente, nas rubricas Ativos por imposto diferido ou Passivo por imposto diferido.

O imposto corrente pode ainda ser corrigido pela dedução de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e pela dedução de créditos de imposto do exercício corrente ou anteriores. O imposto corrente apurado no exercício a pagar ou a recuperar no exercício posterior será reconhecido no ativo ou passivo corrente do balanço, na rubrica Estado e outros entes públicos.

Revisão fiscal das estimativas de imposto

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas demonstrações financeiras.

20.1. Imposto apurado no exercício

O imposto sobre o rendimento apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi o seguinte:

2024	Nota	Base do imposto	Imposto corrente
Resultado antes de impostos		14.453.810	3.340.021
Diferenças permanentes	20.3	(1.284.786)	(296.892)
Diferenças temporárias	20.4	(11.203.945)	(2.589.034)
Matéria coletável		1.965.079	454.095
Recuperação de créditos de imposto			(103.201)
Tributações autónomas			26.527
Imposto sobre o rendimento		1.965.079	377.421
Pagamentos antecipados e retenções			(1.917.725)
Imposto a pagar/ (a receber)			(1.540.304)

2023	Nota	Base do imposto	Imposto corrente	Capital próprio	Total do imposto
Resultado antes de impostos		8.902.649	2.236.051		2.236.051
Variações patrimoniais	26.1	10.328.000	-	2.594.052	2.594.052
Diferenças permanentes	20.3	239.842	60.241		60.241
Diferenças temporárias	20.4	(11.204.677)	(2.814.244)		(2.814.244)
Matéria coletável		8.265.814	(517.952)	2.594.052	2.076.100
Recuperação do prejuízo fiscal de 2021		(153.969)	(32.334)		(32.334)
Recuperação de créditos de imposto			(1.518.516)		(1.518.516)
Tributações autónomas			30.000		30.000
Imposto sobre o rendimento		8.111.845	(2.038.802)	2.594.052	555.250
Pagamentos antecipados e retenções					(1.819)
Imposto a pagar/ (a receber)					553.431

20.2. Taxa de imposto corrente

A taxa de imposto corrente apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	2024	2023
Resultado antes de impostos	14.453.810	8.902.649
Ajustamentos à matéria coletável	(12.488.731)	(636.835)
Resultado fiscal (RF)	1.965.079	8.265.814
Impostos sobre o rendimento (IR) (exclui Tributação autónoma)	454.095	2.076.100
Taxa de imposto corrente (IR / RF)	23,11%	25,12%

O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição e taxas em vigor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
IRC	21,00%	21,00%
Derrama municipal (sobre o lucro tributável)	1,50%	1,50%
Derrama estadual (sobre o lucro tributável):		
até 1,5 m€	0,00%	0,00%
entre 1,5 m€ e 7,5 m€	3,00%	3,00%
entre 7,5 m€ e 35 m€	5,00%	5,00%
superior a 35 m€	9,00%	9,00%

20.3. Diferenças permanentes

As diferenças permanentes tributadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram as seguintes:

	2024		2023	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Mais-valias	(646.755)	(149.454)	-	-
Benefício fiscal ICE	(650.798)	(150.388)	-	-
Outros benefícios fiscais	(67.339)	(15.561)	(54.371)	(13.656)
Outros ajustamentos	80.106	18.511	294.213	73.897
Total	(1.284.786)	(296.892)	239.842	60.241

Mais-valias

As mais-valias obtidas devem-se à alienação de ativos de investimento e apura-se uma dedução de 50% à matéria coletável pelo reinvestimento dos valores de realização.

Benefício fiscal ICE – Incentivo à Capitalização das Empresas

Benefício fiscal previsto no artigo n.º 43-D do EBF que permite uma dedução à matéria coletável baseada no aumento do capital próprio distribuível.

20.4. Diferenças temporárias

As diferenças temporárias tributadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram as seguintes:

	2024		2023	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Reserva Fiscal DL 66/2016	(5.080.595)	(1.174.036)	(5.051.438)	(1.268.754)
Ativos das concessões	(3.354.020)	(775.055)	(3.564.791)	(895.358)
Imparidades dos investimentos	(2.442.558)	(564.432)	(2.428.885)	(610.055)
Benefícios pós-emprego	(368.510)	(85.156)	(224.303)	(56.337)
Outros ajustamentos	41.738	9.645	64.740	16.260
Total	(11.203.945)	(2.589.034)	(11.204.677)	(2.814.244)

20.5. Pagamentos e recebimentos do imposto

Os montantes de imposto pago ou recebido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	2024	2023
Pagamentos antecipados	1.799.061	-
Retenções na fonte	118.664	1.819
Pagamento de IRC de períodos anteriores	369.876	35.757
Reembolso de IRC de períodos anteriores	(1.648)	(29.837)
Pagamento/ (recebimento) de imposto	2.285.953	7.739

20.6. Quantias de imposto corrente escrituradas no balanço

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quantias reconhecidas no ativo corrente e passivo corrente eram as seguintes:

	2024		2023	
2024	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto s/ rendimento de 2023	15.688	-	-	-
Imposto s/ rendimento de 2024	1.540.304	-	-	553.431
Total	1.555.992	-	-	553.431

21. Impostos diferidos

Políticas contabilísticas

Ativos por imposto diferido

Os ativos por imposto diferido referem-se a diferenças temporárias resultantes de ajustamentos à matéria coletável, prejuízos fiscais e créditos de imposto.

Ajustamentos à matéria coletável

A Empresa reconhece estes ativos na condição de que existam expetativas razoáveis de dedução a lucros tributáveis futuros ou pela dedução a passivos por imposto diferido.

Prejuízos fiscais

Os prejuízos fiscais são reconhecidos nos ativos por impostos diferidos quando existem expetativas de que sejam recuperados pela dedução a lucros tributáveis futuros. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos até 65% do lucro tributável.

Créditos de imposto

Os créditos de imposto são reconhecidos nos ativos por impostos diferidos quando existem expetativas de que sejam recuperados pela dedução a coletas de imposto futuras.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

A Empresa efetua julgamentos e estimativas significativas para apuramento dos montantes dos passivos de imposto a liquidar e da recuperabilidade futura dos ativos por imposto diferido. As estimativas são realizadas anualmente na data de relato tendo em conta os seguintes fatores:

- as leis fiscais em vigor e as regras de apuramento do resultado fiscal na data de aprovação das contas;
- os planos de atividade e orçamento da Empresa e os períodos de recuperação dos ativos e de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Ajustamento à estimativa

As alterações dos montantes de ativos e passivos resultantes da revisão anual da estimativa são apresentadas nos mapas com a designação *Ajustamento à estimativa*.

21.1. Ativos por imposto diferido

O montante de ativos por imposto diferido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

	2024	2023
Ajustamentos à matéria coletável	17.123.870	19.479.632

21.1.1. Ajustamentos à matéria coletável

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos por imposto diferido relativos a diferenças temporárias resultantes de ajustamentos fiscais ao resultado, eram os seguintes:

2024	Imparidade em ativos fixos	Reavaliação fiscal DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	16.426.800	2.015.220	1.026.636	10.976	19.479.632
Recuperação	(695.975)	(1.174.036)	(119.710)	-	(1.989.721)
Constituição ou reforço	128.934	-	33.869	1.555	164.358
Alteração da taxa de imposto (ver 21.3)	(669.567)	(47.806)	(41.076)	(532)	(758.981)
Ajustamento da estimativa (ver 21.4)	(24.504)	222.380	(790)	59	197.145
Alteração por resultados	(1.261.112)	(999.462)	(127.707)	1.082	(2.387.199)
Alteração por capital próprio	-	-	31.437	-	31.437
Saldo final	15.165.688	1.015.758	930.366	12.058	17.123.870

2023	Imparidade em ativos fixos	Reavaliação fiscal DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	17.719.998	3.491.743	1.122.571	8.255	22.342.567
Recuperação	(809.003)	(1.232.453)	(103.034)	-	(2.144.490)
Constituição ou reforço	187.085	-	43.957	3.055	234.097
Ajustamento da estimativa (ver 21.4)	(671.280)	(244.070)	(39.518)	(334)	(955.202)
Alteração por resultados	(1.293.198)	(1.476.523)	(98.595)	2.721	(2.865.595)
Alteração por capital próprio	-	-	2.660	-	2.660
Saldo final	16.426.800	2.015.220	1.026.636	10.976	19.479.632

(i) Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis

O ativo por imposto diferido relativo às perdas por imparidade em ativos de investimento das unidades de negócio PVC e VND (ver Nota 8).

(ii) Reavaliação fiscal DL 66/2016

Ativo por imposto diferido relativo à reserva de reavaliação fiscal do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, cuja amortização fiscal se iniciou no exercício de 2018 e terminará em 2025 (ver Nota 23).

(iii) Benefícios pós-emprego

Os gastos com benefícios pós-empregos são reconhecidos nas contas com base nas estimativas efetuadas por atuários independentes e não são dedutíveis fiscalmente. A respetiva dedução fiscal ocorre no exercício do seu efetivo pagamento. Pela diferença temporária, a APDL reconhece o ativo por imposto diferido.

A redução ou aumento da responsabilidade pelo reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, reflete-se no ativo por imposto diferido por contrapartida da rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

(iv) Imparidade em contas a receber

De acordo com o disposto no CIRC, as imparidades em contas a receber não são totalmente dedutíveis no exercício em que são reconhecidas em gastos, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

21.1.2.Prejuízos fiscais

No exercício findo em 2023, a APDL concluiu a recuperação do prejuízo fiscal de 2021 e não tem quaisquer prejuízos a recuperar:

	2024	2023
Saldo inicial	-	31.071
Recuperação	-	(31.071)
Saldo final	-	-

21.1.3. Créditos de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento dos ativos por créditos fiscais foi o seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	-	1.003.278
Recuperação	(237.061)	(1.003.278)
Reconhecimento de exercício anterior	237.061	-
Saldo final	-	-

Os créditos de imposto são relativos ao SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial:

SIFIDE 2022

Em 2022, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo sido reconhecido o crédito fiscal no montante de 237.060,74 euros. O crédito fiscal foi recuperado em 2023 e em 2024.

SIFIDE 2023

Relativamente ao exercício de 2023, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE. O processo está em fase de apuramento.

SIFIDE 2024

Relativamente ao exercício de 2024, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE. O processo está em fase de apuramento.

21.2. Passivos por imposto diferido

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram os seguintes:

2024	Subsídios a terrenos (i)	Ativos das concessões (ii)	Total
Saldo inicial	73.479	5.160.309	5.233.788
Movimentos no período:			
Liquidação	(8.058)	-	(8.058)
Constituição e reforço	-	852.927	852.927
Alteração da taxa de imposto (ver 21.3)	(2.790)	(228.785)	(231.575)
Ajustamento da estimativa	942	33.541	34.483
Alteração por resultados	-	657.683	657.683
Alteração por capital próprio	(9.906)	-	(9.906)
Saldo final	63.573	5.817.992	5.881.565

2023	Subsídios a terrenos (i)	Ativos das concessões (ii)	Total
Saldo inicial	4.223	4.218.610	4.222.833
Reforço/ (Reversão) por resultados:			
Liquidação	(4.223)	-	(4.223)
Constituição e reforço	-	942.174	942.174
Ajustamento da estimativa	-	(475)	(475)
Soma	(4.223)	941.699	937.476
Alteração por capital próprio	73.479	-	73.479
Saldo final	73.479	5.160.309	5.233.788

(i) Subsídios ao investimento

Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento para a aquisição de terrenos cuja amortização fiscal decorre durante 10 anos.

(ii) Ativos das concessões

De acordo com a política contabilista aplicável aos ativos das concessões que reverterão para a APDL (ver Nota 7), são anualmente reconhecidos gastos e rendimentos. O apuramento anual do resultado decorre da aplicação do justo valor. A efetiva tributação ocorrerá no exercício de término do contrato de concessão.

De acordo com as condições em vigor dos contratos de concessão, o término dos contratos ocorrerá nos anos de 2030 a 2032.

21.3. Alteração da taxa de imposto

A taxa de IRC foi alterada para 20% (matéria coletável até 50 mil euros: 16%) pela Lei do Orçamento de Estado para 2025 (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro).

21.4. Ajustamento da estimativa

Das estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apurou as seguintes taxas de imposto diferido:

	2024	2023
Ativos por imposto diferido:		
Imparidade em investimentos	22,65%	23,67%
Reserva de reavaliação DL 66/2016	21,25%	21,00%
Benefícios pós-emprego	22,65%	23,67%
Imparidade em contas a receber	22,65%	23,67%
Passivos por imposto diferido:		
Subsídios a terrenos	22,79%	23,41%
Ativos das concessões	25,43%	26,43%

21.5. Sensibilidade à variação da taxa de imposto

A tabela seguinte apresenta o impacto nas contas pela alteração em $\pm 1\%$ na taxa de imposto dos ativos e passivos por imposto diferido:

Bases de imposto	Resultados	Capital próprio	Total
Ativos	75.898.047	-	75.898.047
Passivos	(22.878.459)	(278.980)	(23.157.439)
Total da base	53.019.588	(278.980)	52.740.608
Variação de +1% na taxa de imposto	530.196	(2.790)	527.406
Variação de -1% na taxa de imposto	(530.196)	2.790	(527.406)

Capital e reservas

22. Capital

Políticas contabilísticas

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, que transformou a APDL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado, por ajustamento, em 48.900.900 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim, o capital inicial de 4.181.900 contos fixado na data de constituição da Sociedade foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Acionista em 21 de março de 2001.

O capital social era então constituído por 9.690.900 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 28 de março de 2008, por Deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3 035 900 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo Acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português).

Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.900 euros e passou a ser constituído por 10.207.900 ações.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital é detido na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e está totalmente realizado.

23. Reservas legais

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa (artigo 20.º, n.º 1, a)), anualmente deverá ser transferido para a rubrica *Reserva legal*, pelo menos 10% do lucro apurado em cada período até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não pode ser distribuída ao Acionista a não ser em caso de liquidação da Empresa.

A reserva legal pode ser utilizada para incorporação no capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Reserva legal apresenta um saldo de 11.122.456 euros e não registou qualquer movimento nos exercícios.

24. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição da rubrica *Outras reservas* é a seguinte:

	Notas	2024	2023
Avaliação patrimonial do Porto de Leixões	(i)	123.821.252	123.821.252
Integração dos ativos:			
Porto de Viana do Castelo	(ii)	1.615.391	1.615.391
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	(iii)	3.195.668	3.195.668
Via Navegável do Douro	(iv)	8.237.842	8.237.842
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016	(v)	2.917.106	3.505.623
Ativos das concessões	(vi)	14.363.655	11.741.037
Reserva de Investimento	(vii)	49.637.925	46.156.511
Total		203.788.839	198.273.324

(i) Avaliação patrimonial do Porto de Leixões

Reserva constituída pela avaliação referida na Nota 5 (ativos dos portos do Douro e Leixões), aquando da constituição da Empresa em 1998 e dos ativos afetos à concessão Silos de Leixões integrados em 2007.

(ii) Integração do Porto de Viana do Castelo

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC) com a APDL, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A APVC era uma subsidiária cujo capital era detido na totalidade pela APDL. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial a referida fusão não teve impacto no capital próprio da APDL.

(i) Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, procedeu à afetação à APVC de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos neles implantados, tendo redefinido a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC) e autorizou a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão. Assim, em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado um contrato de subconcessão da utilização privativa do domínio público e das áreas afetadas à concessão dominial atribuída à sociedade ENVC com a West Sea – Estaleiros Navais, Lda. (West Sea). A subconcessão tem por objeto a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área da concessão dominial, concessionada aos ENVC. De acordo com o referido contrato, reverterá gratuitamente para a concedente, sem direito a indemnização, todos os bens que integram o estabelecimento da subconcessão.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, relativo à incorporação da Via Navegável do Douro na Empresa, incorporou, também, as alterações decorrentes do processo de fusão, por incorporação da APVC na APDL, ocorrido nos termos do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015. De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do referido decreto-lei, pertence à APDL a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica da APVC, afetados ou que dizem respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente os imóveis constantes da relação que constitui o Anexo I do supra decreto-lei, nomeadamente os bens afetados à concessão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA.

Em 1 de setembro de 2015, o contrato de subconcessão referido acima foi alterado, em consequência da dissolução dos ENVC, pelo que a relação concessionária no tocante a todos os direitos e obrigações de ambas as partes, passou a ser estabelecida entre a APDL e a West Sea.

Em função do referido acima, a APDL reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos fixos tangíveis dos ENVC, por contrapartida da rubrica do capital próprio. Esta avaliação foi efetuada por um perito independente e credenciado para o efeito.

(ii) Integração da Via Navegável do Douro

O Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. (IMT), transmitindo também para aquela sociedade a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetados a essa jurisdição.

Para o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis avaliados independentemente devidamente acreditado realizou as devidas avaliações de acordo com o método do custo de substituição depreciado. Atendendo aos indícios de imparidade, foi realizado um estudo

por perito externo independente para estimar as perdas por imparidade de acordo com o método dos fluxos de caixa futuros.

(i) Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016

Reserva constituída pela adesão ao regime de reavaliação fiscal consagrado no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 21).

(ii) Ativos das concessões

A quantia escriturada refere-se ao rendimento reconhecido deduzido das amortizações praticadas pela APDL até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do exercício em análise, na sequência da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária (ver Nota 7).

Esta reserva não se encontra disponível para distribuição e a quantia escriturada é o montante líquido do correspondente passivo por imposto diferido (ver Nota 21.2).

(iii) Reserva de Investimento

A necessidade de manter uma estrutura financeira sustentável na APDL, pela contenção do recurso a capital alheio no financiamento do plano de investimentos, conduz ao reforço da Reserva de Investimento. Esta reserva foi constituída em 2014 e tem sido reforçada anualmente pela aplicação de resultados do exercício. Esta reserva está disponível para distribuição.

25. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 analisam-se como segue:

	Notas	2024	2023
Saldo inicial		67.533.694	72.006.610
Transferência do resultado líquido do exercício anterior		6.104.032	9.047.339
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior:	(i)		
Distribuição de dividendos		-	(2.261.835)
Reforço da reserva de Investimento (ver Nota 23)		(3.481.415)	(4.827.003)
Reforço da reserva Ativos das concessões (ver Nota 23)		(2.622.617)	(1.958.501)
Realização de reservas	(ii)	588.517	588.540
Ajustamentos por impostos diferidos	(iii)	-	(4.223)
Reforço da reserva de Investimento		-	(5.266.898)
Realização de ativos de concessões revertidos (ver Nota 26.1)		295.582	209.665
Saldo final		68.417.793	67.533.694

(i) Aplicação do resultado de 2023

Na assembleia geral decorrida em quatro de setembro de 2024, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e deliberada a respetiva aplicação do resultado pelo reforço das reservas.

(ii) Realização de reserva

Montante da realização da reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016.

(iii) Outros movimentos

Quantias dos montantes de imposto diferido relativos a (i) subsídios ao investimento de ativos fixos tangíveis não depreciables e (ii) ganhos e perdas atuariais acumulados pelo ajustamento da estimativa de imposto diferido (104.990 euros). Inclui ainda 37.830 euros pela amortização dos ativos que reverteram de contratos de concessão (ver Nota 26).

25.1. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da APDL elaborou a seguinte proposta de aplicação do resultado apurado no exercício de 2024:

Resultado líquido do exercício	11.031.507,08
Aplicação do resultado:	
Reserva Ativos das Concessões	2.696.811,76
Reserva de Investimento	8.334.695,32

26. Ajustamentos e outras variações no capital próprio

As quantias registadas nesta rubrica em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

	Notas	2024	2023
Subsídios ao investimento	26	77.501.040	75.973.305
Ganhos atuariais	19.3	13.793.767	13.932.561
Ativos revertidos de contratos de concessão	26.1	7.917.546	8.213.128
Soma (A)		99.212.353	98.118.994
Ajustamento por impostos diferidos:			
Subsídios ao investimento	21.2	(63.573)	(73.479)
Ganhos atuariais		(3.405.838)	(3.437.275)
Soma (B)		(3.469.411)	(3.510.754)
Total (A+B)		95.742.942	94.608.240

26.1. Ativos revertidos de contratos de concessão

Os bens (edifícios, instalações e equipamentos) que revertem para a APDL pelo término de contratos de concessão são reconhecidos nesta rubrica do capital próprio pelo valor dos ativos deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento.

A variação patrimonial positiva é transferida anualmente para resultados transitados de acordo com a depreciação dos respetivos ativos de investimento.

	2024	2023
Saldo inicial	8.213.128	688.868
Reversão dos ativos da concessão Cais de Gaia		7.733.948
Realização (transferência p/ Resultados transitados)	(295.582)	(209.688)
Saldo final	7.917.546	8.213.128

27. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Políticas contabilísticas

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

A APDL entende que cumpriu as condições e que existe segurança para o reconhecimento do subsídio quando a entidade concedente aprova a lista de despesas e determina o montante de subsídio.

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica do capital próprio Outras variações no capital próprio sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica Outros rendimentos de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados.

Imparidade

Pelo facto de ter sido reconhecida uma perda por imparidade nos ativos fixos tangíveis e intangíveis das UGC (ver Nota 8), foi também reconhecido no exercício um rendimento proporcional à perda por imparidade. Pela reversão da perda por imparidade destes ativos é reconhecido um gasto proporcional aos subsídios alocados a esses ativos.

Ajustamentos em subsídios

O reconhecimento dos subsídios ao investimento é ajustado pelo reconhecimento de um passivo por imposto sobre o rendimento que lhe está associado. O imposto será liquidado de acordo com a imputação do subsídio a rendimentos do exercício. O efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciables ou amortizáveis é deduzido ao montante de subsídios evidenciado nos capitais próprios, por contrapartida de um passivo registado na rubrica Outras dívidas a pagar (ver Nota 13.2 e 27.4).

Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos e após a realização dos gastos associados.

27.1. Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica *Subsídios e outros apoios das entidades públicas* tem a seguinte composição:

	2024	2023
Subsídios reconhecidos	115.834.894	114.412.699
Imparidade	(15.644.214)	(14.880.006)
Ajustamentos em subsídios	(22.689.640)	(23.559.388)
Total	77.501.040	75.973.305

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial	75.973.305	70.528.485
Reconhecimento de subsídios	7.412.390	13.249.404
Imputação a rendimentos	(5.990.195)	(6.202.005)
Perdas por imparidade:		
Reversões	1.874.371	1.891.467
Reforço	(2.638.579)	(1.386.435)
Ajustamento por imposto diferido	869.748	(2.107.611)
Saldo final	77.501.040	75.973.305

O detalhe dos subsídios reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

	2024	2023
Quebramar Compete 2020	-	10.327.504
Doca 1 Norte CINEA	4.285.861	-
Outros subsídios comunitários	15.668	194.139
Orçamento do Estado - PIDDAC	3.110.861	2.727.761
Total	7.412.390	13.249.404

27.2. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	2024	2023
Orçamento de Estado – PIDDAC:		
Porto de Viana do Castelo	1.449.756	909.516
Via Navegável do Douro	430.535	852.123
Soma	1.880.291	1.761.639
União Europeia	-	127.602
Total	1.880.291	1.889.241

27.3. Ativos por subsídios a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa reconhece no ativo corrente, na rubrica *Outros créditos a receber* (ver Nota 11.2), as seguintes quantias relativas a subsídios reconhecidos mas ainda não recebidos:

	2024	2023
CEF Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões	-	9.277.805
Compete Quebra-mar	-	1.433.420
Orçamento do Estado - PIDDAC	917.371	917.371
Outros subsídios a receber	15.592	15.592
Total	932.963	11.644.188

27.4. Passivos por subsídios recebidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa reconhece no passivo, na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2), as seguintes quantias relativas a subsídios:

	2022		2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Subsídios sem despesa atribuída (i)	871.642	-	5.123.892	-
Ajustamento por imposto diferido	797.187	21.892.453	960.814	22.598.574
Total	1.668.829	21.892.453	6.084.706	22.598.574

(i) Subsídios sem despesa atribuída

O detalhe das quantias relativas a subsídios recebidos antecipadamente ou sem despesa reconhecida é como segue:

	2024	2023
D1N CINEA	-	4.285.861
H2 Driven	395.423	395.423
RENEW	207.696	183.261
SSDEV	106.594	122.262
Outros subsídios	161.929	137.085
Total	871.642	5.123.892

28. Rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os rendimentos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

	Nota	2024	2023
Vendas e serviços prestados	28.1.1	70.209.821	65.369.739
Subsídios à exploração	27.2	1.880.291	1.889.241
Trabalhos para a própria entidade		686.976	380.141
Juros e rendimentos similares obtidos		406.461	-
Outros rendimentos	28.3	19.091.097	15.776.819
Total		92.274.646	83.415.940

28.1. Rédito

Políticas contabilísticas

O rédito corresponde aos rendimentos obtidos pela venda de materiais, prestações de serviços, rendas ou juros obtidos. Os rendimentos correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber, líquido de quaisquer impostos e descontos concedidos.

O rédito é reconhecido na data de entrega dos materiais ou na data de conclusão dos serviços prestados:

- Os serviços portuários são faturados por escala e o rédito é reconhecido na data de saída do navio.
- O rédito dos contratos de concessão, licenças e direitos de ocupação e outros serviços prestados de forma continuada é reconhecido mensalmente.

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi o seguinte:

	Nota	2024	2023
Vendas e prestações de serviços	27.1.1	70.209.821	65.369.739
Rendimentos suplementares	27.1.2	1.188.370	753.758
Rendimentos das propriedades de investimento	28.2	11.612	11.273
Juros e rendimentos similares obtidos	10.2	406.461	1.000
Total		71.816.264	66.135.770

28.1.1.Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo (Nota 1).

	2024	2023
Serviços ao navio	21.103.646	19.936.813
Serviços à carga	3.448.786	3.021.093
Concessões	30.761.709	29.149.599
Fornecimentos e serviços diversos	6.186.127	6.388.427
Gestão dominial	3.566.434	2.185.557
Plataforma logística	3.063.678	3.205.133
Terminal ferroviário	2.079.441	1.483.117
Total	70.209.821	65.369.739

28.1.2.Rendimentos suplementares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os rendimentos suplementares apresentam a seguinte composição:

	2024	2023
Serviços sociais	19.420	87.812
Outros rendimentos suplementares	1.168.950	665.946
Total	1.188.370	753.758

(1) Serviços sociais

Rendimentos obtidos da Cantina e Obras Sociais.

(2) Outros rendimentos suplementares

Rendimentos obtidos pelo aluguer de equipamentos, cedência de espaços para ações de formação, consultórios médicos, eventos corporativos, comerciais e outros.

28.2. Trabalhos para a própria entidade

Custos com benefícios de empregados realizados no desenvolvimento de ativos de investimento:

	2024	2023
Ativos fixos tangíveis	435.812	316.187
Ativos intangíveis	251.164	58.109
Gastos diferidos	-	5.845
Total	686.976	380.141

28.3. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Rendimentos suplementares (ver Nota 28.1.2)	1.188.370	753.758
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Rendas das propriedades de investimento	11.612	11.273
Ganhos com a alienação de ativos fixos tangíveis	848.609	2.008
Subsídios ao investimento (ver Nota 27.1)	5.990.195	6.202.005
Subsídios ao investimento – Imparidade (ver Nota 27.1)	2.638.579	1.386.435
Ativos das concessões (ver Nota 17.2.1)	8.027.178	7.263.389
Outros rendimentos	386.554	157.951
Total	19.091.097	15.776.819

29. Gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os gastos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

GASTOS	Notas	2024	2023
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	15.2	1.851.836	1.925.605
Fornecimentos e serviços externos	29.1	19.915.042	19.561.882
Gastos com o pessoal	29.2	19.791.530	18.248.786
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	76.010	(205.197)
Provisões (aumentos/reduções)	18	922.468	29.594
Aumentos/reduções de justo valor	9	1.007	(1.810)
Outros gastos	29.3	7.026.033	5.209.994
Gastos de depreciação e de amortização	29.4	27.471.559	30.781.164
Imparidade de investimentos	8	(1.678.350)	(2.933.917)
Juros e gastos similares suportados	14.4	2.443.701	1.897.190
		77.820.836	74.513.291

29.1. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	2024	2023
Subcontratos	2.422.450	2.062.514
Serviços especializados	11.275.425	10.340.559
Materiais	117.206	105.219
Energia e fluidos	3.729.654	4.653.501
Deslocações e estadas	71.786	64.492
Serviços diversos	2.298.521	2.335.597
Total	19.915.042	19.561.882

O detalhe da rubrica Serviços especializados é o seguinte:

	2024	2023
Trabalhos especializados	299.577	291.658
Publicidade e propaganda	248.000	268.662
Vigilância e segurança	2.752.090	2.243.473
Honorários	256.666	582.825
Comissões	1.600	1.612
Conservação e reparação	4.006.414	3.553.345
Dragagens	2.331.334	2.107.976
Serviços bancários	16.714	16.345
Outros serviços especializados	1.363.030	1.274.663
Total	11.275.425	10.340.559

29.2. Gastos com o pessoal

O número médio de trabalhadores da APDL nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, era o seguinte:

	2024	2023
Número médio de trabalhadores	289	280

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	313.211	373.796
Remunerações do pessoal	14.785.051	13.536.601
Benefícios pós-emprego	149.531	185.706
Pensões	149.531	185.706
Indemnizações	-	38.852
Encargos sobre remunerações	3.435.486	3.160.819
Seguros	190.901	228.567
Gastos de ação social	684.188	502.478
Outros gastos	194.472	204.063
Total	19.791.530	18.248.786

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os gastos com o pessoal de gestão e fiscalização foram os seguintes:

	2024	2023
Conselho de Administração	302.795	323.604
Conselho Fiscal	51.257	48.872
Revisor Oficial de Contas	16.848	15.600
Mesa da Assembleia Geral	356	931
Total	371.256	389.007

29.3. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica *Outros gastos* apresenta a seguinte composição:

	Notas	2024	2023
Comparticipação AMT/DGRM	(i)	2.658.443	2.561.605
Impostos e taxas	(ii)	860.454	189.088
Perdas em investimentos	(iii)	1.248.987	-
Correções relativas a períodos anteriores		31.684	88.966
Donativos		74.520	132.520
Quotizações		106.261	132.452
Imparidade dos subsídios de investimento	(iii)	1.874.371	1.891.467
Outros gastos		171.313	213.896
Total		7.026.033	5.209.994

(i) Participação para a AMT e DGRM

Comparticipação de 5% das receitas de exploração portuária, exceto serviços de pilotagem, a favor das entidades referidas e na seguinte forma:

- 3% a favor da DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- taxa máxima de 2% a favor da AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

(ii) Impostos e taxas

Os *Impostos e taxas* são constituídos pelos seguintes itens:

- Imposto Único de Circulação (IUC);
- IVA não dedutível;
- Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI);
- Outras taxas aplicadas por entidades públicas.

(iii) Perdas em investimentos

A perda é relativa ao desreconhecimento do direito de reversão de ativos afetos a concessões cujos equipamentos foram abatidos pelos concessionários.

(iv) Imparidade dos subsídios de investimento

Quantia relativa à reversão da imparidade dos subsídios de acordo com a imputação do subsídio a resultados (ver Nota 27).

29.4. Gastos de depreciação e de amortização

A rubrica *Gastos/reversões de depreciação e de amortização* tem a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Notas	2024	2023
Ativos fixos tangíveis	5	22.069.563	25.139.602
Propriedades de investimento	6	4.052	233.565
Ativos intangíveis	7	5.397.944	5.407.997
Total		27.471.559	30.781.164

Outras notas

30. Encargos de caráter ambiental

Políticas contabilísticas

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de caráter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores

tecnologias disponíveis, desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período. Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

30.1. Dispêndios ambientais no exercício

Os dispêndios de carácter ambiental, capitalizados ou imputados a resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	2024		2023	
	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Gastos do período	Dispêndios capitalizados
Monitorização do ar, água e ruído	13.652	-	42.977	-
Redução das emissões de carbono	-	47.953	-	226.533
Outros materiais e serviços	20.640	-	23.362	-
Totais	34.292	47.953	66.339	226.533

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem nessa data obrigações ou contingências, legais ou construtivas, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

31. Locações

Políticas contabilísticas

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a APDL detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um

determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica *Financiamentos obtidos*. Os encargos financeiros incluídos na renda e o gasto de depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

31.1. Gastos reconhecidos no exercício

Os gastos com locações operacionais reconhecidos na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* da demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	2024	2023
Gastos do exercício	190.096	185.455

As locações operacionais respeitam a contratos de aluguer operacional de viaturas automóveis.

O montante dos futuros pagamentos mínimos nas locações operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 eram os seguintes:

	2024	2023
Até 1 ano	151.947	164.142
Entre 1 e 5 anos	158.481	187.842
Total	310.428	351.984

32. Responsabilidades por garantias prestadas

32.1. Garantias bancárias prestadas a terceiros

A APDL garante o cumprimento das suas obrigações perante as Instituições do Estado prestando as garantias bancárias que lhe são exigidas no âmbito de processos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a APDL tinha as seguintes garantias:

	2024	2023
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	64.355	64.355
Garantia bancária a favor da Caixa Geral de Aposentações para garantir o pagamento do valor remanescente da dívida	275.900	275.900
Garantia bancária a favor do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	-	9.129
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da Ligação Rodoviária da Plataforma Principal do Porto de Leixões à Plataforma Logística de Leixões – Pólo I/Gonçalves	265.983	265.983
Indemnizações por expropriações de terrenos para Acesso Rodoviário ao Porto de Viana do Castelo	1.645.523	1.645.523
Total	2.250.861	2.259.990

33. Garantias prestadas por terceiros

33.1. Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a APDL detinha as seguintes garantias:

	2024	2023
Garantias depósito	696 970	576.466
Apólices de seguro-caução	933 429	706.926
Garantias bancárias	17 766 689	25.603.988
Total	19 397 088	26.887.380

33.2. Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para

exercício da sua atividade nos portos do Douro e Leixões. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas eram como segue:

	2024	2023
Garantias bancárias	8 850 261	8.445.297
Apólices de seguro-caução	1 043 792	939.292
Garantias depósito	226 966	150.863
Garantias em numerário	806 785	829.364
Total	10 927 805	10.364.816

34. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados nesta Nota.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 24 de abril de 2025, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

A Contabilista Certificada,

GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Síntese (Sumário Executivo)	X				6	
II	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade	X		X		7	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		8	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa	X		X		9	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		11	
III	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		11	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X				11	
3.	Acordos parassociais	X				11	Não existem
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação de participações sociais que a empresa pública detém (vd. alínea b) do n.1 do artigo 44.º do RJSPE)	X		X		12	Não existem
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		12	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X				12	Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	X				12	Não existem
V	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Modelo de Governo						
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X		X		12	
B.	Assembleia Geral						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
1.	Composição da mesa da Assembleia Geral, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato	X		X		13	
2.	Identificação das deliberações acionistas	X				13	Não aplicável
C. Administração e Supervisão							
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		13	
2.	Número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros					13	
3.	Composição do Conselho de Administração, com identificação dos membros efetivos e duração de cada mandato	X		X		14	
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X				14	Não aplicável
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		14	
6.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade	X				15	
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas	X				16	Não aplicável
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X		16	
9.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração	X		X		19	
D. Fiscalização							

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado	X		X		20	
2.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização	X		X		20	
3.	Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para contratação de auditor externo	X		X		22	
4.	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		22	
5.	Número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros	X		X		23	
6.	Composição ao longo do período de referência, identificando os membros efetivos e suplentes e respetivos mandatos	X		X		23	
7.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		23	
8.	Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal	X		X		23	
E. Revisor Oficial de Contas							
1.	Identificação do ROC, SROC	X		X		25	
2.	Indicação das limitações, legais e outras	X		X		25	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo	X		X		25	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade	X		X		26	
F. Conselho Consultivo							
1.	Composição	X				27	Não aplicável
G. Auditor Externo							
1.	Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa	X				26	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Política e periodicidade da rotação do auditor externo e respetivo sócio ROC	X				26	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo	X				26	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	X				26	Não aplicável
VI. Organização Interna							
A. Estatutos e Comunicações							
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	X		X		27	
2.	Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades	X		X		27	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas e ferramentas existentes	X		X		27	
B. Controlo interno e gestão de riscos							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		28	
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou Sistema de Gestão e Controlo Risco	X		X		28	
3.	Plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	X		X		28	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos	X		X		29	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X		29	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos	X		X		29	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		30	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade	X		X		31	
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada	X		X		32	
2.	Código de Ética	X		X		42	
3.	Regime Geral de Prevenção da Corrupção	X		X		43	
D.	Deveres Especiais de Informação						
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita	X		X		45	
E.	Sítio de Internet						
1.	Indicação das hiperligações para acesso direto à informação caracterizadora da sociedade	X		X		45	
2.	Indicação das hiperligações para acesso aos Regulamentos internos e externos, Código de Ética, Relatório Anual do PPR e Relatório sobre remunerações por género	X		X		45	
3.	Indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet na empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS	X				47	Não aplicável
4.	Indicação das hiperligações para acesso direto aos elementos listados no n.º 1 do artigo 12.º do RGPC	X		X		47	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		47	
2.	Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	X		X		48	Não aplicável
VII	Remunerações						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
A.	Competência para a Determinação						
1.	Indicação do órgão competente para determinação da remuneração	X		X		48	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		48	
3.	Cumprimento por parte dos membros do órgão de administração de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		X		49	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição	X		X		49	Não existe
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		49	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X				50	Não aplicável
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X				50	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	X				50	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	X				50	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões	X				50	Não existe qualquer regime desta natureza na empresa
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X		51	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo	X				51	Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	X				51	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X				51	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da entidade	X		X		52	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		52	
VIII Transações com partes Relacionadas e Outras							
1.	Informação sobre as transações com partes relacionadas	X				52	
2.	Informação sobre outras transações	X		X		53	
IX Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental							
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		53	
2.	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	X		X		55	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X		56	
X Avaliação do Governo Societário							
1.	Disponibilização em SIREF das referidas informações	X		X		62	
2.	Cumprimento das Recomendações relativas à estrutura e prática de governo societário	X		X		62	
3.	Outras informações	X		X		63	
XI Anexos ao RGS						64	
1.	Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o nº 2 do artigo 54.º do RJSPE	X		X			
2.	Demonstração não financeira referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno	X					Não aplicável, uma vez que a APDL não excede um número médio de 500 trabalhadores, conforme referido no artigo 66.ºB do CSC

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

1 – Objetivos de Gestão

a) Objetivos definidos pelo acionista para 2024

Estando em fase de análise pela UTAM, o acionista Estado ainda não aprovou o Contrato de Gestão para o mandato 2023-2025 do Conselho de Administração. Nessa proposta de Contrato de Gestão, são sugeridos os objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2023-2025.

b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2024

De acordo com o disposto no RJSPE, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, a execução do Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026 (PAO 2024-2026), que foi submetido e aprovado pelo acionista, foi a seguinte para o ano 2024:

	2024 Previsão	2024 Real	Desvio (+/-)
Resultado Líquido (em 1 000 €)	11 176	11 032	-144
EBITDA (em 1 000 €)	37 377	40 652	3 275
Resultado Operacional (EBIT) - (em 1 000 €)	14 777	16 491	1 714
Volume de Negócios (em 1 000 €)	74 059	70 210	-3 849
Gastos Operacionais (em 1 000 €)	45 807	41 558	-4 249
Gastos Operacionais / Volume de Negócios (em 1 000 €)	0,62	0,59	0
Endividamento (em 1 000 €)	119 623	72 083	-47 540
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	2,8	1,1	-1,7
Disponibilidades (em 1 000 €)	15 232	28 781	13 549

Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	2024	
	Previsão	Real
V.A.B. (em 1 000 €)	50 510	51 540
Cash-Flow (em 1 000 €)	33 776	35 193
Margem EBITDA (em %)	50,47%	57,90%
Margem EBIT (em %)	19,95%	23,49%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (em %)	2,47%	2,50%
ROACE (em %)	1,84%	2,25%

V.A.B. = Produção – (Custo Mat. Primas Consumidas + F.S.E.)

(Produção = Rendimentos Operacionais)

Cash-Flow = Resultado Líquido + Depreciações

Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Prestação de Serviços

EBIT = Resultado Operacional

Margem EBIT = EBIT / Prestação de Serviços

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultado Líquido/Capitais Próprios

ROACE = (EBIT – Imposto sobre o Rendimento)/ (Média do Ativo - Média do Passivo Corrente)

Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2024	
	Previsão	Real
Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo Total)	0,68	0,71
Capacidade de Endividamento (Passivo Corrente / Passivo Total)	0,16	0,22
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	2,11	2,49
Liquidez (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	0,80	1,08

Indicadores de Recursos Humanos

Quadro de pessoal	2024	
	Previsão	Real
Número total de RH (O.S.+ Dirigentes+ Efetivos)	311	297

c) Investimentos

Plano de Investimentos	PAO 2024	Executado 2024							Desvio (PAO vs. Executado)	Observações/medidas
		Total	Fontes de Financiamento							
			Autofinanciamento	Orçamento de Estado	Endividamento	Fundos Comunitários	PRR	Outros		
Valor total do Investimento	70 628	29 563	10 387	4 500	9 783	4 894	0	0	-41 064	
Melhoria das Acessibilidades Marítimas e Prolongamento do Quebramar	22 379	10 870	1 087		9 783		0	0	-11 508	

d) Contratos-programa

Não aplicável, atendendo que a APDL não celebrou quaisquer contratos-programa, contratos de prestação de serviços público ou de interesse económico geral celebrados com o Estado.

e) Grau de execução do orçamento carregado no IGO/SOE

Não aplicável, atendendo que a APDL não integra o perímetro de consolidação das administrações públicas.

2 - Gestão do Risco Financeiro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco financeiro. Para os investimentos relevantes, atuais e futuros, a APDL recorre às seguintes fontes de financiamento:

- Subsídios comunitários para alavancar os seus investimentos;
- Fundos próprios resultantes da sua atividade de exploração;
- Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2018 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2019, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano até novembro de 2021). A taxa de juro fixa foi revista para 0%, com efeitos no pagamento semestral de maio de 2022;
- Linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 60 milhões de euros contratualizado a 25 de maio de 2023, pelo prazo de 20 anos. Em agosto de 2023 procedeu-se ao primeiro desembolso no valor de 12,5 milhões de euros, com uma taxa fixa, revista a cinco anos, de 3,082%;
- Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.

- Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 37,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 0,797%.

Anos	2020	2021	2022	2023	2024
Dívida	14.660.000	13.560.000	67.420.000	76.552.500	72.083.333
Encargos Financeiros	428.507	345.338	679.175	2.182.875	2.966.192
Taxa Média de Financiamento	2,74%	2,74%	1,74%	3,03%	3,92%

3 – Limite de Crescimento do Endividamento

Quanto à taxa de variação do endividamento remunerado, identificada no quadro abaixo, foi calculada pela variação do endividamento e do capital social, expurgando o montante de novos investimentos:

Un: 1000 euros

Passivo Remunerado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Δ € 2024 vs. 2023
Financiamentos obtidos									
Passivo não corrente	16.740	15.720	14.660	13.560	12.420	64.053	72.083	66.493	-5.591
Passivo corrente	980	1.020	1.060	1.100	1.140	3.368	4.469	5.591	1.122
Capital	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	0
Novos Investimentos	0	0	0	0	0	99.638	35.903	10.870	-25.033
Variação de Endividamento	-1,3%	-1,4%	-1,5%	-1,6%	-1,7%	-70,9%	-22,6%	-12,0%	

Variação do Endividamento = ((66.493+5.591-77.083-4.469) + (51.035-51.035) – 10.870) / (72.083+4.469+51.035) = -12,0%

Un: 1000 euros

Novos Investimentos	2024
Melhoria das Acessibilidades Marítimas	10.870

4 - Prazo Médio de Pagamento a fornecedores

- a) Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril:

Unid: dias

PMP	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	Δ 2024 vs 2023	
									dias	%
PMP a Fornecedores	47	42	46	48	41	43	43	33	-15	-31,3%

Na tabela abaixo, elencam-se as faturas com os montantes mais relevantes que foram rececionadas na APDL em janeiro de 2025 e que foram pagas dentro dos prazos previstos.

Fornecedores	Valor líquido	Data da fatura	Data de receção da fatura na APDL	Data de pagamento da fatura	Prazo de pagamento em dias
MOTA-ENGIL, ENGENHARIA	317.298,79 €	31/12/2024	09/01/2025	13/02/2025	35
ETERMAR ENGENHARIA	317.298,79 €	27/12/2024	13/01/2025	06/02/2025	24
ENDESA ENERGIA, SA	211.528,18 €	03/11/2024	24/01/2025	30/01/2025	6
Total	846.125,76 €				

Deste modo, expurgando as faturas com data de emissão de 2024 e com receção na APDL em janeiro de 2025, no montante total de 3.522.409€, conclui-se que a APDL apresenta, em dezembro de 2024, o Prazo Médio de Pagamento de 33 dias.

O Complexo de Apoio ao Cais de Gaia, avaliado em 10.328.000€, que estava contabilizado na rubrica Propriedades de Investimento no ano 2023, foi reclassificado para a rubrica Ativos Fixos Tangíveis. A APDL entende que este complexo é parte integrante da sua operação, fazendo, como tal, parte dos seus ativos tangíveis. Verifica-se, assim, no exercício de 2024, um aumento dos ativos fixos tangíveis por transferência de rubricas, não estando este movimento sujeito a movimento financeiro, ou seja, este valor não se refletiu na conta de fornecedores de investimento. Expurgando o efeito desta reclassificação, o Prazo Médio de Pagamento seria de 41 dias.

- b) Mapa da posição a 31/12/2024 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Os valores em mora há mais de 90 dias e há menos de 360 dias, respeitam a faturas que a APDL não aceita por entender que os fornecimentos não foram realizados ou estão incompletos, ou as faturas contêm linhas com erros relativas aos preços unitários ou quantidades. Apesar do n.º 1 do artigo 3 do DL 65-A/2011 referir que deve ser considerado apenas o “valor global das dividas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias...”, por questão de maior transparência, se reporta estas dividas que se encontram contabilizadas.

Dos valores em mora há mais de 360 dias, e que na data de aprovação deste documento ainda se encontram em aberto, destaca-se o montante de 29.409,69 € da Dourocais, a aguardar encontro de contas pois a entidade à data de 31/12/2024 deve à APDL o montante de 5.859.491,35€.

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012				
	2024				2023
	90-180 dias	180-360 dias	> 360 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	88.398,60 €	36.350,21 €	221.575,07 €	346.323,88 €	245.479,00 €
2 - Aq. de Capital					
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	88.398,60 €	36.350,21 €	221.575,07 €	346.323,88 €	245.479,00 €
4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012)	88.398,60 €	33.625,76 €	221.575,07 €	343.599,43 €	242.575,86 €
4.1 - Obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0,00 €	0,00 €	29.409,69 €	29.409,69 €	29.409,69 €
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	88.398,60 €	33.625,76 €	192.165,38 €	314.189,74 €	213.166,17 €
4.3 - Montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0,00 €	2.724,45 €	0,00 €	2.724,45 €	2.903,14 €

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2023 (>90 dias) ¹	2.903,14 €
2 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	2.724,45 €
3 - D Pagamentos em atraso (2-1)	-178,69 €
4 - Dotações orçamentais em 2024 ²	
5 - Saldo (3+4)	-178,69 €

1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011.

2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas.

5 - Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na última Assembleia Geral de 4 de setembro de 2024 o representante do Acionista emitiu as recomendações referidas de seguida, apresentando-se igualmente, os esclarecimentos e/ou as diligências tomadas pela APDL, bem como os resultados obtidos:

- i. *Assegurar o adequado processamento e devido pagamento dos montantes de vencimento aprovados pelo acionista aos membros do conselho fiscal, na medida em que a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 27 de fevereiro, aplica-se somente a gestores públicos e equiparados, e não aos membros do conselho fiscal;*

De acordo com as orientações estabelecidas na Assembleia-geral, a APDL não está a aplicar a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 27 de fevereiro, sendo pago integralmente os valores referidos no ponto 2.2 do Despacho:

“2.2. Fixar para os membros do Conselho Fiscal agora eleitos o seguinte estatuto remuneratório:

Presidente: Vencimento mensal ilíquido de 1.420,02, pago 14 vezes por ano

Vogais efetivos: Vencimento mensal ilíquido de 1.065,02, pago 14 vezes por ano”

- ii. *Assegurar o cumprimento do PMP nos termos da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;*

Em 2024, o PMP por trimestres foi o seguinte:

1º trimestre - 41 dias

2º trimestre - 43 dias

3º trimestre - 43 dias

4º trimestre - 33 dias

A APDL reporta trimestralmente à DGTF o indicador do PMP, dando cumprimento às orientações emanadas pela RCM nº 34/2008.

A evolução do indicador está retratada no Capítulo IV.

6 - Remunerações

Esta informação consta do Apêndice 1.

7 - Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Os membros do Conselho de Administração, ou de qualquer outro órgão social, não dispõem de cartão de crédito da empresa, nem lhes foram reembolsadas quaisquer despesas de representação de natureza pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Pedro Moura Castro Neves	80	960,00	
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	80	960,00	
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	80	960,00	

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
João Pedro Moura Castro Neves	502,13			6.025,56	
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	401,71			4.018,57	
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	401,71			4.807,88	

8 - Despesas não documentadas

A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do RJSPE não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

9 - Relatório sobre remunerações

A APDL divulga o relatório sobre remunerações, conforme de termina o n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, em:

<http://www.apdl.pt/governo-sociedade> do qual apresenta em seguida o resumo.

A política remuneratória da empresa assenta no princípio da igualdade de tratamento independentemente do género, sendo o acesso e progressão nas respetivas carreiras profissionais determinadas, exclusivamente, pelos fatores: tempo de serviço e avaliação do desempenho.

Historicamente, o setor portuário está mais vocacionado para homens, é natural que, ainda hoje, os colaboradores mais antigos, e por isso mais bem remunerados nas respetivas carreiras, sejam homens.

Por outro lado, é de referir que sendo os serviços operacionais ligados à atividade marítima tradicionalmente ocupados por homens, designadamente, pilotos, mestres de tráfego local, motoristas marítimos e marinheiros, e sendo estes que têm as suas remunerações valorizadas pelo facto de estarem integrados em regimes especiais,

designadamente, de trabalhos por turnos, as remunerações médias anuais dos homens são mais elevadas do que das mulheres.

No entanto, não existe qualquer discriminação em função do género entre trabalhadores de igual categoria e antiguidade e, por outro lado, é de referir que 31,82 % das chefias são mulheres.

Remuneração global* média anual por Categoria Profissional	Mulheres	Homens
Quadros superiores	55 483,90 €	70 408,30 €
Quadros médios	52 257,42 €	64 395,03 €
Quadros intermédios	33 238,26 €	48 247,00 €
Profissionais altamente qualificados	30 672,11 €	35 860,68 €
Profissionais semi-qualificados	0 €	29 584,47 €
Profissionais não qualificados	24 509,60 €	0 €

*Média do total das remunerações anuais

10 - Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A revisão ao plano de prevenção de riscos, incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas, é realizada pelo menos numa base anual, mediante a alteração do status das medidas de mitigação nele constantes ou inserção de novas medidas, face ao nível de concretização/implementação da respetiva Unidade Orgânica Responsável pela implementação, de forma a controlar os riscos identificados em cada ação. A natureza de algumas das medidas de mitigação/prevenção requer um processo mais demorado de implementação na estrutura interna, por vezes associadas a projetos específicos ou mais amplos, enquanto outras e como alternativa a custos de operacionalização, são substituídas por controlos suplementares.

O plano de prevenção da corrupção e infrações conexas está disponível no portal da APDL em: [Gestão de Riscos, Sistemas de Gestão e Certificações \(apdl.pt\)](https://apdl.pt/Gestao-de-Riscos,Sistemas-de-Gestao-e-Certificacoes)

11 - Contratação Pública

Esta informação consta do Apêndice 2.

A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual.

Durante o ano de 2024 foram celebrados 2 contratos de valor igual ou superior ao limiar de 5M€, designadamente o contrato de Aquisição de Serviços de Segurança Privada e Manutenção de Sistemas de Segurança e Empreitada de Execução do Centro Inspetivo

do Porto de Leixões, tendo os mesmos sido submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas.

Em 2024 foram lançados através da Plataforma Eletrónica (VortalNEXT) e através de e-mail os seguintes procedimentos [1]:

- 21 Concursos Públicos;
- 1 Concurso Limitado por Prévia Qualificação;
- 136 Procedimentos no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos), dos quais 70 ajustes diretos, 66 consultas prévias; e
- 6 Procedimentos ao abrigo do Regime Geral, dos quais 4 ajustes diretos e 2 consultas prévias.

Foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 105 contratos na sequência de procedimentos lançados pela APDL.

[1] Nos termos do CCP não é obrigatório o lançamento de Ajustes Diretos e Consultas Prévias através de Plataforma Eletrónica.

12 - Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A APDL aderiu como Entidade Voluntária ao SNCP através de contrato de adesão celebrado em 17/02/2012. Desta adesão, como entidade voluntária, em 2024 não foi tramitado nenhum processo de contratação centralizada.

13 – Eficiência Operacional e evolução dos gastos operacionais

A evolução do rácio da Eficiência Operacional e dos gastos operacionais da empresa pode ser aferida no quadro seguinte, o qual quantifica o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 134.º do Decreto-Lei nº 17/2024 de 29 de janeiro.

Na sequência do Despacho n.º 1244/2019 SET de 14 de outubro de 2019 (em anexo), foi autorizada a utilização de um novo indicador, proposto pela empresa, para analisar a evolução da sua Eficiência Operacional. Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais (CMVMC, FSE e Pessoal) no volume de negócios, conforme previsto nas IEPAO 2024 e no DLEO 2024, ajustando os FSE da seguinte forma:

- a) anualizando o efeito das dragagens para um ciclo de 6 anos e;
- b) desconsiderando alguns fatores de elevado montante que afetam a evolução do rácio, como sejam:

- gastos de exploração das unidades de negócio deficitárias da APDL (PVC e VND), totalmente participados por Orçamento de Estado (Capítulo 50º) e por fundos comunitários,
- gastos de exploração relacionados com os projetos da Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões e Novo Terminal, bem como os gastos associados à promoção estratégica deste investimento crucial para o Porto de Leixões.

Adicionalmente, expurgou-se ainda do cálculo deste rácio, fatores excecionais decorrentes da crise geopolítica internacional, com impacto orçamental significativo. Atendendo à dificuldade de apuramento deste efeito, foi efetuado o exercício de retirar as verbas orçamentadas para os anos de 2022 em diante, somando-se a média das verbas nos anos de 2019 a 2021, para as rubricas de combustíveis, energia elétrica e conservação, do lado dos gastos e, de venda de combustíveis e energia elétrica do lado da receita.

Por último, atendendo ao impacto acentuado no rácio da Eficiência Operacional e de forma a obter uma linha comparativa mais congruente no horizonte temporal em análise, foram ainda expurgados do respetivo cálculo os gastos e receitas relacionados com: i) o Terminal Ferroviário de Leixões, cuja transferência das competências de gestão da infraestrutura ferroviária apenas ocorreu no decorrer de 2023, enquanto em 2024 já se verificou um ano completo; ii) o Terminal Ferroviário da Guarda, cuja transferência das competências de gestão da infraestrutura ferroviária ocorreu em outubro de 2022, mas que se previa iniciar a respetiva atividade no último trimestre de 2024 (o que não ocorreu); iii) o Cais de Gaia, cuja transferência de responsabilidade ocorreu no final de 2023.

Esta abordagem foi aceite pela UTAM no seu Relatório de Análise n.º 300/2023 ao PAO 2024-2026, o qual foi objeto de Despacho pelo Secretário de Estado do Tesouro de 16/02/2024, tendo sido ratificado na Assembleia geral de 4 de setembro de 2024 da APDL.

No quadro seguinte apresenta-se a execução do rácio da Eficiência Operacional face ao previsto para 2024 no PAO 2024-2026:

Unid: milhares de euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2019 Exec.	2024/2023		2024/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	28 425	28 276	25 715	24 516	2 710	11%	3 909	16%
(1) CMVMC	1 852	2 303	1 926	1 475	-74	-4%	377	26%
FSE	19 915	23 145	19 562	13 215	353	2%	6 700	51%
a) Efeito anualização das Dragagens	1 152	281	929	-7	223	24%	1 159	-16562%
b) Efeito Gastos das UNs deficitárias participados por OE ou FC	1 870	975	1 757	899	113	6%	971	108%
c) Efeito Gastos ocasionais de elevado montante	0	9	0	263	0	-	-263	-100%
(2) FSE desconsiderando efeitos a), b) e c)	16 893	21 880	16 876	12 061	17	0%	4 833	40%
(3) Gastos com o pessoal	19 791	20 359	18 249	15 515	1 542	8%	4 275	28%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais	371	470	449	440	-78	-17%	-69	-16%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	-	0	-
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15-12-2022 e 12-05-2023, SET e SEF)	0	0	0	0	0	-	0	-
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0	0	0	0	0	-	0	-
iv. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	-	0	-
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i. a v.	19 419	19 889	17 799	15 075	1 620	9%	4 344	29%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais *	2 451	4 312	3 187	0	-736	-23%	2 451	-
Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	38 536	44 543	37 051	29 051	1 485	4%	9 485	33%
Efeito novas áreas de atividade (TFML e Reboque PVC) **	1 305	1 666	931	0	374	40%	1 305	-
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	34 780	38 565	32 933	29 051	1 847	6%	5 729	20%
(7) Volume de negócios (VN)	70 210	74 059	65 370	55 587	4 840	7%	14 623	26%
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais*	961	3 131	1 397	0	-435,7349	-	961,43277	-
(9) Efeito novas áreas de atividade (TFML e Reboque PVC) **	2 911	2 461	1 548	0	1363,34495		2911,28993	
(10) Volume de negócios para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (7) - (8) - (9)	66 337	68 467	62 425	55 587	3 912	6%	10 750	19%
(11) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	52,43%	56,33%	52,76%	52,26%	-	-0,3 p. p.	-	0,2 p. p.
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	54	75	45	61	8	19%	-7	-12%
ii. Gastos com Ajudas de custo	31	29	23	23	7	30%	7	30%
iii. Gastos associados à frota automóvel	349	342	307	310	42	14%	40	13%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	267	689	232	384	35	15%	-116	-30%
(12) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	701	1 135	608	778	93	15%	-77	-10%
N.º de viaturas	50	50	50	51	0	0%	-1	-2%

* De forma a expurgar os efeitos da crise geopolítica, em 2023 e 2024 foram retirados os gastos e receitas do ano e somadas as médias de 2019-2021, relativos a energia, combustíveis e conservação.

** Atendendo ao impacto acentuado no rácio da Eficiência Operacional da incorporação na APDL, a partir de 2023, i) do Terminal Ferroviário de Leixões e ii) do serviço de reboque no Porto de Viana do Castelo (que acabou por não ocorrer), procedeu-se ao expurgar das respetivas receitas e gastos do rácio da Eficiência Operacional

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, considerando os efeitos referidos acima, fixou-se nos 52,43% reduzindo-se face ao ano anterior (-0,3 p.p.).

No que diz respeito ao cumprimento das orientações constantes do número 4 do artigo 134.º do Decreto-Lei nº 17/2024, a APDL apresentou o seguinte desempenho em 2024:

- a) aumentou os gastos operacionais face a 2023 (+4%). No entanto, na Assembleia geral de 4 de setembro de 2024, a APDL foi autorizada a aumentar os gastos com pessoal até 45,8 milhões de euros (ata em anexo);

- b) aumentou os gastos com pessoal, excluindo gastos com órgãos sociais relativamente a 2023 (+9%). No entanto, o valor verificado ficou abaixo do previsto (-2,4%).

14 - Princípio da Unidade de Tesouraria

A APDL tem todas as suas aplicações financeiras a prazo junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em cumprimento das normas legais fixadas. Contudo, no âmbito da sua gestão financeira corrente torna-se necessário manter algumas disponibilidades à ordem na Banca Comercial.

Face ao disposto no número 6 do artigo 105º da Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro (LOE 2024), a APDL, ao abrigo do número 7 do artigo 91º do Decreto-Lei 17/2024 de 29 de janeiro, conjugado com o número 3 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, solicitou a dispensa parcial do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2024 e 2025, no sentido de ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes. O pedido foi aprovado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. através da Informação n.º 0305/2024 de 13 de maio de 2024.

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades na Banca Comercial à data de 31/12/2024:

Unid: Euros

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANCO BPI, SA	709.006	1.288.812	672.696	115.425
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	209.950	463.275	311.552	69.703
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	228.782	37.168	76.246	61.921
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	15.438	25.050	34.245	45.774
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	266.921	38.896	45.665	101.174
NOVO BANCO, SA	997.434	947.638	944.021	462.466
TOTAL	2.427.531	2.800.839	2.084.425	856.463
Juros auferidos	0	0	0	0

15 - Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Nos últimos 3 anos não existiram auditorias efetuadas pelo Tribunal de Contas à APDL.

16 - Informação divulgada no site do SEE

Anexo 2

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	Atualizado à data do presente documento	
Caraterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares e dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transações	S		
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do cumprimento dos PBG	S		
Código de Ética	S		

Apêndice 1

Mesa da Assembleia-geral

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2023/2025	Presidente da Mesa	Associação Empresarial de Portugal	575	575
2023/2025	Secretário	Lara Margarete Brás da Silva	375	375

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Conselho de Administração

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Designação		OPLRO			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2023/2025	PRESIDENTE C.A.	Eng.º João Pedro Castro Moura Neves	DUE	22/02/2023	Não	N/A	APDL, S.A.	1
2023/2025	VOGAL C.A.	Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	DUE	22/02/2023	Não	N/A	APDL, S.A.	3
2023/2025	VOGAL C.A.	Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	DUE	22/02/2023	Não	N/A	APDL, S.A.	3

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: OPLRO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	Identificar	Identificar	[Público / Privado]
João Pedro Castro Moura Neves	n.a.	n.a.	n.a.
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	n.a.	n.a.	n.a.
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
Eng.º João Pedro Castro Moura Neves	S	B	5 223,66	2 089,46
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	B	4 178,93	1 671,57
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	B	4 178,93	1 671,57

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram

Relatório e Contas – Exercício de 2024

aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Eng.º João Pedro Castro Moura Neves	98 204,78	0	98 204,78	4 910,24	93 294,54
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	78 563,87	0	78 563,87	3 928,19	74 635,68
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	78 563,87	0	78 563,87	3 928,19	74 635,68

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
Nome	Valor diário	Montante Pago Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng.º João Pedro Castro Moura Neves	12,00	2 751,00	Seg. Social	21 972,29	2 570,65	0	Apoios Sociais	585,00
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	12,00	2 668,00	Seg. Social	17 672,12	1 620,63	0	Apoios Sociais	375,00
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	12,00	2 928,00	CGA	17 666,91	0	0	Apoios Sociais	0

Notas:

1 - Subsídio de Alimentação: O valor do subsídio de alimentação previsto no nº 54º da portaria 1098/99, 21,12, com a redação dada pela portaria 364/2000, de 23,06, é atualizado com nova revisão dada pelo n.º 4º da Portaria 176/2024/1, de 29 de julho, para 12,00€.

2- Apoios Sociais - Subsídios de Estudos, Prémios Escolares, Apoio para creches e infantários, apoio à infância.

Membro do CA	Encargos com viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Data Início	Data Fim	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com rendas (€)	Prestações Contratuais Remanes- centes
	S/N	S/N	(€)	Identificar					
João Pedro Moura Castro Neves	S	N	34 999,50	Renting	13/05/2022	12/05/2026	585,79	7.029,48	17
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	N	34 999,50	Renting	13/05/2022	12/05/2026	585,79	7.029,48	17
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	N	34 999,50	Renting	24/05/2022	23/05/2026	585,79	7.029,48	17

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gastos total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]
João Pedro Moura Castro Neves	3 594,54 €	2 224,55 €	1 110,00 €	n/a	0	6 929,09 €
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	1 169,24 €	0 €	165,00 €	n/a	0	1 334,24 €
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	1 047,49 €	414,60 €	430,00 €	n/a	0	1 892,09 €

Fiscalização

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2023/2025	PRESIDENTE C.F.	Ana Alexandra Filipe Freitas	DUE	13/09/2023	1 420,02	2
2023/2025	VOGAL C.F.	Rita Maria Gois de Carvalho	DUE	13/09/2023	1 065,02	1
2023/2025	VOGAL C.F.	Daniel Filipe Moreira Lopes	DUE	13/09/2023	1 065,02	2

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Dra. Ana Alexandra Filipe Freitas	19 880,28		19 880,28
Dr. Daniel Filipe Moreira Lopes	14 910,28		14 910,28
Dra. Rita Maria Góis de Carvalho	14 910,28		14 910,28

ROC/FU

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Registo CMVM	Forma (1)	Data Contrato		
2023-2025	SROC	BDO & ASSOCIADOS - SROC, Lda	29	20161384	DUE	12/09/2023	6	2
2023-2025	ROC	Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira	781	20160414	DUE	12/09/2023	6	2
2023-2025	ROC Suplente	Gonçalo Raposo Cruz	1189	20160800	AG			

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Valor anual contrato prestação serviços 2024 (€)			Valor anual serviços adicionais (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação do serviço	Valor	Reduções	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
BDO & ASSOCIADOS - SROC, Lda	17 700,00	0	17 700,00				

Nota:1 Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Nota 2 Aos honorários do ROC acrescem as despesas das taxas de serviços de supervisão, as despesas de comunicação e deslocação e outras incorridas no âmbito da prestação de serviço.

Apêndice 2

Cumprimento das Orientações legais – 2024	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão			X		Apesar de ter sido proposto, estando em fase de análise pela UTAM, o acionista Estado ainda não aprovou o Contrato de Gestão para o mandato 2023-2025 do Conselho de Administração. Nessa proposta de Contrato de Gestão, constam os objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2023-2025. No entanto, a empresa aprovou um Plano de Atividades e Orçamento (PAO), que foi submetido e aprovado pelo acionista, conforme o disposto no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual apresentava um conjunto de indicadores económicos e financeiros, cuja execução se apresenta no ponto 1 - Objetivos de Gestão do Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
Metas a Atingir constantes do PAO 2024					
Princípios financeiros de referência					
Investimento	X			41,5%	O grau de execução do investimento previsto para 2024 foi de 41,5%, o que se deveu principalmente à execução reduzida (ou nula) dos seguintes projetos: ponte móvel, vias portuárias, centro inspetivo e D1N. No ano de 2024, o rácio Financiamentos Obtidos / EBITDA foi de 1,8, ficando aquém do valor da projeção apresentada para o mesmo ano. Os gastos com pessoal aumentaram relativamente a 2023 (+8,45%). Este aumento resulta, essencialmente das contratações de pessoal concretizadas em 2024, do aumento da tabela salarial (5%), do aumento dos custos com o seguro de saúde e das normais valorizações remuneratórias. O valor estava previsto e autorizado no PAO, conforme Despacho nº 84/2024-SET.
Endividamento	X			1,8	
Gastos com pessoal	X			8,45%	
Grau de cumprimento do orçamento carregado no SIGO/SOE			X	% de cumprimento	

**APDL**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2024

Cumprimento das Orientações legais – 2024	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	X			Não aplicável	Para os fortes investimentos atuais e futuros, a APDL conta com as seguintes fontes de financiamento externo (para além da otimização da obtenção de subsídios comunitários para financiamento dos seus investimentos e a capacidade que demonstra na geração de fundos próprios com a sua atividade de exploração): • Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2018 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2019, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano até novembro de 2021). A taxa de juro fixa foi revista para 0%, com efeitos no pagamento semestral de maio de 2022; • Linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 60 milhões de euros contratualizado a 25 de maio de 2023, pelo prazo de 20 anos. Em agosto de 2023 procedeu-se ao primeiro desembolso no valor de 12,5 milhões de euros, com uma taxa fixa, revista daqui a cinco anos, de 3,082%; • Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%. • Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 37,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 0,797%.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-12,0%	Em 2024, a taxa de variação do endividamento remunerado, expurgando o montante de novos investimentos, foi de -12,0%.
Evolução do PMP a fornecedores	X			Em 2024, o PMP por trimestres foi o seguinte: 1º trimestre - 41 dias 2º trimestre - 43 dias 3º trimestre - 43 dias 4º trimestre - 33 dias	A APDL reporta trimestralmente à DGTF o indicador do PMP, dando cumprimento às orientações emanadas pela RCM nº 34/2008. A evolução do indicador está retratada no Capítulo IV.

Cumprimento das Orientações legais – 2024	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2024: 1.830.202,50€	Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2024: 1.830.202,50€. A APDL reporta mensalmente à DGTF, através do SISEE, as dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011. Os atrasos nos pagamentos estão divulgados no portal da empresa e refletidos no Capítulo IV - Mapa da posição a 31/12/2024 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio, sendo que, todos os valores desse mapa estão reclamados pela APDL, que os considera indevidamente debitados.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:	X			Ver ponto 5	No ponto 5 são elencadas as recomendações efetuadas pelo Acionista na última Assembleia Geral de 4 de setembro de 2024, apresentando-se igualmente, os esclarecimentos e/ou as diligências tomadas pela APDL, bem como os resultados obtidos.
Remunerações: Não atribuição de prémios de gestão CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024 (se aplicável) Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2024 (se aplicável) Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2024 (se aplicável) Restantes trabalhadores	X		X X X X	Não aplicável Total da Redução remuneratória em 2024: 12.766,62 € Não aplicável Não aplicável Não aplicável	
Artigo 32º e 33º do EGP Não utilização de cartões de crédito Não reembolso de despesas de representação pessoal Valor máximo das despesas associadas a comunicações Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X X X		X X	Não aplicável Não aplicável	Não dispõe de cartões de crédito Não existiu
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP	X				A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.



APDL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2024

Cumprimento das Orientações legais – 2024	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais					
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº18/2014 Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			O Relatório de Diferenciação Salarial por Género foi elaborado em 2021 e está disponível em: relatorio-diferencial-genero-2021.pdf (apdl.pt)	
Elaboração e divulgação do Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção Elaboração e divulgação do relatório anual	X			https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/	
Contratação Pública Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas Contratos submetidos a visto prévio do TC	X X		X		A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual. Durante o ano de 2024 foram celebrados 2 contratos de valor igual ou superior ao limiar de 5M€, designadamente o contrato de Aquisição de Serviços de Segurança Privada e Manutenção de Sistemas de Segurança e Empreitada de Execução do Centro Inspecivo do Porto de Leixões.
Auditorias do Tribunal de Contas Recomendação 1	X			ver ponto 15	Nos últimos 3 anos não existiram auditorias efetuadas pelo Tribunal de Contas à APDL.
Parque Automóvel Nº de viaturas	X				O número de viaturas total afeto à Frota Automóvel da APDL foi de 51 (cinquenta e uma) viaturas.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			ver ponto 13	Atendendo ao exposto no ponto 13 a APDL apresentou em 2024 o cumprimento da evolução do rácio da Eficiência Operacional relativamente a 2023 e face ao previsto para 2024 no PAO 2024-2026.

Cumprimento das Orientações legais – 2024	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL nº 133/2013)					
Disponibilidades centralizadas no IGCP	X			97,02% de disponibilidades depositadas no IGCP em 31/12/2024	A APDL ainda detém disponibilidades na banca comercial privada para fazer face às operações diárias para as quais o sistema de <i>homebanking</i> do IGCP não permite satisfazer. Foi solicitada em 2024 a dispensa parcial, tendo a APDL obtido deferimento do pedido através da Informação n.º 0305/2024, de 13 de maio de 2024 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., para os anos de 2024 e 2025.
Disponibilidades centralizadas na Banca Comercial	X			2,98% de disponibilidades depositadas na banca comercial em 31/12/2024	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		

ANEXOS

Abreviaturas

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
AICEP	AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL
APDL	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S. A.
APLOG	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LOGÍSTICA
APP	ASSOCIAÇÃO DOS PORTOS DE PORTUGAL
BEI	BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
CEDIC	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO
CEF	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY</i>
CEF – T	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY- TRANSPORT</i>
CGA	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
CIIMAR	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGAÇÃO MARINHA E AMBIENTAL
CIRC	CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS
CLPQ	CONCURSO LIMITADO PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
CNC	COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
CPC	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
CPLP	COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DIM	<i>DIREÇÃO DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO</i>
DIW 2020	DOURO INLAND WATERWAY 2020
EBIT	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST AND TAXES</i>
EBITDA	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION</i>
e-Impact	<i>E-FREIGHT IMPLEMENTATION ACTION</i>
GT	ARQUEAÇÃO BRUTA (<i>GROSS TONNAGE</i>)
IAPMEI	INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO
IGCP	AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA
IHT	ISENÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO
IP	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.
JUL	JANELA ÚNICA LOGÍSTICA
JUP	JANELA ÚNICA PORTUÁRIA
LSW	<i>LOGISTIC SINGLE WINDOW</i>
MAR	MODELO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
MIE	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA
MIE-T	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA - TRANSPORTES
PAO	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
PLPL	PLATAFORMA LOGÍSTICA DO PORTO DE LEIXÕES
PREVPAP	PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS
PVC	PORTO DE VIANA DO CASTELO
RIS	RIVER INFORMATION SERVICES
RJTFP	REGIME JURÍDICO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA
SDL	SILOS DE LEIXÕES
SGQ	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
SNCP	SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SST	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
TCGL	TERMINAL DE CARGA GERAL E GRANÉIS DE LEIXÕES, SA
TCL	TERMINAL DE CONTENTORES DE LEIXÕES, SA

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
TCN	TERMINAL DE CONTENTORES NORTE
TCS	TERMINAL DE CONTENTORES SUL
TEU	<i>TWENTY-FOOT EQUIVALENT UNIT</i>
VCP	VIA DE CINTURA PORTUÁRIA
VND	VIA NAVEGÁVEL DO DOURO
VTs	<i>VESSEL TRAFFIC SERVICES</i>
VUC	VALOR DE USO CONTINUADO